

Nesta edição:

Especial Brasil-África:
Entrevista com o Embaixador
Alberto da Costa e Silva

Dossiê: O Centenário da II
Conferência de Paz da Haia

Perfil: Embaixador
Baena Soares



ITA EDIÇÃO

no instituto:
e Machado de Assis
s no Concurso Internacional
as do Itamaraty 2006

Dossiê sobre a II Conferência
de Paz da Haia

de 2006-8 do IRBr e a ampliação do Serviço Exterior brasileiro

PERFIL:
Embaixador João
Clemente Baena
Soares

Um olhar brasileiro sobre a África

CARTA DE BOAS VINDAS

Brasília, novembro de 2007

Ao Juca

Aí está: o Instituto Rio Branco tem sua revista. E feita pelos formandos. Afinal, tudo passa num piscar de olhos e não se pode perder a fotografia das turmas que se sucedem – a oportunidade não vai se repetir.

Não direi que a iniciativa foi concebida para sanar uma lacuna, etc. As coisas acontecem quando têm de acontecer. Mas a Academia diplomática brasileira certamente carecia de um periódico que desse voz aos que acabam de ingressar no Serviço Exterior brasileiro. Que voz é essa? “As fronteiras de minha língua são as fronteiras de meu mundo”, escreveu um filósofo familiarizado com mais de um idioma. Até hoje não sei se Wittgenstein estava confessando uma frustração ou se regozijando com a onipotência da fala.

Pelo sim, pelo não, melhor é colocar o mundo em palavras. A lição valeria, sobretudo, para diplomatas, cujo ofício – para não dizer vocação – tem os limites do próprio mundo. Nosso grande Patrono, que amava cuidar de fronteiras, sabia disso – tanto assim que, onde quer que fosse, levava a pátria dentro de si, na memória. Ora, sem a palavra não há memória. Justamente para servir a ambas, a palavra e a memória, foi concebida a revista.

Desde que o convite-desafio foi apresentado, houve consenso quanto à premissa: a única ambição é a da autenticidade, que salva o essencial e, por acréscimo, o acessório. Sim, o ideal seria que a revista fosse feita à imagem e semelhança de seus artífices, os diplomatas-alunos do Curso de Formação. Se for assim, com maior ou menor êxito, o produto já nascerá como peça de coleção: um dia, com um pouco de sorte, a série comporá um documentário precioso. O painel impressionista pode até disfarçar eventuais lacunas.

Mas que título dar à publicação? Questão importante. Há quem pense que a raposa já nasce raposa, mas o leão... – este tem de aprender a ser leão para corresponder a sua natureza. Paranhos Júnior não fugiu à regra: para chegar a Barão, teve de passar por um longo aprendizado. Houve um tempo em que era simplesmente... Juca! Pronto: o nome estava dado. Mais que uma homenagem, seria um projeto e um compromisso.

Assim, com o batismo do Verbo, a revista ganhou identidade. Seguiram-se as demais decisões. Ficou entendido que, nessa matéria, a autoridade seria exclusivamente do corpo discente do Instituto. Isso sem prejuízo do olhar convivente e solidário dos que – por acidente – talvez tenham um pouco mais de experiência e certamente uma sábia inveja. Será que as novas gerações apreciam devidamente o privilégio de poderem opinar sem constrangimento? Se há alguma tirania válida, que seja a da consciência. Nem sempre foi assim, não convém esquecer.

Quando a voz é livre, que beleza! É a marca do ato de criação. Não importa o resultado, **Juca** irá corresponder a essa vocação de liberdade. Na prática isso significa *ousar pensar*. Agora, só se pensa bem junto com os outros e para os outros. Aliás, de que serviria a verdade se não pudesse ser compartilhada?

Nada disso carece de circunspeção e de formalismo. Ao contrário, espero que o **Juca** reflita como convém a jovialidade de seus autores. Em suma, que seja uma revista “sem gravata, nem suspensórios”, na boa tradição tropical. O que não impedirá, é claro, que o exercício seja sério. Para brincar é preciso ser sério, gostava de repetir um Embaixador nem sempre bem humorado. Sabemos também que todo periódico – mesmo aquele que, com prudência, se propõe a ser apenas semestral – corre o risco de ser efêmero. Por definição, uma revista está mais próxima do fotograma do que do filme. Mas também é certo que – por conta própria – os instantâneos acabam virando memória, história, vivência. Bem vistos, são retratos do próprio movimento.

Se mais não for – e será – o **Juca** estará preenchendo essa função indispensável: será um registro do tempo no que ele tem de palpável, vale dizer, de projeto. Basta isso – não será preciso ceder à tentação de posar para a posteridade, nem se trata de buscar a excelência pela excelência. Digamos que o projeto é simplesmente o de fazer um esforço honesto (e modesto) de reflexão e de auto-reflexão. Nestes limites, estou certo de que, de forma até involuntária, a revista do IRBr recolherá expectativas e apreensões – e também insatisfações, por que não? Não fosse assim, a História teria estacionado. A propósito, fica combinado que ser idealista não é feio – feio é bancar o *Dom Quixote* sem a necessária competência.

Eis aí o verdadeiro desafio, ao mesmo tempo acadêmico e profissional: cada geração deve encontrar os próprios *significantes*. Fazer diplomacia não é, em boa medida, buscar *formas* que permitam nomear a volúvel realidade a nossa volta? O fato é que, sem a mágica da palavra, essa realidade ou não seria percebida ou resistiria a uma compreensão melhor. Voltamos ao ponto de partida. Note-se que **Juca** não chega a ser um nome e é mais do que um nome. O apelido trai intimidade, sem falar no afeto, que manipula a objetividade da língua. Paradoxalmente, o título familiar vem acompanhado de uma rubrica universal – *Diplomacia e Humanidades* (ou seria Humanismo?). Aí cabe tudo: uma agenda *open-ended* e uma vontade de saber sempre insatisfeita. O que importa não é tanto a magnitude da lente – é a profundidade do olhar, claramente comprometido com o humano. Afinal, foi esta perspectiva humanista que inspirou o que há de melhor na diplomacia brasileira.

Perspectiva é horizonte, que se afasta cada vez que a gente chega perto. Não é o caso, portanto, de celebrações prematuras, nem de avaliações intempestivas. Por mais gasto que esteja o verso, ele se aplica: o caminho se faz caminhando. Nessas bases, estou seguro de que a iniciativa pode vingar. E aos que alegarem riscos, digo que vale a aposta: a instituição só tem a ganhar. Será dada aos que ingressam na carreira a maior de todas as responsabilidades – a de velar por sua própria liberdade.

A despeito das aparências, não são os mais velhos que preservam a tradição, que a Casa tanto preza, com toda justiça. Na origem e na prática, a tradição é algo muito concreto: não é mais do que uma *entrega*. Assim, será com o **Juca**: a turma nova receberá como um presente aquilo que, na verdade, é um legado. É lícito supor que os noviços da carreira não cometerão o pior dos pecados – a ingratidão. Para isso, não basta *receber* a tradição: será preciso assumir a herança, que é uma doação precária, se não for cuidada. Assim, muito naturalmente, a última palavra é dos mais jovens: são eles – ainda que fugazmente – os senhores do tempo. A eles cabe escolher.

Por ora, pelo que já foi feito, muitas congratulações a nossos colegas do Curso de Formação do Instituto e, em particular, aos responsáveis diretos pelo **Juca**. Recomendo a leitura deste primeiro número: reserva boas surpresas, dentro dos padrões do Itamaraty, acostumado a contribuir para a cultura brasileira.

Dados os parabéns e feitos os augúrios, corro o risco de um último comentário, que é pessoal sem ser original. A cada manhã, a cada dia de aula, é possível sentir – no belo espaço da Academia diplomática brasileira – uma energia natural: é a graça renovadora da juventude. Ela alimenta a esperança em um mundo melhor, um mundo que de fato não tem *fronteiras* para os que não perderam a confiança no ser humano. Que o **Juca** corresponda a essa esperança.

Fernando Guimarães Reis - Diretor-Geral do Instituto Rio Branco



Afaísca partiu da Direção do Instituto Rio Branco (IRBr), com o imprescindível apoio da Fundação Alexandre de Gusmão (Funag) e do Instituto de Pesquisa em Relações Internacionais (IPRI). Concebido e elaborado pelos alunos-diplomatas do IRBr, o Juca registra, a seu modo, um momento especial para o Itamaraty, com a ampliação dos quadros da carreira diplomática e a crescente projeção do Brasil nas relações internacionais.

Este número de estréia está estruturado em quatro pilares: entrevistas e depoimentos; artigos e ensaios; resenhas; e, finalmente, as editorias especiais, que reúnem perfil e memória diplomática, uma janela aberta à criação intelectual dos alunos e relato das atividades do Instituto.

dos editores

Nas páginas do primeiro Juca, contam-se as preocupações em torno de temas-chave de política externa e internacional, como o princípio do universalismo da diplomacia brasileira, a natureza do poder norte-americano, as tensões entre nacionalidade e cidadania, as irradiações do estatuto colonial. Ainda, o testemunho do Embaixador Alberto da Costa e Silva

descortina o horizonte de possibilidades do continente africano. Do pensamento e legado político do Embaixador Baena Soares, sobressai o imperativo de jamais se perder de vista a vizinhança. Por ocasião do centenário da Conferência da Haia de 1907, um dossiê recorda a trajetória das delegações brasileira e, também, argentina no encontro.

À pluralidade dos temas correspondem variações no tom e nas vozes; o resgate da memória e o reflexo da criação completam um recorte múltiplo que vai da preocupação teórica ao desejo de espelhar as urgências do presente por meio do processo criativo. Podemos identificar fios condutores no curso das páginas seguintes: a convicção de que a diplomacia requisita todas as faculdades humanas, e se reconhece em cada uma delas. Também a língua portuguesa, que além de natural veículo de comunicação, assumiu o papel de objeto de investigação, vindo à superfície nas discussões sobre a África lusófona, o Timor-Leste, Eça de Queiroz e Machado de Assis. Por fim, acreditamos que as preocupações do Juca extrapolam a diplomacia, embora se origine dela. O cruzamento da memória diplomática com a produção dos novos integrantes da carreira é o ponto de encontro, também, com o leitor, convidado a compartilhar conosco essa trajetória de múltiplas direções.

BOA LEITURA!

sumário

APRESENTAÇÕES

- 03 Carta de boas-vindas – Ao Juca.
Fernando Guimarães Reis
- 04 Dos editores
- 06 Expediente
- 07 Os colaboradores

ESPECIAL BRASIL-ÁFRICA

- 08 Entrevista com o Embaixador Alberto da Costa e Silva
Apresentação: Um olhar brasileiro sobre a África
Marcus Vinicius Marinho

MEMÓRIA DIPLOMÁTICA: DOSSIÊ SOBRE A II CONFERÊNCIA DE PAZ DA HAIA

- 14 A Águia na Haia: olhar geral sobre a participação brasileira na II Conferência de Paz
Adam Jayme Muniz
- 24 La delegación argentina en la Conferencia de la Haya de 1907 y la defensa de la doctrina Drago
Marcelo Martínez Soler
- 33 Resenha de artigo: O Barão e a II Conferência de Paz da Haia
Roberto Salone
- 37 Contribuição especial: O Busto da “Águia”: nota histórica
José Henrique Fischel de Andrade

PERFIL

- 40 Embaixador João Clemente Baena Soares
Eduardo Maragna Guimarães Lessa

ARTIGOS E ENSAIOS

- 46 O rebelde e o alheio: reflexões a respeito da produção de idéias contestatárias em ambientes coloniais
Juliana Santil
- 55 Onze meridianos e a última flor: a diplomacia brasileira e a questão timorense
Filipe Nasser
- 64 Interpretações da Política Externa Independente: leituras cruzadas e complementares
Rômulo Neves

- 74 O poder naval e a construção da superpotência norte-americana
Lindolpho Cademartori

RESENHAS

- 82 Planeta favela
Adriano Botelho
- 86 O direito dos outros
Christiana Lamazière
- 92 Era Lisboa, era Porto, era Tormes
Carlos Kessel

JANELA ABERTA

- 96 A Diplomacia e o Piano de Jazz
Mônica Tambelli
- 100 Pacto de sangue no Daomé
Maximiliano Arienzo
- 101 Entregador
Rômulo Neves
- 102 Cantiga
Cesar Pereira Nascimento
- 103 Maldito Rio
Diogo Almeida

ACONTECEU NO RIO BRANCO

- 104 Bate-papo sobre Machado de Assis com premiados no Concurso Internacional de Monografias do Itamaraty 2006
Apresentação: Machado permanece
Marcus Vinicius Marinho
- 112 Convênio entre a Universidade de Brasília e o Instituto Rio Branco
- 113 Instituto Rio Branco busca parceria com outras academias diplomáticas
- 114 Rio Branco Cineclub
- 116 Eventos em 2007
- 118 Temas das dissertações da Turma 2005-7 do IRBr

DEPOIMENTO

- 120 A turma de 2006-8 do IRBr e a ampliação do Serviço Exterior brasileiro
Luís Henrique Sobreira Lopes
- 122 Foto da Turma 2006-8 do IRBr

Expediente

Diretor Honorário

Embaixador Fernando Guimarães Reis

Editor-chefe

Filipe Nasser

Editor-executivo

Eduardo Maragna Guimarães Lessa

Editor de Depoimentos e Entrevistas

Marcus Vinicius Moreira Marinho

Editorias Especiais

Adam Jayme de Oliveira Muniz

Editor de Ensaios e Artigos

Fábio Cereda Cordeiro

Editor de Resenhas

Ricardo Martins Rizzo

Diretor Jurídico

Luís Fernando Cardoso de Almeida

Diretor Financeiro

Flávio Campestrin Bettarello

Projeto Gráfico/Impressão

Maximiliano da Cunha Henriques Arienzo

Publicação Eletrônica

Carlos Kessel

Relações Públicas

André Saboya Martins

Revisão

Bruno Henrique Neves Silva

Christiana Lamazière

Eduardo Maragna Guimarães Lessa

Flávio Antônio da Silva Dotal

Lilian Cristina Nascimento Pinho

Marcus Vinicius Moreira Marinho

Ricardo Iuri Canko

Viviane Prado Sabbag

Revisão Final

Denise Martins

Comissão Editorial

Adam Jayme de Oliveira Muniz

Adriano Botelho

André Pinto Pacheco

André Saboya Martins

Bruno Henrique Neves Silva

Carlos Kessel

Eduardo Frighetto

Eduardo Maragna Guimarães Lessa

Fábio Cereda Cordeiro

Fábio Meneghetti Chaves

Filipe Nasser

Flávio Antônio da Silva Dotal

Flávio Campestrin Bettarello

Gustavo de Britto Freire Pacheco

Hugo Lorenzetti Neto

Juliana Marçano Santil

Luís Fernando Cardoso de Almeida

Marcus Vinicius Moreira Marinho

Maximiliano da Cunha Henriques Arienzo

Melina Espeschit Maia

Paulo Vinicius dos Santos Garcia

Ricardo Martins Rizzo

Rômulo Neves

Sérgio Carvalho de Toledo Barros

agradecimentos

Embaixador Alberto da Costa e Silva

Embaixador João Clemente Baena Soares

Embaixador Jerônimo Moscardo

Embaixador Carlos Henrique Cardim

Embaixador Álvaro da Costa Franco Filho

Embaixador Virgílio Moretzsohn de Andrade

Embaixador Francisco Soares Alvim Neto

Ministro Luís Henrique Sobreira Lopes

Conselheiro Pedro Miguel da Costa e Silva

Primeiro Secretário Eugênio Vargas Garcia

Primeiro Secretário Geraldo Tupynambá

Primeiro Secretário Carlos da Fonseca

Segundo Secretário Pedro da Silveira Montenegro

Professor Idelber Avelar

Professor John Gledson

Professor André Nestor

Professor José Henrique Fischel de Andrade

Professor Márcio Pereira Pinto Garcia

Rosiane Graça Rigas Martins

Cristina Soares Mathias

Clarissa Henriques e Silva

Maria Nilva de Almeida

Márcia Alves

Eliane Miranda Paiva

Capa:

Hugo Lorenzetti Neto

Crédito das fotos:

Centro de Histórica e Documentação

Diplomática (CHDD)/Fundação

Alexandre de Gusmão (Funag)

Fundação Casa de Rui Barbosa.

Design e Arte

D.Mark web & design

Diretor de Arte: Otávio M. Silveira

Projeto Gráfico: Wemerson N. Eller

Colaboração: Suraia M. Silveira

www.dmarkweb.com.br



os colaboradores

Adam Jayme Muniz (turma 2006–2008 do IRBr) é bacharel em Relações Internacionais pela Universidade de Brasília.

Adriano Botelho (turma 2006–2008 do IRBr) é economista e geógrafo. Mestre e doutor em Geografia Humana pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

Carlos Kessel (turma 2006–2008 do IRBr) é arquiteto e doutor em História pela Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Cesar Pereira Nascimento (turma 2006–2008 do IRBr) é bacharel em Administração de Empresas pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Christiana Lamazière (turma 2006–2008 do IRBr) é bacharel em Direito e mestranda em Relações Internacionais pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Diogo Mendes de Almeida (turma 2006–2008 do IRBr) é bacharel em Jornalismo pela Universidade Federal de Pernambuco.

Eduardo Maragna Guimarães Lessa (turma 2006–2008 do IRBr) é bacharel em Relações Internacionais pela Universidade de Brasília.

Filipe Correa Nasser Silva (turma 2006–2008 do IRBr) é bacharel em Relações Internacionais pela Universidade de Brasília.

Hugo Lorenzetti Neto (turma 2006–2008 do IRBr) é bacharel em Letras pela Universidade de Campinas.

Juliana Marçano Santil (turma 2006–2008 do IRBr) é bacharel em Comunicação Social pela Universidade de São Paulo, mestre em Relações Internacionais e doutora em Ciências Políticas pela Universidade de Bordeaux.

José Henrique Fischel de Andrade é mestre em Direito Internacional pela Universidade de São Paulo, mestre em Relações Internacionais pela University of Cambridge e doutor em Relações Internacionais pela Universidade de Brasília.

Lindolpho Antônio Cademartori de Almeida Araújo (turma 2006–2008 do IRBr) é bacharel em Direito pela Universidade Federal de Goiás.

Marcelo Martínez Soler é Terceiro Secretário da Embaixada da República Argentina em Brasília. Cumpre programa de intercâmbio entre o *Instituto del Servicio Exterior de la Nación Argentina* (ISEN) e o IRBr. É também professor de História da *Universidad de Buenos Aires*.

Marcus Vinicius Marinho (turma 2006–2008 do IRBr) é bacharel em Química pela Universidade de São Paulo e em Comunicação Social (habilitação em Jornalismo) pela Faculdade Cásper Líbero.

Maximiliano da Cunha Henriques Arienzo (turma 2006–2008 do IRBr) é bacharel em Ciências Econômicas pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e mestre em Administração Pública pela San Diego State University.

Mônica Simões Francisco de Sales Barth Tambelli (turma 2005–2007 do IRBr) é bacharel em Letras e em Direito pela Universidade de São Paulo e em História da Arte pelo Instituto Lorenzo de Medici (Florença).

Roberto Aldo Salone (turma 2006–2008 do IRBr) é bacharel em Direito e mestre em Direito Internacional pela Universidade de São Paulo.

Rômulo Figueira Neves (turma 2005–2007) é bacharel em Ciências Sociais, mestre em Sociologia pela Universidade de São Paulo e doutorando em Sociologia pela Universidade de Brasília.

As opiniões aqui expressas pelos autores não refletem necessariamente a posição oficial do Ministério das Relações Exteriores (MRE).

Entrevista com o
Embaixador Alberto da Costa e Silva

UM OLHAR BRASILEIRO SOBRE

Marcus Vinícius Marinho

O aprendizado com a diversidade: esta é a principal lição que o Embaixador Alberto da Costa e Silva, diplomata aposentado, historiador, escritor e africanista, acredita que o Brasil tem a ganhar; aprofundando as relações com o outro lado do Atlântico. “Há muitas Áfricas. O continente é vário, diversificado. A África é uma construção do espírito. Para entender, às vezes, o que é conflitante no continente, e até o que aconteceu aqui no Brasil, temos de ver essa multiplicidade”, afirma.

A visão brasileira da realidade passada e presente da África deve, segundo o africanista, basear-se em um olhar honesto e compreensivo, que busque entender o africano dentro de seu próprio contexto, sem que se dependa de imagens pré-moldadas vindas do exterior. “Precisamos nos aproximar de outras culturas com o olhar delas e não com o nosso olhar. Ainda está muito presente essa imagem da África dos filmes de Tarzan e das séries americanas, que é incorreta. Muito se pôde aprender com a África sobre irrigação, agricultura. Faziam-se ferro e aço de altíssima qualidade na África; Portugal comprava ferro da África para vender na Índia. Os africanos são mestres da tecelagem”, lembra. “A África não estava tão atrasada como se diz; o poder militar europeu não se comparava ao africano, tanto que só no século XIX a Europa consegue poder para invadir de vez o continente”.

Autor de diversos livros sobre a África e suas relações com o Brasil (ver box), o Embaixador se diz incomodado com o debate sobre a dívida histórica brasileira com a população descendente de escravos africanos. “Nenhuma escravidão é benévola, mas tenho um problema com essa questão de dívida. Não sou devedor de ninguém, as dívidas que tenho são as que contrato. A escravidão existiu em todas as partes do

A ÁFRICA

mundo, da China ao extremo da Patagônia. Todos somos descendentes de escravos; são milênios de escravidão. Têm de pedir desculpas também os dirigentes africanos, por venderem tantos de nossos antepassados”.

Defensor do estudo da história africana como um dos pontos focais para a educação no Brasil, Costa e Silva afirma que tal aprendizado é essencial por estar extremamente ligado à realidade e à história brasileiras. “Durante pelo menos duzentos anos, nossos meninos aprenderam tudo sobre Gengis Khan, Luís XIV, Pedro I da Rússia. Mas ninguém ouviu falar em determinadas figuras e acontecimentos históricos que tiveram grande influência sobre o Brasil. Por exemplo, a guerra civil iorubá foi responsável pelo aporte de seiscentos mil escravos no Brasil. Se você se esquecer disso, acaba deixando de entender pontos essenciais de nossa história”, afirma, enfatizando a função de construção e formação que o escravo vindo da África teve em nosso país, por exemplo, no caso da pecuária. O diplomata alerta, no entanto, sobre os riscos de apropriação da história africana por uma parte da população brasileira. “Não devemos transformar isso num gueto, precisamos utilizá-la para explicar o Brasil como um todo”.

“Há muitas Áfricas. O continente é vário, diversificado. A África é uma construção do espírito. Para entender, às vezes, o que é conflitante no continente, e até o que aconteceu aqui no Brasil, temos de ver essa multiplicidade”, afirma.

Como observador político experiente, nosso entrevistado não subestima as atuais dificuldades do continente africano, principalmente no que diz respeito à crise decorrente do choque entre os valores vindos da Europa e dos Estados Unidos e os construídos historicamente na África. “A África vive crise de valores; resta saber se os valores antigos do continente podem conviver com a modernidade africana. Mas a situação também não é composta só de problemas. Só nos chega pelo noticiário a África enferma, que é exceção no campo global. A África não é um continente perdido, é um continente em mutação, como são outros lugares hoje”.

Eis a íntegra da entrevista com Alberto da Costa e Silva, feita após a palestra do Embaixador no Centro Cultural Banco do Brasil, no dia 13 de fevereiro de 2007, em paralelo à exposição “Réplica e Rebeldia”, concedida pelo Instituto Camões de Lisboa.

Juca: Na palestra que fez recentemente em Brasília, o senhor disse considerar a teoria das nacionalidades um “micróbio” para o continente africano, uma espécie de “segundo colonialismo”. Por quê? Quais são as principais dificuldades resultantes do choque entre os valores tradicionais africanos e os importados da Europa e, mais recentemente, da América do Norte para a síntese da modernidade africana?

Embaixador Alberto da Costa e Silva: A teoria de que a cada nacionalidade deveria corresponder um Estado faz ainda grandes estragos na Europa, como vemos nos Bálcãs, e só não os faz mais porque países como a Grã-Bretanha e a França souberam resistir às pressões secessionistas e fragmentárias. Na África anterior ao colonialismo e às influências intelectuais européias, o comum era que os Estados, e não só os que cobriam grandes extensões e tinham populações numerosas, mas até mesmo muitos daqueles tidos por menores, compreendessem mais de um povo, mais de uma etnia, mais de um grupo com línguas,



crenças, valores e costumes diferentes, que não só conviviam, mas se completavam. Dou um exemplo: o do reino de Segou, no chamado delta interior do rio Níger, no século XVIII. Ali havia bambaras, fulas, somonos, soninquês e mandingas. Todos cultivavam a terra e criavam gado miúdo, mas os bambaras se tinham por caçadores e guerreiros, os fulas, por pastores de bovinos, os somonos, por pescadores e canoieiros, os soninquês e mandingas, por comerciantes e plantadores extensivos de milhete. As elites intelectuais que comandaram os processos de independência africana trouxeram o micróbio da teoria das nacionalidades da Europa para a África, e, da grave infecção, que provocou tantos conflitos armados, esta ainda não se curou, embora para isso, de algum tempo para cá, comece a esforçar-se. Jovens e idealistas, os próceres da independência africana quiseram criar países conforme as teorias aprendidas dos europeus e impor os seus sonhos aos seus povos, sem maior apreço pelas estruturas sociais e pelos valores que haviam resistido ao impacto colonial. Eram homens do século XX, do meu século, em que tanto se acreditou, tanto na Europa quanto na Ásia e na América, que se podia voluntariamente refazer o mundo, com os resultados trágicos que testemunhei e o elenco de tiranos que vocês conhecem.

Juca: No entanto, ainda existem na África reinos monárquicos dentro de Estados cunhados à maneira européia. Existe aí uma lição a ser aprendida por outros povos em tempos de “globalização”?

Costa e Silva: Quando fui à Nigéria, em 1960, para as festas da independência, ainda vi reunidos em assembléia os chefes dos diferentes reinos, emirados e cidades-estado que os britânicos haviam amalgamado numa federação. Não sei se isso voltou a suceder, mas sei, pela experiência dos três anos que passei naquele país, que o oni ou rei de Ifé, o obá do Benim, o emir de Kano e os outros chefes tradicionais estavam mais próximos de sua gente do que os membros da Câmara dos Deputados ou do Senado. O que, desde há muito, me pergunto é se, caso se houvesse criado uma espécie de câmara com esses chefes, que representavam os diferentes povos que compõem a Nigéria, e a ela dado voz, o país teria vivido a tragédia que foi a guerra de Biafra.

Juca: O que dizer das relações Brasil – África em perspectiva? Como eram os tempos, por exemplo, de política externa independente, especialmente, no que se refere ao relacionamento do governo brasileiro com o continente africano? Quais eram as percepções dos nossos diplomatas, à época, a respeito dessa aproximação?

Costa e Silva: O Brasil possui uma longa história de relações com a África. Quem quer que leia os Relatórios do Ministério dos Negócios Estrangeiros do Império verificará, pelo número de páginas a eles dedicado, a importância que tinham estas relações em nossa política externa. O Império chegou a designar um encarregado de negócios em Freetown, na Libéria, em 1850, três anos, portanto, depois de se declarar aquele país uma república soberana, e mantinha na África uma boa rede consular, que não se desmanchou

de todo, quando, no fim do século XIX, os europeus ali se impuseram como colonizadores e praticamente nos excluíram daquele continente. Já em 1918, contudo, substituíamos os consulados honorários no Cabo e em Dacar por repartições de carreira, para atender às necessidades da navegação marítima e, mais tarde, no caso de Dacar, do transporte aéreo. E, após a Segunda Guerra Mundial, abríamos uma legação em Pretória e outra em Adis-Abeba.

A partir da independência de Gana, em 1957, a África voltou à agenda da diplomacia brasileira. Naquele mesmo ano, tomaria o Brasil a iniciativa de propor, nas Nações Unidas, a criação da Comissão Econômica para a África, nos moldes da CEPAL. E a cooperação econômica nas áreas do café e do cacau começara a dar-se mesmo antes da série de independências africanas. Durante este período de estabelecimento de novos Estados soberanos, o Brasil foi dos primeiros a reconhecer todas as independências e esteve presente na maioria das cerimônias comemorativas. Em 1960, ainda no governo Kubitschek, o Brasil criou embaixadas em Dacar e Acra, e recebeu a primeira visita oficial de um Chefe de Estado africano, o imperador Hailé Selassié, da Etiópia. Não descuro, portanto, o Brasil da África, tão logo esta voltou a ser senhora de si própria. Mas, na vigência da política externa independente, que o meu querido amigo Afonso Arinos, filho do outro Afonso Arinos, que a pôs em prática, prefere chamar de diplomacia externa independente, foi dada uma grande ênfase às relações com a África, e o continente africano voltou a ser, para a opinião pública, uma realidade.

É difícil, para mim, dizer qual a percepção que tinham então os nossos diplomatas a respeito dessa reaproximação, porque estava na Europa. Sei que João Clemente Baena Soares, a quem substituí na Embaixada em Lisboa, tinha por ela enorme entusiasmo. Entusiasmo que já era meu, quando, em 1958 e 1959, me ocupava dos assuntos africanos no Departamento Econômico do Itamaraty. A Casa deu-me depois enormes oportunidades para começar a conhecer de fato a África. De Lisboa, onde estava lotado, mandou-me, em certos casos, mais de uma vez, à Etiópia, à Nigéria, ao Senegal, ao Togo, ao Daomé, à Costa do Marfim, aos Camarões e a Angola.

Com a renúncia de Jânio Quadros e a demorada crise política dela decorrente, a África perdeu por algum tempo relevância nas preocupações brasileiras, mas não se apagou de todo. Continuamos a reconhecer as novas independências africanas; recebemos, entusiasticamente, em setembro de 1964, a visita oficial de Léopold Sedar Senghor; enviamos missões comerciais aos países africanos; continuamos a nos entender intimamente com eles em matéria de café e de cacau; abrimos embaixadas em Abidjã e em Kinshasa; e, em 1966, comparecemos com importante delegação no I Festival de Artes Negras, em Dacar. O grande aprofundamento nas relações entre o Brasil e a África, de forma sistemática e continuada, teve, porém, início em 1971, com Mario Gibson Barboza – que devolveu à margem atlântica daquele continente a condição de fronteira leste do Brasil –, e se prolongou, por três sucessivas administrações, até por volta de 1985. Durante esse período, o Brasil figurou entre os principais parceiros, em quase todos os planos, de vários países africanos, nos quais era visível a presença de nossos produtos, de nossos investimentos, de nossa cooperação técnica, de nossa televisão, de nosso futebol e de nossos artistas. Veio, depois, uma espécie de refluxo, porque não soubemos nos adaptar à crise que se abateu sobre a maior parte da África e nos deixamos acabrunhar com as nossas próprias dificuldades.

Juca: Qual a sua percepção do momento atual das relações Brasil – África? Quais são os principais desafios contemporâneos para a política externa brasileira no continente africano?

Costa e Silva: Perdoem-me, mas me deixem confessar, antes de tudo, o meu contentamento pessoal. Não trabalhei nem me gastei em vão. O Brasil retoma um interesse pela África do qual nunca me apartei. E os principais desafios serão os da perseverança, da constância, da resistência à tentação de uma política fenícia, de uma política de resultados imediatos, sobretudo na área econômica, e a compreensão de que as várias Áfricas – pois a África é um continente com múltiplas culturas –, até aquelas que mais se parecem com o Brasil, dele são, com quase que a mesma intensidade, diferentes. Há que chegar a cada um de seus países com humildade, de coração aberto e culturalmente bem armado, consciente, porém, de nossas

responsabilidades como parceiro, porque o Brasil – o Brasil que hoje é extraordinariamente melhor do que o dos meus quinze anos de idade, a tal ponto que um teria dificuldade para se reconhecer no outro – é um país muito mais importante e tem um peso internacional muito maior do que julgamos os nossos desânimos. A África é difícil, mas é inseparável de nossa vida como nação. E cobra de nós uma política mais do que de cooperação. O nosso maior desafio será de saber agir generosa e positivamente, sem esperar receber como resposta mais do que amizade. E compreender o que já devíamos saber de cor: nós, diplomatas, embora nos apressemos a solucionar os problemas de cada dia, trabalhamos sobretudo num outro tempo, e o nosso ritmo miúdo disfarça ou convive polifonicamente com um outro, largo, aquele que verdadeiramente importa e no qual se funda o que será futuro.

Juca: Em *O Itamaraty na Cultura Brasileira*, o senhor compila ensaios sobre algumas das figuras mais representativas e expressivas da cultura brasileira nos séculos XIX e XX, todos, em algum momento, filhos desta Casa. Sendo o senhor mesmo um renomado poeta, um Imortal e ex-presidente da Academia Brasileira de Letras, como avalia as dificuldades de coordenar uma vida de escritor com a de diplomata? Encoraja outros colegas a fazê-lo?

Costa e Silva: É difícil conciliar a criação literária com o exercício da diplomacia. Por isso mesmo, porque difícil, vale a pena tentá-lo. A diplomacia é absorvente, é um trabalho sem repouso, e nos deixa para a criação literária as horas mais cansadas. Mas a criação literária pode enriquecer e completar a atividade diplomática. Vejam-se os exemplos de Paul Claudel, Alfonso Reys e Jorge Carrera Andrade, lembrados como diplomatas que tiveram belas atuações no Brasil, em grande parte porque foram aceitos e admirados por nossa inteligência e, por isso, se cercaram de respeito.

O avião a jato, o telefone e a Internet reduziram muito a ação pessoal dos diplomatas. Mas, numa negociação ou nos contatos diários com as autoridades estrangeiras, a simpatia, o charme intelectual, o respeito que se tem por aquele que sabemos que sabe, a confiança na seriedade do interlocutor, a sua cultura e a sua personalidade ainda são elementos que pesam enormemente. Era assim no passado, é no presente e, creio, continuará a ser no futuro. O diplomata sempre foi tido como um homem necessariamente culto. Se for uma pessoa rasa, dificilmente compreenderá os indivíduos e as situações com que terá de lidar. E não basta ler revistas e livros sobre política externa. Quando eu dava aulas no Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas, costumava afirmar – e ainda penso estar certo – que, para entender o que se passa no mundo, se pode dispensar a leitura de *Foreign Affairs* – cujas matérias envelhecem em menos de um lustro e, às vezes, meses depois de serem publicadas –, mas não a dos romances de Balzac, que nos dão lições insubstituíveis sobre a natureza e o exercício do poder.

Fui escritor de domingo durante todo o meu tempo na ativa e só na aposentaria pude realizar alguns de meus projetos. No entanto, o fato de ser escritor, de tentar ser um homem de cultura, abriu-me portas por toda parte. Graças a isso, pude ter acesso ao que havia de melhor no plano da inteligência e do saber nos países em que servi. Por outro lado, se não tivesse sido diplomata, provavelmente não teria escrito o que escrevi.

Juca: Como foram os seus tempos de Instituto Rio Branco e de Terceiro Secretário? Quais as expectativas que o senhor então tinha da carreira, e quais delas se materializaram? O senhor teve algum autor, livro ou mentor que o inspirou àquela época?

Costa e Silva: Foram tempos felizes, ainda que, no meu caso pessoal, a felicidade vestisse uma profunda tristeza que me acompanhou a vida toda e da qual só comecei a despedir-me há alguns poucos anos. Foram tempos felizes, porque nada substitui a alegria de ser jovem. No Instituto Rio Branco, havia uma intensa competição pelas melhores notas, mas éramos mais do que camaradas e continuamos a ser amigos até hoje. O Rio Branco era muito exigente – exigentíssimo! Naquela época, quem tirasse menos de 6 (ou seria 5?) numa matéria, era imediatamente excluído do curso. Fazíamos, por assim dizer, vestibular o tempo inteiro. Esse rigor exigia de nós que fôssemos sempre melhores. Mas não impedia que, no intervalo

das aulas, afastássemos as carteiras para abrir espaço, ainda que pequeno, para uma “pelada”, uma “pelada” que jogávamos sem tirar a gravata e que revejo como uma antecipação cômica do futsal. Éramos espantosamente críticos, por isso não tivemos mentores. Tivemos, sim, bons mestres, e alguns ótimos. Não os cito para não cometer injustiças e porque de todos guardo excelentes lembranças. Mas não resisto a mencionar o Padre Fernando Bastos de Ávila, que era nosso professor de Problemas Brasileiros, e com cuja companhia seus ex-alunos Sérgio Paulo Rouanet e eu continuamos a nos enriquecer na Academia Brasileira de Letras. Dos livros não lhes falo, porque era e continuo a ser um leitor insaciável. A carreira tratou-me muito bem. Deu-me até o que sonhei quando terceiro secretário: ser embaixador em Portugal. Nela, não vivi um só ano que não fosse estimulante. Conheci povos diferentes e me enfrontei em suas vidas, em sua história, em sua literatura, em suas artes plásticas, em sua música. Em todos os lugares, procurei ser mais um da terra e ganhei amigos. E olhem que sou, de natureza, arredio, esquerdo e tímido. A diplomacia, porém, me fez o favor de corrigir ou, ao menos, abrandar esses defeitos. A vida diplomática também me castigou. Com o mal da ausência. Vivi a aventura das terras distantes à custa do sentimento permanente de estar longe da minha. O exílio é duro. Senti sempre que me gastava em outras terras e, como disse num poema para ser inscrito sobre o meu túmulo, que era “de mim uma sombra emigrada”, porque me via empobrecido e incompleto no estrangeiro. Cumpriram-se todas as esperanças do rapaz que cursava o Rio Branco? Certamente, não. Mas as que se cumpriram me bastam. Cheguei à velhice feliz. Não tão feliz como quando tinha meus vinte anos. Mas feliz. ■

Diplomata aposentado, membro da Academia Brasileira de Letras, memorialista, ensaísta e historiador, o Embaixador Alberto da Costa e Silva tem uma vasta bibliografia que se enriquece a cada ano, sobretudo depois que se desligou de suas funções na carreira e passou a dispor de tempo para a literatura. Cabe destacar aqui seus livros sobre a África, seu principal tema de estado. Seguem os títulos indicados:

- **A enxada e a lança: a África antes dos portugueses** (1992–1996);
- **As relações entre o Brasil e a África Negra, de 1822 à 1ª Guerra Mundial** (1996);
- **A manilha e o libambo: a África e a escravidão, de 1500 a 1700** (2002) (ganhador do Prêmio Sérgio Buarque de Holanda, da Fundação Biblioteca Nacional, e do Prêmio Jabuti);
- **Um rio chamado Atlântico: a África no Brasil e o Brasil na África** (2003);
- **Francisco Félix de Souza, mercador de escravos** (2004).
- **Ficções da memória: A invenção do desenho** (2007).

DOSSIÊ HAIA

ÁGUIA NA HAIA:

olhar geral sobre a participação
brasileira na II Conferência de Paz

Adam Jayme Muniz



“Vi todas as nações do mundo reunidas, e aprendi a não me envergonhar da minha.”

Rui Barbosa

Acontecimentos mundiais de grande envergadura colocam à prova os objetivos e as aspirações dos países e proporcionam oportunidades para os governos formularem novas linhas de ação e deixarem sua marca na História. Assim parecia ser o desafio posto ao Brasil há cem anos, por ocasião da II Conferência de Paz da Haia de 1907. Era o primeiro encontro mundial em que o Brasil se faria presente, inaugurando suas relações multilaterais em escala global.

Da mesma forma que na I Conferência de Paz de 1899, o segundo encontro era um tanto anômalo. Diferente de outras conferências de paz, estas não se realizavam depois de conflitos bélicos, que de fato justificassem, portanto, o termo paz. Pelo contrário, eram conferências de paz com o intuito de estabelecer, paradoxalmente, normas da guerra.

Mais peculiar, ainda, era o contexto da II Conferência, quando avaliado o cenário internacional no qual ela se fez. Era momento em que se assinava o pacto da Tríplice Entente, os países europeus estavam em plena corrida armamentista, que culminaria na Primeira Guerra Mundial, o socialismo revolucionário espalhava-se pelo Velho Continente, a África havia sido partilhada entre as grandes potências da Europa, os Estados Unidos ascendiam como nova potência, e a guerra entre Rússia e Japão terminara recentemente. O sistema de nações deixava de ser exclusivamente europeu, para assumir a natureza de um sistema verdadeiramente global.

Antecedentes

A I Conferência Internacional da Paz foi convocada pelo Czar Nicolau II da Rússia e teve lugar de 18 de maio a 29 de julho de 1899 na cidade da Haia. Apenas 26 nações estiveram representadas, sendo somente o México e os Estados Unidos do hemisfério americano. O Brasil, apesar de convidado, não enviou delegação à Conferência, alegando dificuldades internas.

Em outubro de 1904, o Secretário de Estado norte-americano John Hay enviou uma circular às representações dos Estados Unidos no exterior, pedindo que fossem averiguados os sentimentos dos demais poderes mundiais com relação à convocação para uma segunda conferência. A nota baseava-se na chamada Declaração de Saint Louis, da União Interparlamentar, que pedia ao Presidente Theodore Roosevelt instar aos governos a realização da II Conferência.¹

A circular recordava aquelas questões legadas pela I Conferência a um futuro encontro, tais como o direito de neutralidade, a inviolabilidade de correspondências públicas e privadas de nações neutras e o tratamento de navios de guerra em portos. Alguns dos questionamentos foram feitos durante a guerra russo-japonesa em curso.²

¹ DIMEGLIO, Peter Martin. *The United States and the Second Hague Peace Conference: the Extension of the Use of Arbitration*. Nova Iorque, 1968. Tese (Doutorado em História) – St. John's University, p. 19-22.

² *Ibidem*.



“Several American Republics intended to appoint the same delegates to Rio de Janeiro and The Hague and the attention of their Governments could not be divided between the two Conferences. As you know our program is even, in part, preparatory for the Hague Conference.”

Em face do conflito no Extremo Oriente, o momento para a conferência era inoportuno. Apenas após a assinatura do Tratado de Portsmouth, de 1905, que deu fim à guerra entre Rússia e Japão – acordo em que Roosevelt desempenhou papel primordial –, abriu-se caminho para a realização do encontro. Na semana seguinte à assinatura do tratado, os russos procuraram Roosevelt para comunicá-lo de que a Rússia, “como iniciadora da Conferência Internacional da Paz de 1899”, sentia que era tempo de convocar outra conferência.³ Os russos disseram que forneceriam um programa detalhado para novo encontro, e Roosevelt concordou em permitir que o Czar assumisse a iniciativa.

Hay trouxe a idéia de convidar todas as nações latino-americanas, que, não convidadas para a I Conferência, estavam mais atentas às próprias posições no mundo e desejavam participar da política internacional em escala global. Isso estava em consonância com os anseios do Barão do Rio Branco, já Ministro das Relações Exteriores, de expandir a participação brasileira nos processos de concertação internacional. Elihu Root, que assumiu o Departamento de Estado em 1905, persuadiu as nações européias a convidarem todas as nações ocidentais, dando continuidade aos esforços de seu antecessor.⁴

A conferência foi inicialmente agendada pela Rússia e pelos Países Baixos para o verão europeu de 1906, na mesma cidade em que os delegados se reuniram em 1899. Entretanto, por meio de carta datada de 5 de abril de 1906,

O Governo brasileiro iniciou gestão junto ao Secretário de Estado Eli Root, requisitando o adiamento da Conferência até o final da III Conferência Pan-Americana, que já havia sido previamente agendada para julho daquele ano no Rio de Janeiro.

Dizia Joaquim Nabuco, na solicitação: Several American Republics intended to appoint the same delegates to Rio de Janeiro and The Hague and the attention of their Governments could not be divided between the two Conferences. As you know our program is even, in part, preparatory for the Hague Conference.⁵

No dia seguinte, Root respondeu à proposta russa sobre a data da Conferência. Sublinhou que não só a abertura do encontro seria numa época inconveniente para a América Latina, mas também que a Convenção da Cruz Vermelha, então em curso em Genebra, não haveria terminado seus trabalhos até o início do encontro, e os resultados desta eram, de fato, de maior importância prática para a II Conferência. Root sondou também as principais potências européias – Grã-Bretanha, França, Alemanha – a respeito da data do encontro e todas se mostravam a favor do adiamento.⁶

Por fim, a II Conferência de Paz da Haia teve a abertura postergada para 15 de junho de 1907.

O Brasil à época da Conferência

Até aquele momento, as relações internacionais do Brasil estavam circunscritas ao plano bilateral ou

³ NELSON, William Neal. Status and Prestige as a Factor in Brazilian Foreign Policy, 1905-1908. Luisiana, 1981. Tese (Doutorado em Estudos Latino-americanos) – Louisiana State University, p. 85-86.

⁴ BURNS, E. Bradford. The Unwritten Alliance. Rio-Branco and Brazilian-American relations. Nova York: Columbia University Press, 1966. p. 126.

⁵ Apud DIMEGLIO, Peter Martin. Op. cit., p. 33.

⁶ DIMEGLIO, Peter Martin. Op. cit., p. 33-38.

sub-regional. Foi nos dez anos de gestão do Barão do Rio Branco (1902–1912) à frente do Ministério das Relações Exteriores que o Brasil pôde reforçar as relações hemisféricas e extra-hemisféricas no plano multilateral.

Novo eixo diplomático

Rio Branco estabeleceu as linhas mestras da política externa brasileira no momento em que o sistema internacional se deslocava do âmbito exclusivamente europeu para a esfera verdadeiramente global. O fortalecimento da amizade entre o Brasil e os Estados Unidos foi um dos objetivos do Barão, forjando uma “aliança não-escrita”, segundo a síntese de Bradford Burns, com os norte-americanos. O Chanceler logrou sucesso na aproximação e construiu novos laços sobre aqueles já estabelecidos pela Proclamação da República.⁷ O Barão percebia o peso dos Estados Unidos na nova distribuição do poder mundial e o fato de que a América Latina estava na sua área de influência. Apesar dessa aproximação, Rio Branco continuou sensível à visão de mundo própria do Brasil, mantendo a liberdade de ação do País nas relações internacionais.

Por iniciativa do Barão, foi aberta a primeira Embaixada brasileira em Washington, tendo sido nomeado Joaquim Nabuco como Chefe do Posto. Nabuco logo faz amizade com Root e foi o articulador da ida do Secretário de Estado ao Brasil durante a Conferência Pan-Americana de 1906. Possuir uma representação permanente na capital norte-americana foi de fundamental importância para as gestões realizadas junto ao Departamento de Estado durante a II Conferência de Paz da Haia.

Um delegado para a Conferência

Quando o convite para a Conferência já tinha se tornado público, a imprensa nacional começou uma série de especulações a respeito de quem seria o Chefe da Delegação brasileira. Rio Branco sentia que o comparecimento do Brasil deveria ser marcado por um nome de prestígio, uma figura que mostrasse o status intelectual e negociador necessário para firmar a presença brasileira no encontro.

A primeira pessoa considerada pelo Chanceler para o posto foi o Embaixador Joaquim Nabuco. Entretanto, o Correio da Manhã iniciou uma campanha para lançar a candidatura do Senador Rui Barbosa, em detrimento da de Nabuco. Partindo de jornal implacavelmente oposicionista – para o qual escrevia Manuel de Oliveira Lima, na época, divergente das opiniões do Barão –, a campanha logo surtiu efeitos na opinião pública, que via com bons olhos a nomeação do Senador.

Rio Branco levou a indicação de Rui ao Presidente Afonso Penna, ainda que mantivesse a recomendação do nome de Nabuco. Escreveu o Barão a Joaquim Nabuco: “Já houve um ministério de águias, poderíamos ter ali delegação de águias, se você quisesse”. O Embaixador retrucou, argumentando que não poderia ir como segundo e Rui só poderia ir como primeiro.⁸

A aquiescência de Rui Barbosa foi um tanto árdua, levando 42 dias para a resposta final, muito embora vários jornais publicassem boatos sobre a aceitação do convite – o que levou Rui a escrever para o Barão por diversas vezes. Pouco antes da aquiescência, um artigo publicado por J. J. Seabra, com o intuito de reacender antigas divergências entre o Ministro e o Senador, provocou visíveis efeitos, como se pode inferir das correspondências que trocaram entre si acerca do episódio, desfazendo as recordações e mágoas sobre antigas divergências.⁹

⁷ BUENO, Clodoaldo. Rio Branco: Prestígio, Soberania e Definição do Território (1902-1912). In: CERVO, Amado, BUENO, Clodoaldo. **História da Política Exterior do Brasil**. Brasília: Ed. UnB, 2002, p. 177.

⁸ LACOMBE, A. J. **Rio-Branco e Rui Barbosa**. Rio de Janeiro: Min. das Relações Exteriores, 1955, p. 71.

⁹ *Ibidem*, p. 73-82.

¹⁰ Rui Barbosa chega a escrever a Rio Branco uma carta de recusa ao convite, que não chegou a ser expedida.

Rui Barbosa acabou aceitando o convite, tendo a hesitação, todavia, perdurado até o último momento.¹⁰ Em seguida, passou-se aos preparativos da Delegação que Rio Branco desejava organizar para Haia.

A preparação para a Conferência

Rio Branco iniciou imediatamente a preparação do material necessário para a delegação brasileira, inclusive as resoluções da I Conferência, despachos diplomáticos relativos aos pontos principais em debate, legislação concernente aos temas do programa e trechos de reportagens da imprensa internacional acerca do pensamento de algumas das personalidades que estariam presentes no encontro. O Chanceler fazia questão de fazer anotações que explicassem minuciosamente como os delegados deveriam agir durante o encontro.¹¹

Estar presente na Conferência era a maneira de ampliar o prestígio internacional do Brasil, e Rio Branco almejava, ainda, que o País recebesse alguma honraria naquele encontro. Em face do receio de que a Argentina pudesse receber alguma distinção – por força da amizade com o influente ministro inglês – que ofuscassem as chances de o Brasil receber igual título, o Chanceler iniciou uma série de comunicações a Nabuco nos Estados Unidos. O Embaixador procurou Root para discutir as aspirações brasileiras – tendo em mente que havia sido Root quem conseguira obter os convites aos latino-americanos e mudar a data da conferência, não seria difícil, pois, que ele conseguisse um posto de honra ao Brasil. A delegação norte-americana foi instruída a colaborar com os latino-americanos e a tentar conseguir o título honorário. Este episódio surtiu os efeitos desejados, com a nomeação de Rui Barbosa como *Président d'Honneur* da Primeira Comissão, das quatro em que se dividiria a Assembléia, responsável pelo tratamento da questão da solução pacífica de controvérsias, incluindo a arbitragem. O posto era apenas de honras e não traria, de fato, implicações práticas significativas.

Além disso, Joaquim Nabuco também se engajou na preparação da Delegação, tendo ele próprio viajado à Europa para preparar o ambiente para a chegada de Rui. No entender de Álvaro Lins, Nabuco dirigiu-se ao Velho Continente para explicar a suas contrapartes européias “o valor, a significação da personalidade do delegado brasileiro; interessa-se pela missão do companheiro com se fosse sua”.¹² O Embaixador chegou a fazer notas confidenciais de diversas personalidades da Conferência, tendo até mesmo feito referência a hábitos, gostos e características de alguns participantes. No Itamaraty, o Barão continuou até os últimos momentos antes da viagem dos delegados brasileiros a coletar informações que considerava relevantes para a atuação brasileira.

Por fim, a Delegação, escolhida com miudeza, que partiu para Haia em maio de 1907 era composta por Rui Barbosa, “Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário e Delegado Plenipotenciário”, por Eduardo dos Santos Lisboa, “Ministro Plenipotenciário e Delegado”, por dois delegados técnicos, por três Primeiros Secretários e cinco Segundos Secretários.¹⁴ Era uma das maiores delegações da Conferência, a maior dentre os latino-americanos, maior até que a delegação dos Estados Unidos.

A Conferência

Quando os delegados se reuniram no Binnenhof de Haia, encontravam-se representados todos os governos independentes do mundo, à exceção da Abissínia – cujo imperador recusou enviar representante –, da

¹¹ CARDIM, C. H. O Barão do Rio Branco e Rui Barbosa. In: CARDIM, C.H., ALMINO, J. Rio Branco, a América do Sul e a Modernização do Brasil. Brasília: Min. das Relações Exteriores, 2002. p. 190.

¹² BURNS. Op. cit., p. 118.

¹³ Apud LACOMBE. Op. cit., p.83.

¹⁴ O Courrier de la Conférence n° 72, do dia 6 de setembro de 1907, trazia na primeira página a foto de toda a Delegação brasileira na Haia.



Libéria e do Marrocos – que não foram convidados –, e de Honduras e da Costa Rica – que não enviaram delegados. Os russos representavam a Rússia e Montenegro, bem como Colômbia e São Salvador tinham o mesmo representante. Estavam presentes ao todo 44 Estados, representados por mais de duzentos delegados. Era a conferência internacional que reunia o maior número de emissários até então.

A Conferência teve início no dia 15 de junho e perduraria até 18 de outubro de 1907. No dia 19 de junho, estabeleceu-se a organização da Conferência com a designação dos membros e temário das Comissões. A Primeira Comissão cuidou dos temas da solução pacífica de conflitos internacionais e da organização do Tribunal de Presas. A Segunda Comissão ficou responsável pelo temário da melhoria das leis e costumes de guerra terrestre e do direito e obrigações dos neutros em terra. A Terceira Comissão dedicou-se a temas relacionados a portos: bombardeio de portos, colocação de torpedos e minas submarinas e regime de navios de guerra em portos neutros. A Quarta Comissão, presidida pelo Plenipotenciário russo Fyodor Martens, que havia se destacado na I Conferência de 1899,¹⁵ abarcava os principais temas relativos à guerra marítima. Este foi o assunto mais debatido na Conferência, o que tornou a Quarta Comissão a de maior destaque, tendo sido assinadas sete convenções, na ocasião, sobre conflitos no mar.

O Brasil no desenrolar da Conferência

Muitas delegações aguardavam para conhecer os representantes da América Latina e, especialmente, o Delegado brasileiro¹⁶, uma vez que havia sido o único latino-americano indicado como presidente de honra para a Primeira Comissão. William Stead, editor do *Courrier de la Conférence*, narra que a resposta dada pelos russos quando questionados sobre a indicação do brasileiro foi de que Rui “era um dos mais eminentes homens da Conferência [...] era um Embaixador, era Vice-Presidente do Senado Brasileiro e reputado um dos maiores oradores e dos mais proficientes juristas da América do Sul”.¹⁸

O primeiro discurso do Plenipotenciário brasileiro aconteceu no dia 28 de junho, na 4ª Comissão, e versou sobre o tema da abolição da captura e o repúdio ao corso. Foi um discurso longo, cheio de dados históricos e citações, que pouco ou nada inovava. O Brasil seguia a posição norte-americana, que visava a acrescentar à primeira cláusula da declaração de Paris de 1815 – na qual o corso foi abolido – que a propriedade particular dos súditos ou cidadãos de uma das potências beligerantes no alto mar não poderia ser apreendida por navios de guerra nacionais da outra, salvo no caso de contrabando de guerra. O voto de Rui Barbosa foi no sentido de que convinha “abolir a prática em vigor da captura e confisco da propriedade debaixo de bandeira inimiga na guerra marítima”.¹⁹ A primeira palavra de Rui não pareceu causar as reações esperadas.

Um dos temas que mais geraram controvérsia na discussão acerca da guerra marítima foi o da transformação de navios mercantes em navios de guerra, debatido na Quarta Comissão. Debatia-se sobre o local em que se poderia ocorrer a transformação. Admitia-se que a dita transformação poderia ocorrer em águas territoriais ou no porto de um dos beligerantes, bem como no de um aliado, ou ainda em território ocupado por ele. Concordava-se que a transformação em águas territoriais ou porto de Estado neutro fosse vedada. A grande questão, porém, era da transformação em alto-mar. A Inglaterra, endossada pelo Brasil, alegava que a transformação operada em alto-mar ofereceria sérios perigos para os neutros, que tinham todo o interesse em saber de antemão quais os navios que podem exercer os direitos de beligerante.²⁰

¹⁵Martens destacou-se na I Conferência pela introdução, no preâmbulo da II Convenção assinada em 1899, de cláusula que hoje recebe seu nome. A Cláusula Martens (ou Cláusula De Martens) refere-se ao princípio de direito internacional segundo o qual, nos casos não compreendidos pelo direito vigente, as populações e os beligerantes permanecem sob a proteção dos princípios do Direito das Gentes, pelos princípios de humanidade e pelas exigências da consciência pública.

¹⁶Rio Branco cuidou que Rui Barbosa ficasse hospedado com a família num luxuoso hotel. Rui chega a comparar suas instalações às alemãs, de proporções iguais, e às francesas, inferiores.

¹⁸STEAD, William T. *Brazil em Haya*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1925. p.8.

¹⁹*Ibidem*, p. 87 e 88.

²⁰MELLO, C. de A. *Curso de Direito Internacional Público*, v. II, 13ª edição, Rio de Janeiro: Renovar, 2001, p. 1488-93.



O incidente

No calor dos debates sobre a guerra marítima, Rui proferiu o discurso mais importante para seu histórico desempenho no “Parlamento do Mundo” – como era comum designar a Conferência. No dia 12 de julho, Rui discursou longamente sobre a dimensão política da questão, motivando a observação histórica do Presidente Martens de que as questões políticas não eram da competência da Conferência: “O memorial do nobre embaixador do Brasil constará dos processos verbais das nossas sessões, devo, porém, observar que a política não é da alçada da Conferência.”²¹

O comentário, que havia gerado aplausos da assembléia, fez que Rui pedisse a palavra e, com veemência e de improviso em idioma estrangeiro, contestasse Martens. Barbosa tentou mostrar que tudo que ali se fazia nada mais era que política. Em resposta, Rui disse seguinte:

Quer-se deveras fugir aqui da política? Mas, meu Deus! É pagarmo-nos

de nomes; é não discernimos a realidade. A política é a atmosfera dos Estados. A política é a região do direito internacional. De onde emana todo ele, senão da política? São as revoluções, são as guerras, são os tratados de paz que elaboram lentamente esse grande corpo de direitos da nações. [...] Cortar-nos de todo em todo o contato com a política seria ditar-nos o impossível, e o que então se nos impediria, era o próprio uso da palavra.

Desarmados e surpresos ante a argumentação incisiva, Martens e o auditório escutaram-no até o fim, em silêncio. Não houve palmas. Martens logo encerrou a sessão sem aludir ao incidente. A impressão causada pela réplica enérgica e inesperada havia surtido efeitos: por dias, comentava-se o incidente entre os delegados.

As Cortes: o Tribunal de Presas e o Tribunal de Arbitramento

Na I Conferência da Paz, adiou-se a discussão da “Convenção I para a solução pacífica dos conflitos”, em que se recomendava a criação de um tribunal permanente de arbitragem. Rui concentrou seus esforços justamente sobre essa questão. Durante a discussão sobre a composição e a competência deste tribunal, quando ele, sobretudo, brigou pelo princípio da igualdade entre as nações nos fóruns internacionais, deu-se a notoriedade da sua atuação em Haia.

²¹Apud VIANA FILHO, Luiz. A Vida de Rui Barbosa. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 8ª ed., 1977. p. 299.

²²Apud STEAD, William. Op. cit., p. 98-104.

As divergências tiveram início nos debates sobre o Tribunal de Presas.²³ Tratou-se de estabelecer uma jurisdição internacional que decidisse sobre o destino das presas de guerra. A inquietação brasileira estava amparada na preocupação de que o sistema de representação aprovado para o tribunal, que não privilegiava o Brasil, influenciasse o sistema de representação a ser adotado para o Tribunal de Arbitramento – este, sim, de interesse direto para o País.

A proposta teuto-britânica, vitoriosa, de criação do Tribunal de Presas era de criar um órgão de segunda instância competente para analisar os recursos emanados de decisões proferidas pela jurisdição doméstica, portanto, de primeira instância. Esta corte seria formada por 15 juízes divididos em dois grupos, um constituído por Alemanha, Áustria-Hungria, Estados Unidos, França, Grã-Bretanha, Itália, Japão e Rússia, cujos juízes exerceriam um mandato permanente, e outro composto por sete juízes oriundos dos demais países, escolhidos por rodízio.

Rui Barbosa posicionou-se contra a proposta diante da inferioridade atribuída ao Brasil no rodízio. Propôs que cada Estado tivesse um assento permanente na Corte, no entanto, os outros delegados perceberam que tal proposta produziria um Tribunal de difícil gerenciamento. Achavam que certos arranjos eram necessários para delimitar o número de membros e estavam dispostos, para tanto, a dar prioridade aos países com maior influência política.

Na sessão plenária de 21 de setembro, o Brasil foi o único voto contra o projeto do Tribunal de Presas. Ao fim da Conferência, a convenção sobre o tema foi assinada, porém jamais entrou em vigor devido à falta do mínimo de ratificações. Esta foi a única convenção assinada na Conferência que nunca vigorou. Em discurso no dia 17 de agosto, ainda sobre o Tribunal de Presas, Rui Barbosa afirmou que “a constituição do tribunal permanente de arbitramento é negócio de interesse universal, que não encara as nações segundo a sua importância relativa. Não se reconheceria ali diferenças de interesses, a menos que não fossem em favor dos débeis contra os fortes”.²⁴

A discussão formal sobre a matéria de um novo Tribunal de Arbitragem²⁵ foi iniciada pelo Delegado holandês Asser. Ele esperava que a corte de arbitragem estabelecida na Primeira Conferência pudesse se tornar permanente de facto. Ele descrevia o tribunal de 1899 como “the phantom of a court, an impalpable spector, or to be more precise [...] a recorder with a list. [...] only the existence of such a tribunal, even without juridical obligation to invoke its decision [would] exert an immense moral effect in the interests of justice and peace”.²⁶ Bieberstein, da Alemanha, apoiou a recomendação de estabelecer um Tribunal com mais força. Joseph Choate, dos EUA, diante da vontade alemã, percebeu que proposta da nova corte poderia lograr mais sucesso de que um acordo sobre arbitramento obrigatório.

A proposta conjunta anglo-germânico-americana previa uma instituição com dezessete membros, nove dos quais constituiriam o quorum, que se encontraria anualmente em Haia; nenhum juiz poderia envolver-se num caso em que seu país de origem fosse parte.²⁷ A Alemanha, os Estados Unidos da América, a Áustria-Hungria, a França, a Grã-Bretanha, a Itália, o Japão e a Rússia, países de maior população, designariam, cada um, um juiz permanente. Os demais países seriam representados por grupos, cabendo à América Latina um só representante; ou seja, feria-se o princípio de igualdade e o Brasil ainda corria o risco de não ter assento no tribunal.

A proposta começou a receber importantes apoios, malgrado várias sugestões de emendas. A oposição à proposta iniciou-se a partir do décimo encontro da mesma subcomissão, com as intervenções de Beern-

²³ A expressão presa possui dois sentidos: a) é a operação de guerra naval pela qual um beligerante coloca sob o seu poder um navio de comércio ou mercadorias de países inimigos ou neutros, com a finalidade de fazer seu tribunal de presa pronunciar-se sobre o seu confisco; b) é o navio ou mercadoria que foi objeto da medida de guerra naval designada anteriormente. MELLO, op. cit. p. 1315.

²⁴ Apud STEAD. Op. cit., p. 137.

²⁵ Arbitragem pode ser definida como sendo a solução dos litígios internacionais de modo pacífico por meio de juizes ou árbitros escolhidos entre as partes litigantes.

²⁶ Apud DIMEGLIO. Op. cit., p. 187.

²⁷ A regra não foi seguida à época da elaboração do Estatuto da Corte Permanente de Justiça Internacional (atual Corte Internacional de Justiça), quando se preferiu a criação da figura anômala do juiz ad hoc apontado pelo Estado litigante que não tenha, entre os membros do Tribunal, algum nacional de seu país.

aert, da Bélgica e, mais ferrenhamente, de Rui Barbosa.

Classificado na terceira categoria, abaixo de países europeus menores e menos populosos, o Brasil considerava o projeto injusto. Rio Branco chegou a escrever a Rui, dizendo que achava o plano “humilhante e abaixo da dignidade do Brasil”. O Barão estava desapontado com a aliança entre EUA e Europa e com o isolamento da América Latina. A intenção brasileira era conquistar uma cadeira permanente no novo tribunal. Entre várias propostas idealizadas pelo Chanceler, uma estabelecia um tribunal com 21 membros, em que quinze Estados com uma população superior a dez milhões de habitantes teriam assento permanente e as demais cadeiras seriam ocupadas pelos outros países, em critério rotativo.²⁸ Contudo, para alcançar seus objetivos, o Brasil precisaria do apoio dos norte-americanos.

À ocasião, Rui Barbosa oferecia banquetes em Haia para aproximar-se das demais delegações. Em homenagem à delegação norte-americana, Rui ofereceu jantar para Choate e seus compatriotas, como manifestação do bom entendimento entre os dois países. Além disso, a respeito da proposta brasileira, Rio Branco entrou em contato com o Departamento de Estado, que instruiu seus delegados na Conferência a apoiarem o Brasil. Apesar dos esforços de reaproximação, as relações foram-se tornando cada vez mais tensas à medida que as negociações para a corte seguiam, e a igualdade das nações tornava-se o tópico central do debate.

Ao perceber a efemeridade da proposta de organização do tribunal e ao notar o desapontamento de algumas nações que ficariam de fora, como a Argentina, Rui rapidamente abandonou a ideia do tribunal de 21 membros em prol de uma organização mais igualitária. Tendo por base o princípio da igualdade dos Estados, o Delegado brasileiro apresentou uma nova proposta, na qual todos os países teriam assento ao alvedrio de as partes litigantes submeterem as suas questões ao plenário do Tribunal ou apenas à apreciação de juízes por elas escolhidos.

À medida que as posições das delegações brasileira e norte-americana se mostravam mais divergentes, ficava claro que o Brasil liderava praticamente todas as demais nações latino-americanas, bem como várias nações européias, na luta pelo reconhecimento do direito de igualdade entre as nações. Rio Branco, no Rio de Janeiro, levava o caso do princípio da igualdade às outras chancelarias da América Latina, requerendo apoio destas à causa brasileira.

Os delegados de várias potências européias começaram a abrir concessões à proposta brasileira, mas o impasse persistia. Aos que consideravam o princípio da igualdade ofensivo às grandes potências, por colocar seus árbitros em paridade aos de qualquer país, Rui respondeu:

Se o argumento fosse verdadeiro poderia transformar-se numa arma de dois gumes contra os nossos antagonistas, tornando impossível a criação em que os autores do projeto americano sonham a perfeição da arbitragem internacional. Pois, se os grandes Estados não se fiam na imparcialidade dos pequenos, por sua vez estes poderiam invocar razões para não confiarem na imparcialidade dos grandes.

Dada a falta de consenso, Aleksandr Nelidov, Presidente da Conferência, nomeou então uma comissão de sete membros para examinar a matéria. Foram os “Sete Sábios” da Conferência, como cognominado por William Stead no *Courrier de la Conférence*. Formavam o grupo Marschall, Nelidov, Choate, Bourgeois, Kapos-Mére, Tornielli e Rui Barbosa, aos quais, por proposta de Rui, adicionou-se Sir Edward Fry.²⁹

A conciliação, no que se referia às regras de composição do Tribunal de Arbitragem, não foi alcançada.

Os “sábios”, no entanto, chegaram às seguintes conclusões: eliminação da proposta anglo-germânico-americana; afirmação da inviolabilidade do princípio de igualdade entre os Estados; condenação do sistema

²⁸ BURNS. Op.cit., p. 122-3.

²⁹ Representantes, respectivamente, da Alemanha, da Rússia, dos EUA, da França, da Áustria-Hungria, Itália, Brasil e, adicionalmente, do Reino Unido.

³⁰ CUNHA, Pedro Penner da, *A Diplomacia da Paz*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1977. p. 48.

de rotação dos juízes. À luz destas decisões, Rui telegrafou a Rio Branco, entusiasmado: “essas três resoluções constituem três grandes vitórias para nós”.

Diante da dissonância acerca da organização e da composição da corte que se instaurou na Comissão dos Sábios, frustrava-se a criação do Tribunal de Arbitragem e, por conseguinte, a Conferência estava fadada ao fracasso – malogro que era atribuído, sobretudo, a Rui. À medida que as comissões terminavam os trabalhos, aguardava-se apenas o fim da Conferência.

Com o fim de evitar o desfecho melancólico – e, de certa forma, patético –, Sir Edward Fry apresentou uma proposta de declaração sobre o Tribunal de Arbitragem, na qual se reafirmava a necessidade de criação do tribunal, deixando de lado as disposições relativas à nomeação e ao rodízio dos juízes. As delegações norte-americana e brasileira, em tom conciliatório, aceitaram a fórmula proposta.

Em último discurso, Rui Barbosa justificou sua atitude na Conferência, explicou a posição brasileira sobre a corte de arbitramento e a de presas, falou da importância do direito internacional e alertou os Estados sobre o erro de acreditar na força militar como o único critério de distinção entre as nações. Seu discurso foi longamente aplaudido – o que era bastante raro.

William Stead escreve a Rui, felicitando-o pelo discurso: “Bravo! Bravo! A thousand congratulations finis coronat opus.”³¹ E, na edição do *Courrier de la Conférence* do dia 10 de outubro, descreve o ato:

Em seguida veio o discurso do Dr. Barbosa, no qual o primeiro delegado do Brasil sobrepujou a si próprio. Ele falou ante um silêncio geral e diante dum auditório que lhe era hostil. Mas falou como um homem que exprimia a indignação de todo um continente, com uma cólera contínua e um entusiasmo patriótico. Foi um discurso como a conferência ainda não havia ouvido, pois conforme declarou ontem um dos delegados, traço característico de todas as conferências é que os seus membros jamais dizem de público o que pensam realmente. O Dr. Barbosa disse livremente o que pensava, num discurso magnífico, e quando ele retomou o seu lugar, o Ridderzaal vibrou de aplausos, que não tem precedentes pela duração e intensidade.³²

Em 18 de outubro, Nelidow encerrou a Conferência.

Observações finais

Antes de voltar ao Brasil, Rui foi a Paris para uma homenagem que lhe seria prestada pela comunidade brasileira lá residente. No encontro, Rui sublinhou que a Conferência satisfez em largas proporções o objeto do seu programa. Para ele, os resultados diretos da Segunda Conferência ficaram aquém das esperanças dos entusiastas da paz, mas os resultados indiretos foram certamente mais longe. A Conferência havia mostrado aos poderosos o papel imprescindível dos “fracos” na elaboração do direito internacional. Rui via o Novo Mundo ser revelado ao Velho Mundo na Haia.

Ao chegar ao Brasil, Rui foi acolhido com pompas de homem de Estado. Recebeu condecoração do Presidente Afonso Penna e foi aplaudido pela opinião pública. Pela elogiada atuação, Rui Barbosa ganhou o cognome de “Águia de Haia”, que sempre o acompanharia. ■



³¹ Cf. Telegrama de Rui Barbosa ao Barão do Rio Branco, em 9 de outubro de 1907.

³² Cf. *Courrier de la Conférence*, de 10 de outubro de 1907.



LA DELEGACIÓN ARGENTINA EN LA CONFERENCIA DE LA HAYA DE 1907 Y LA DEFENSA DE LA DOCTRINA DRAGO

Marcelo Martínez Soler

Introducción.

La prohibición del uso de la fuerza en las relaciones internacionales constituye una obligación imperativa para los Estados. Esta norma, bien que no siempre cumplida, es universalmente aceptada como un precepto que no admite acuerdo en contrario y como tal, aparece recogida en la Carta de las Naciones Unidas.

Sin embargo, no siempre fue así. Si el derecho internacional contemporáneo ha logrado consagrar este principio de convivencia pacífica entre los Estados ha sido por obra de tratadistas y diplomáticos que, contra viento y marea, han defendido la necesidad de establecer un orden civilizado para la comunidad internacional, basado en el derecho y no en la fuerza.

La Convención Drago-Porter, negociada en la Conferencia de La Haya de 1907 constituye el primer hito significativo en el desarrollo progresivo del precepto de prohibición del uso de la fuerza. Esta convención definió por primera vez en la historia como ilegal el uso de la fuerza para el cobro de deudas contractuales.

Este principio del derecho internacional público fue proclamado por la República Argentina en 1902 como norma de política exterior válida para los Estados americanos y logró su consagración internacional en la mencionada Conferencia de La Haya de 1907, no sin antes tener que vencer poderosos intereses y convencer a los más escépticos de que sin reglas de derecho no hay civilización posible.

Antecedentes.

El 11 de diciembre de 1901 la embajada alemana en Washington presentaba al Departamento de Estado de los Estados Unidos una memoria de sus quejas contra el gobierno de Venezuela. Berlín denunciaba que el gobierno de Caracas había incumplido con el pago de deudas contraídas con empresas germanas radicadas en Venezuela y que se negaba a compensar a los súbditos alemanes damnificados por los efectos de los conflictos civiles que crónicamente asolaban al país. Según la nota alemana, el gobierno de Venezuela no tenía intenciones de responder a esas justas demandas. La conducta del gobierno venezolano, protestaba Wilhemstrasse, debía considerarse como un intento frívolo de evadir sus obligaciones.

Así las cosas, el Kaiser Guillermo II cumplía en informar al presidente de los Estados Unidos Theodoro

Roosevelt que Alemania realizaría una demostración naval contra los puertos venezolanos para hacer entrar en razón al gobierno del dictador Cipriano Castro, aclarando de modo especial que, bajo ninguna circunstancia, pretendían ni la adquisición de territorio venezolano ni su ocupación permanente. Esta nota fue la culminación de una serie de intercambios diplomáticos por la cual los gobiernos de Alemania, Gran Bretaña e Italia sondearon la posición del gobierno norteamericano respecto de una eventual demostración naval conjunta contra Venezuela. Poco antes, en su mensaje al Congreso, el presidente Roosevelt había fijado la posición de su gobierno al respecto:

“No garantizamos a ningún Estado contra la represión que pueda acarrearle su inconducta, con tal que esa represión no asuma la forma de adquisición de territorio por ningún poder no americano”.

La crisis siguió su curso y un año después, en vísperas de la intervención europea contra Venezuela, el presidente norteamericano anunciaba nuevamente ante el Congreso que “ninguna nación independiente de América debe abrigar el más mínimo temor de una agresión de parte de los Estados Unidos. Corresponde que cada una de ellas mantenga el orden dentro de sus fronteras y cumpla sus justas obligaciones con los extranjeros. Hecho esto, pueden descansar en la seguridad de que, fuertes y débiles, nada tienen que temer de intervenciones extranjeras”.¹

Finalmente el presidente Roosevelt manifestaba que los Estados Unidos verían con satisfacción una solución arbitral para cualquier reclamo internacional sobre agravios individuales o incumplimiento de obligaciones nacionales.

El Secretario de Estado John Milton Hay, por su parte, explicaba que la doctrina Monroe es una declaración según la cual no puede haber anexiones territoriales por potencias no americanas a expensas de países americanos pero en modo alguno podía ser esgrimida para eludir los compromisos financieros internacionales.³

Esta posición, que acotaba el alcance de la doctrina Monroe, pasó a ser conocida más tarde como “el primer corolario Roosevelt”, cuando el 6 de diciembre de 1904 el propio presidente de los Estados Unidos manifestara que “la adhesión a la doctrina Monroe puede forzarnos, aunque con relucencia, en casos flagrantes de descalabro o impotencia, al ejercicio de un poder internacional”. Así pues, según el corolario Roosevelt, la contracara de la doctrina Monroe era el derecho de los Estados Unidos a la intervención, allí donde sus intereses nacionales o los de sus ciudadanos estuviesen comprometidos.²

Al amparo de esta posición adoptada por Washington, el 9 de diciembre de 1902, las escuadras alemana y británica (el 12 se sumaría la italiana) establecieron el bloqueo de los puertos venezolanos exigiendo el pago perentorio de las deudas e indemnizaciones reclamadas por súbditos de esas potencias. La intervención degeneró enseguida en hechos armados, bombardeos y captura de naves de la escuadra venezolana. Esta intervención armada de potencias europeas contra un Estado soberano del nuevo mundo suscitó la más viva conmoción en toda América Latina. La prensa y la opinión pública criticaron vivamente la intervención y exigieron una respuesta acorde a la gravedad de los hechos.

El 29 de diciembre de 1902 la cancillería argentina presentó al departamento de Estado de los Estados Unidos una nota del canciller Luis María Drago donde sentaba la posición de la República Argentina sobre

¹ Definiciones del presidente Theodoro Roosevelt, en sus mensajes al Congreso de 2 de noviembre de 1901 y 3 de noviembre de 1902, citadas en el memorándum del Secretario de Estado de los Estados Unidos de América Mr. John Milton Hay, referente a la doctrina expuesta en la “nota argentina” de 29 de diciembre de 1902, reproducido en: LASCANO, Víctor. América y la Política Argentina. Buenos Aires: Ed. Emilio Perrot, 1930, p. 191

² BUENO, Clodoaldo. Política Externa da Primeira República. Os anos de apogeu: de 1902 a 1918. São Paulo: Paz e Terra, 2003, p. 44

³ “Nota argentina” presentada por el Canciller Luis María Drago al Departamento de Estado de los Estados Unidos de América, relativa al no empleo de la fuerza para el cobro de las deudas públicas, reproducida en: LASCANO, op. cit., p. 186 y ss.

los sucesos de Venezuela.

Esa nota estaba llamada a hacer historia. Sobrepasando la intención originaria del propio autor, sentaría un principio general de derecho internacional.

“Entre los principios fundamentales del derecho público internacional que la humanidad ha consagrado...”, manifestaba la nota de la cancillería argentina, “...es uno de los más preciosos el que determina que todos los Estados, cualquiera que sea la fuerza de que dispongan, son entidades de derecho perfectamente iguales entre sí y recíprocamente acreedoras por ello a las mismas consideraciones y respeto”.

“El reconocimiento de la deuda...”, continúa la nota argentina, “...la liquidación de su importe, puede y debe ser hecha por la nación, sin menoscabo de sus derechos primordiales como entidad soberana, pero el cobro compulsivo e inmediato en un momento dado, por medio de la fuerza, no traería otra cosa que la ruina de las naciones más débiles y la absorción de su gobierno, con todas las facultades que le son inherentes, por los fuertes de la tierra”.

“No es esta de ninguna manera...”, aclaraba la nota, “la defensa de la mala fe, del desorden y de la insolencia deliberada y voluntaria. Es simplemente amparar el decoro de la entidad pública internacional que no puede ser arrastrada así a la guerra, con perjuicio de los altos fines que determinan la existencia de la libertad de las naciones”.

“El cobro militar de los empréstitos...”, precisa la nota al tiempo que señala la inconsistencia del corolario Roosevelt, “...supone la ocupación territorial para hacerlo efectivo, y la ocupación territorial significa la supresión o subordinación de los gobiernos locales en los países en que se extiende”.

“Tal situación aparece contrariando visiblemente los principios muchas veces proclamados por las naciones de América y muy particularmente por la doctrina Monroe, con tanto celo sostenida y defendida en todo tiempo por los Estados Unidos, doctrina a la que la República Argentina ha adherido antes de ahora”.

La nota presenta pues, la posición argentina como un complemento de la doctrina Monroe, como el propio Drago diría más tarde, una suerte de “doctrina Monroe financiera”.

“No pretendemos de ninguna manera...”, reitera la cancillería argentina, “...que las naciones sudamericanas queden, por ningún concepto, exentas de las responsabilidades de todo orden que la violación del derecho internacional comportan para los pueblos civilizados. No pretendemos ni podemos pretender que estos países ocupen una situación excepcional en sus relaciones con las potencias europeas, que tienen el derecho indudable de proteger a sus súbditos tan ampliamente como en cualquier otra parte del globo contra las persecuciones o las injusticias de que pudieran ser víctimas”.

“Lo único que la República Argentina sostiene y lo que vería con gran satisfacción consagrado con motivo de los sucesos de Venezuela, por una nación que, como los Estados Unidos, goza de tan grande autoridad y poderío, es el principio ya aceptado de que no puede haber expansión territorial europea en América ni opresión de los pueblos de este continente porque una desgraciada situación financiera pudiese llevar a alguno de ellos a diferir el cumplimiento de sus compromisos”.

“En una palabra, el principio que quisiera ver reconocido...”, postula la nota argentina, “...es el de que la deuda pública no puede dar lugar a la intervención armada, ni menos a la ocupación material del suelo de las naciones americanas por una potencia europea”.

Así pues, el uso de la fuerza para el cobro de deudas internacionales debe ser proscripto de las prácticas aceptadas por los países americanos. “Si estos procedimientos fueran definitivamente adoptados...”, concluye la nota, “establecerían un precedente peligroso para la seguridad y la paz de las naciones de esta parte de América”.

La suerte inmediata de esta nota fue mezquina. Ningún gobierno latinoamericano acompañó la presentación argentina. Los gobiernos de Brasil y Chile, expresamente consultados, prefirieron abstenerse. La nota fue presentada en solitario e ignorada por el destinatario. Los Estados Unidos sólo contestaron una vez que Venezuela se allanó a la demanda de las potencias europeas, aceptando, por medio del Protocolo de Washington de 13 de febrero de 1903, el pago inmediato de una parte de la deuda reclamada y la entrega del 30 % de sus recursos de aduana como garantía de los pagos futuros, bajo administración de una

agencia belga.

El 17 de febrero de ese año, el Departamento de Estado finalmente contestó la nota argentina. “Sin expresar asentimiento ni disentimiento con las doctrinas hábilmente expuestas por la nota del ministro argentino de relaciones exteriores...” la respuesta norteamericana se limitaba a reproducir las delaciones del presidente Roosevelt en sus mensajes al Congreso de los Estados Unidos de 2 de noviembre de 1901 y 3 de noviembre de 1902 citadas más arriba.⁴

La iniciativa argentina parecía haber caído en el vacío.

El poder de la conciencia pública.

Si “la nota argentina”, como se la conocía originalmente, no consiguió su propósito como instrumento diplomático, en cambio se agigantó de inmediato como documento doctrinario.

Los principales diarios argentinos, “La Prensa” y “La Nación”, ecos y creadores de opinión, celebraron la actitud asumida por la cancillería durante la crisis. El Presidente de la República Julio Argentino Roca defendió la actitud de su ministro en el Congreso. Algunas voces se alzaron en contrario, criticando la ineficacia de la iniciativa, pero fueron desbordadas por la opinión mayoritariamente favorable de la prensa, el foro y la academia.

En Europa, la “nota argentina” encontró su más firme defensor en Carlos Calvo, a la sazón ministro argentino en París. No era cualquier voz la que se levantaba en defensa de la tesis de Luis María Drago. En efecto, Carlos Calvo, eminente jurista y diplomático, había formulado la doctrina según la cual nacionales y extranjeros gozan de los mismo derechos y, en caso de litigio que involucre a extranjeros, éstos deberán resolverse en los tribunales locales sin intervención de sus gobiernos. Esta doctrina, desarrollada primeramente por su autor en la obra “El Derecho Internacional Teórico y Práctico” de 1868, y posteriormente ampliada en la versión francesa de 1896, procuraba evitar los abusos de la extraterritorialidad, con frecuencia esgrimida por las potencias coloniales para imponer su dominio o control sobre terceros países so pretexto de protección diplomática de sus nacionales.

Carlos Calvo tradujo la nota de Drago al francés y la hizo circular entre los internacionalistas más destacados de Europa. Calvo apeló a sus colegas como miembro del Instituto de Francia y miembro fundador del Instituto de Derecho Internacional. Pronto los medios académicos y la prensa del viejo continente comenzaron a discutir los fundamentos y alcances de “la doctrina Drago”. El apoyo que suscitó fue prácticamente unánime. Entre las respuestas recibidas por Calvo, se destacan las de los juristas Féraud-Giraud y Pasquale Fiori que, en dos extensas monografías, aportaron sustento doctrinal a la tesis defendida por Drago.

Esta corriente de opinión favorable se extendió a los Estados Unidos, donde la prensa y los medios académicos manifestaron su simpatía con la tesis sostenida por la República Argentina y anunciaron el inicio de una nueva era en materia de relaciones internacionales.

La “nota argentina” devino así en “doctrina Drago” excediendo el propósito original de su autor. Tal vez sin percatarse, Luis María Drago había dado forma a una aspiración general propia de su época.

Este movimiento favorable de opinión no pasó desapercibido al Departamento de Estado norteamericano.

La política exterior sostenida por la administración Roosevelt había suscitado un vivo recelo en todas las repúblicas de lengua española y el nuevo Secretario de Estado, Elihu Root, “que hasta 1905 defendiera públicamente “el corolario Roosevelt” para justificar la intervención norteamericana de las aduanas de la República Dominicana”, procuraba ahora revertir esa situación.

Así pues, en su mensaje al Congreso de 1906, el propio presidente Roosevelt modificó definiciones anteriores y citó las opiniones de Drago sobre la materia. Al fin y al cabo, venía de ser galardonado con el premio nobel de la paz por su mediación en la guerra ruso-japonesa y en el conflicto franco-alemán de

⁴ Memorandum del Secretario de Estado de los Estados Unidos de América Mr. John Milton Hay, referente a la doctrina expuesta en la “nota argentina”, reproducido en: LASCANO, op. cit., p. 191

Marruecos, por lo que su perfil de campeón de la política del “gran garrote” no se acomodaba a su nueva condición.

Ese mismo año, en la III Conferencia Panamericana celebrada en Río de Janeiro, los Estados Unidos impulsaron la idea de incluir el punto relativo al cobro compulsivo de las deudas públicas en la II Conferencia Internacional de La Haya prevista para el año siguiente y se comprometieron a asegurar una representación amplia de los Estados latinoamericanos en esa Conferencia.

De esta manera, la “doctrina Drago” sobrepasaba el ámbito americano para entrar en un escenario universal.

La Conferencia de La Haya de 1907

El punto 12 de la agenda de la II Conferencia de La Haya versaba sobre la cobranza compulsiva de las deudas de Estado.

La delegación argentina estaba integrada por el futuro presidente de la República Roque Sáenz Peña y por el mismo Luis María Drago. Ambos eran versados diplomáticos y pronto descubrieron que el reconocimiento del principio de no uso de la fuerza para el cobro de deudas públicas no sería tan fácil de consagrar.

Por un lado, si bien las repúblicas americanas de lengua española compartían, en términos generales, los principios de la doctrina argentina,⁶ pocas se manifestaban dispuestas a sustentarla abiertamente, por temor a que esa actitud afectara el crédito de sus gobiernos.

Por otra parte, los Estados Unidos estaban dispuestos a considerar a la doctrina Drago como un principio positivo para mantener el orden y la paz universales y adecuado recurso para contener las intervenciones unilaterales de las potencias europeas pero sólo hasta el punto que no dificultara las propias. Desde la guerra con España de 1898, los Estados Unidos se habían embarcado en una política expansiva como consecuencia de su propio poderío económico y naval, que los llevaba a ejercer una tutela sobre las pequeñas repúblicas de Centroamérica y del Caribe.

Así pues, llegado el momento de la discusión de la doctrina Drago, la delegación norteamericana, presidida por Horace Porter, propuso una versión modificada de la proposición argentina que acotaba el alcance de la prohibición del uso de la fuerza para el cobro de deudas.

“Las potencias contratantes...”, sostenía la proposición Porter, “...convienen en no recurrir a la fuerza armada para el cobro de deudas contractuales al gobierno de un país por el gobierno de otro país, como debidas a sus nacionales. Sin embargo, esta estipulación no podrá ser aplicada cuando el Estado deudor rechace o deje sin respuesta un ofrecimiento de arbitraje, o en caso de aceptación, haga imposible el establecimiento del compromiso, o después del arbitraje, deje de conformarse a la sentencia pronunciada”.⁵

Así pues, según la propuesta norteamericana, la prohibición del uso de la fuerza se limitaba al cobro de “deudas contractuales” al tiempo que imponía el arbitraje obligatorio, concediendo al árbitro la potestad de estipular el monto, tiempo y modo de pago. Si este recurso fracasaba, el Estado demandante quedaba autorizado a apelar al uso de la fuerza.

Esta posición fue vivamente contestada por la delegación argentina. En un extenso y bien documentado discurso el delegado Luis María Drago reafirma, el 18 de julio de 1907, la posición original sostenida por la República Argentina.

En su exposición, Drago identifica dos tipos diferentes de litigios internacionales suscitados por el no pago de deudas: uno, los daños sufridos por súbditos extranjeros como consecuencia de actos cometidos por los gobiernos o por los ciudadanos del país en donde aquellos se encuentran. Dos, las diferencias por el

⁵ Reproducida en: SILVA, Carlos Alberto, *La Política Internacional de la Nación Argentina*. Buenos Aires: Imprenta de la Cámara de Diputados, 1946, p. 499

⁶ Discurso del delegado argentino Luis María Drago en la II Conferencia de La Haya en defensa de la posición argentina, reproducido en: LAS-CANO, op. cit., p. 191 y ss.

incumplimiento de obligaciones contraídas entre ciudadanos del Estado reclamante y las autoridades del país extranjero.

En el primer caso, Drago apela a los principios de la doctrina Calvo, ampliamente reconocida por el derecho de gentes, según la cual la diferencia debe resolverse primariamente en los tribunales locales. En caso de opiniones contradictorias, el país reclamante tendría derecho a un arbitraje cuyo laudo versaría sobre la validez de la sentencia y el monto de la reclamación. Pero aun así, sólo después, y no antes, de agotados todos los recursos pacíficos que ofrezca la jurisdicción local. Sólo en ese supuesto, señala Drago, “podrían justificarse el empleo de métodos de otra especie” y incluso allí, sólo en caso de sentencias abiertamente contrarias a las leyes y a los principios fundamentales del derecho que constituyan un caso flagrante de denegación de justicia.

Pero “los empréstitos extranjeros...”, señala Drago, “...constituyen una categoría especial de obligaciones, distintas de las demás”. Por tanto, “las reclamaciones que pudieran dar lugar tienen que seguir una marcha diferente”.

En efecto, la emisión de bonos o fondos públicos “son lanzados a circulación en virtud de autorizaciones legislativas que derivan directamente de la soberanía nacional y son inseparables de ella” (...) Al igual que la moneda “son manifestación positiva de la soberanía. Por un acto de soberanía el Estado ordena el pago de los cupones a su vencimiento, y también por otro acto del mismo carácter determina, en algunos casos excepcionales, la suspensión del servicio de la deuda”.

Por otra parte, esos títulos cambian con frecuencia de manos en las plazas financieras según su valor actual de mercado, el cual expresa la seguridad y los riesgos de los servicios prometidos. Por lo que es altamente improbable poder determinar que una cesación de pagos afecte a los súbditos de un Estado en particular pudiendo incluso, afectar a los ciudadanos del propio Estado moroso.

En cualquier caso, continúa Drago, “debe considerarse que cuando un gobierno suspende el servicio de su deuda, los tenedores extranjeros de los títulos emitidos sufren la misma pérdida que quien compromete su dinero en una empresa privada, comprando, por ejemplo, las acciones de una sociedad anónima que cayera más tarde en bancarrota. El portador de valores del Estado □ y esta es la única diferencia □ tendría una situación más ventajosa que el accionista porque el Estado no desaparece y tarde o temprano llega a ser solvente...”

Así las cosas, la delegación argentina objetó la proposición Porter.

“El arbitraje es siempre bienvenido”, declara Drago. “Representa un paso, y un paso muy considerable, en el camino de la justicia (...) Pero las cosas cambian totalmente de aspecto cuando se trata de empréstitos, pues los empréstitos, como las emisiones de monedas y de papel fiduciario “son actos de soberanía y deben ser considerados como tales, antes y después del arbitraje”.

De aceptarse la proposición de los Estados Unidos que consiente el uso de la fuerza “para ejecutar las sentencias de arbitraje desconocidas, se daría un paso atrás (pues) se reconocería la guerra como resorte ordinario de derecho (...) El empleo de la fuerza implicaría siempre la desproporción entre la represión y la ofensa (...) Los métodos de violencia no harían sino aumentar las



dificultades financieras del deudor (...) mientras que la restricción cierta del crédito, la mala opinión que afectaría al Estado que no hiciera frente a sus compromisos, serían en sí mismas sanción suficiente, una fuerza moral mucho más eficaz que la fuerza física a favor de los acreedores”.

Finalmente, tal como señalara Drago en su intervención del 3 de septiembre, la denominación “deudas contractuales” empleada en la propuesta norteamericana es demasiado vaga al punto que podía esgrimirse en el sentido de no comprender los empréstitos de Estado. Así redactada, la proposición perdería toda su eficacia en una porción fundamental de los eventuales casos de litigio.

Así pues, la delegación argentina en la II Conferencia de La Haya reiteró en toda su integridad la posición sostenida cinco años antes durante la crisis venezolana:

“No puede haber guerra legítima cuando no existe un grave ataque que afecte o pueda afectar los intereses vitales, el honor o el desenvolvimiento legítimo de un Estado”.

“La guerra no se justifica en ausencia de causas capaces de poner en peligro o de afectar en una manera profunda los destinos de una nación, y entre esas causas, jamás podrá colocarse la falta de pago de una deuda a sus tenedores eventuales”.

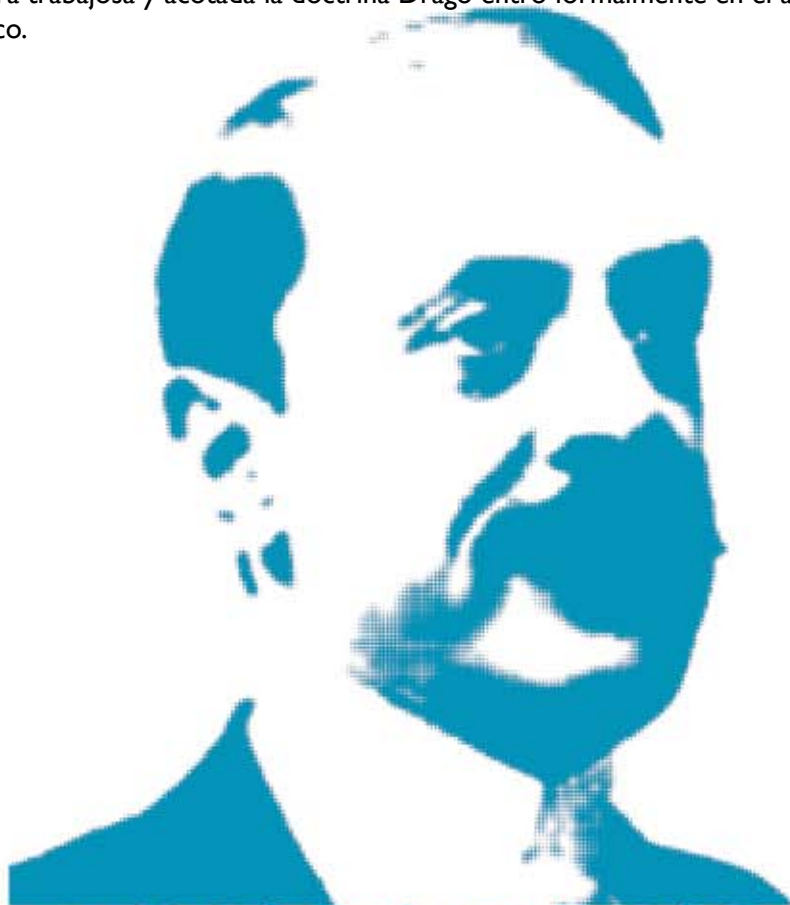
La discusión entró en un punto muerto. Ninguna de las delegaciones estaba dispuesta a transigir sobre ese punto. Así pues, el 27 de julio de 1907, la República Argentina optó por votar afirmativamente la proposición norteamericana con dos reservas bien expresas:⁷

i) “En lo concerniente a las deudas provenientes de contratos ordinarios entre el súbdito o ciudadano de una nación y un gobierno extranjero, no se recurrirá al arbitraje sino en el caso específico de denegación de justicia por las jurisdicciones del país del contrato, que deben ser agotadas previamente”; (doctrina Calvo)

ii) “Los empréstitos públicos con emisión de bonos que constituyen la deuda nacional no podrán dar lugar en ningún caso a la agresión militar ni a la ocupación material del suelo de las naciones americanas”; (doctrina Drago).

Finalmente, la cláusula Drago-Porter fue aprobada, bien que con reservas presentadas por once Estados, cada una de las cuales daba un mayor o menor alcance al principio consagrado.

De esta manera trabajosa y acotada la doctrina Drago entró formalmente en el acervo del derecho internacional público.



La suerte de la doctrina Drago.

“La doctrina cuya exposición acabamos de escuchar a su ilustre autor, el Dr. Drago, no entra, como él mismo lo reconoce, en el marco de nuestros trabajos y no podría, por lo tanto contar aquí con nuestro apoyo, pero ella merece, a título de generosa protesta contra los abusos posibles de la fuerza, todas las simpatías de la España”. Esta intervención de la delegación española en la II Conferencia de La Haya de 1907 resume la opinión prevaleciente en los Estados participantes, fuera de los latinoamericanos.⁷

Simpatía teórica y escepticismo práctico. Formulación generosa e inócua. Doctrina llamada al olvido por la diplomacia real. Sin embargo, la doctrina Drago era algo más que un gesto de decencia de caballeros. Era la formulación concreta de un estado de la conciencia jurídica de los pueblos civilizados: El uso de la fuerza en el plano internacional no es un mero resorte de política de los Estados sino un asunto que concierne a la comunidad internacional en su conjunto.

Ambas Conferencias de La Haya de 1899 y 1907, la moratoria de guerra establecida por la Sociedad de las Naciones en 1920, el Pacto Briand-Kellog de 1928, el Pacto antibélico Saavedra Lamas de 1933, la Declaración de Principios de la Conferencia Panamericana de Lima de 1938, si bien no se referían específicamente al cobro compulsivo de deudas públicas, al poner límites o proscribir el uso de la fuerza como derecho de los Estados elevaron al plano de los intereses de la comunidad internacional un recurso que hasta entonces era considerado privativo de cada Estado. Este proceso culmina con la Carta de las Naciones Unidas que califica de delito el uso y la amenaza del uso de la fuerza fuera de la legítima defensa y los casos autorizados por el Consejo de Seguridad del organismo según el procedimiento legal estipulado por la misma Carta.

En ese sentido, la doctrina Drago fue precursora, anticipando los tiempos por venir, no porque la violencia fuera a ser erradicada del escenario internacional, sino porque la comunidad internacional la consideraría un delito, con todas las responsabilidades que ello encierra ante el derecho de gentes.

Por otra parte, la doctrina Drago se entrelaza con la doctrina Calvo. De hecho, el supuesto derecho al cobro compulsivo de las deudas públicas presupone la negación de la prevalencia de la jurisdicción local, y el ejercicio unilateral de la extraterritorialidad.

En el plano continental, esta doctrina, progresivamente aceptada como principio consuetudinario de derecho internacional, se vio reflejada en la VI Conferencia Panamericana celebrada en la Habana en 1928, donde los Estados americanos suscribieron la “Convención sobre la condición de los derechos de los extranjeros” que contó con el apoyo de los Estados Unidos. En 1933, en la VII Conferencia Panamericana celebrada en Montevideo se votó, también con el apoyo de los Estados Unidos, la “Resolución sobre la responsabilidad del Estado” la cual estableció la igualdad entre extranjeros y nacionales como principio reconocido de derecho internacional, limitando la protección diplomática a los casos de denegación manifiesta de justicia o demora irrazonable. Este principio de igualdad aparece reafirmado en la “Convención sobre deberes y derechos del Estado”, también de 1933.

Finalmente, la consagración definitiva del principio de prevalencia de la jurisdicción local en litigios que involucran a extranjeros quedó definitivamente consagrado en la Carta de la Organización de los Estados Americanos y en el Pacto de Bogotá sobre arreglo pacífico de controversias, ambos de 1948.

Sin duda, el fenómeno de la globalización y la emergencia de organizaciones supranacionales parecen redibujar la doctrina argentina sostenida por Drago en la II Conferencia de La Haya.

Sin embargo, la contradicción es sólo aparente. Primero, porque el principio de soberanía subsiste desde que la cesión o reconocimiento de jurisdicción en organismos supraestatales es un acto voluntario y so-

⁷ Reservas interpuestas por la delegación argentina a la proposición Porter, reproducidas en: LASCANO, op. cit., p. 198

⁸ CISNEROS, Andrés, ESCUDÉ, Carlos, Historia General de las Relaciones Exteriores de la República Argentina. Buenos Aires: Grupo Editor Latinoamericano, 2000, Cap. 43, Punto 2: Las relaciones entre la Argentina y España; Item 5: La Segunda Conferencia de Paz en La Haya (1907). (versión informática en: <http://www.argentina-rree.com/historia.htm>).

berano de los Estados. Segundo, en que el uso de la fuerza para hacer cumplir compromisos contractuales sigue prohibido a los Estados.

En efecto, quienes no cumplen, saben que están violando un principio imperativo consagrado por la comunidad internacional y se exponen, eventualmente, a la responsabilidad internacional que su conducta encierra.

Conclusiones■

“La doctrina de la nota del 29 de diciembre de 1902...”, explicó el propio Luis María Drago, “...no es una doctrina jurídica propiamente tal, aunque invoque en su apoyo muy sólidas razones de derecho. Es, ante todo y sobre todo, una doctrina de política internacional americana, que sólo como doctrina política hemos podido formular, y a cuyo triunfo puede aspirarse únicamente por razón política.”⁹

“A primera vista parece indudablemente más noble, más elevado, más conforme a la razón y el derecho condenar el cobro coercitivo de las deudas de carácter público en todo el mundo civilizado, pero a nosotros no nos interesa políticamente el reconocimiento de ese principio como regla de conducta universal. Lo que nos interesa es suprimir, en el estado actual de las relaciones internacionales, la única manera o pretexto con que los poderosos de la tierra pudieran trabar la marcha de las nacionalidades de este hemisferio que se desenvuelven al amparo de sus instituciones. Eliminada como ha sido en principio la conquista, como tal conquista, queremos eliminarla también con el disfraz de las intervenciones financieras”. Así pues, Drago nunca tuvo la intención de que la proposición sostenida en la “nota argentina” de 29 de diciembre de 1902 viniera a formular un principio jurídico universal. En su opinión, la sana política recomendaba circunscribir el principio al continente americano. Luis María Drago actuó siempre más como diplomático que como doctrinario. Su propósito fue siempre político antes que jurídico. Finalmente, al aprobar la proposición Porter con reservas, actuó según la máxima de no permitir que por procurar lo óptimo, se malograra lo bueno.

Sin embargo, estadistas, diplomáticos y pensadores de otros continentes adoptaron la tesis formulada en la “nota argentina”. La doctrina Drago se elevó así, con alas propias: ya no pertenecía a su autor.

La cancillería argentina, por su parte, instruyó a la delegación enviada a la II Conferencia de la Haya en el sentido de sostener la tesis del valor universal de la doctrina Drago. Y fue el propio autor de la “nota argentina” el encargado de defenderla.

De esta manera, la posición sostenida por la República Argentina en la crisis venezolana de 1902 y en la II Conferencia de La Haya de 1907 contribuyó de manera fundamental a afianzar la vigencia del derecho en el plano de las relaciones internacionales.

En efecto, la doctrina Drago no sólo complementó los principios establecidos por la doctrina Monroe y la doctrina Calvo sino que, sobre ello, constituyó una proposición pionera en el empeño del derecho internacional público contemporáneo de erradicar el uso de la fuerza de la lista de recursos legítimos para la solución de los diferendos internacionales.

Hoy, cien años después de la histórica conferencia, en un mundo agitado por la guerra y las intervenciones unilaterales, el papel desempeñado en la II Conferencia de La Haya por la delegación argentina presidida por Luis María Drago merece ser recordado. Por su intermedio, la República Argentina realizó una contribución significativa al largo proceso de construcción de un sistema internacional civilizado en el que todos los actores, fuertes y débiles, ajusten su conducta a preceptos universales de justicia y equidad. ■

⁹ Carta de Luis María Drago al ministro del exterior Manuel Augusto Montes de Oca de 9 de mayo de 1906, reproducida en: SILVA, op.cit., p. 497

DOSSIÊ HAIA

O BARÃO DO RIO BRANCO E A II CONFERÊNCIA DE PAZ DA HAIA

Resenha de

ACCIOLY, Hildebrando. O Barão do Rio Branco e a II Conferência da Haia. In COSTA FRANCO, Álvaro da & CARDIM, Carlos Henrique (Org.). O Barão do Rio Branco por grandes autores. Brasília: Funag, 2003.

Roberto Salone

“

A História”, aduz Cícero em Pro Publio Sestio, “é a testemunha que registra a passagem do tempo; ilumina a realidade, vivifica a memória, orienta o cotidiano e nos atinge com lufadas do passado”. A palestra de Hildebrando Accioly diante do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, reproduzida em O Barão do Rio Branco por grandes autores,¹ suscita esta máxima, relatando, minuciosamente, o protagonismo do Barão do Rio Branco e de Rui Barbosa na II Conferência de Paz da Haia, em 1907. Mais do que isso: remete-nos à busca da memória diplomática brasileira e das raízes de nossa identidade. A participação brasileira na II Conferência pode ser descrita como um daqueles momentos decisivos, ímpares, em que se estabelecem princípios, seguidos pelo Brasil até nossos tempos. Accioly, primeiro Diretor do Instituto Rio Branco, apresenta o preciso período histórico em que dois grandes estadistas, o Barão do Rio Branco e Rui Barbosa – nem sempre companheiros de trincheira, como demonstra a “desinteligência” (sic) acerca da questão do Acre – formaram uma das mais bem sucedidas parcerias em nossa política externa.



Realizada há exatos cem anos, a II Conferência deu seguimento aos trabalhos iniciados em 1899, dos quais o Brasil não participou por problemas internos.² Desta vez, porém, o Chanceler, preocupado com a presença do Brasil no mundo, confirmou nossa participação. Para tanto, cogitou, como primeiro nome para Chefe da Delegação, o amigo Joaquim Nabuco, Embaixador brasileiro em Washington, contudo, a pressão da imprensa impeliu o Presidente Afonso Pena a indicar Rui Barbosa. Mesmo assim, o Barão pediu a Nabuco que aceitasse a co-chefia da delegação. O velho abolicionista, elegantemente, recusou, e abriu espaço para a liderança única do jurista baiano.

Aceito o convite, o primeiro delegado passou a receber de Rio Branco todos os elementos de informação, devidamente acompanhados de instruções, que se iam ampliando à medida que os trabalhos da Conferência avançassem. Curiosamente, aponta Accioly, aqueles documentos foram redigidos pelo próprio Barão, que enviou mais de 170 telegramas a Rui, os quais, não raro, eram cifrados pelo próprio Chanceler.

Da Conferência constaram pontos como a aplicação da arbitragem obrigatória, a instituição de

um tribunal de presas de guerra, a discussão da cobrança compulsória de dívidas contratuais (combatida pela Doutrina Drago) e uma corte de justiça arbitral.

Um dos pontos mais importantes para a delegação brasileira, sustenta Accioly, era a condenação da Doutrina Drago, que propunha o fim das intervenções decorrentes do não-pagamento de dívidas pelos países mais fracos. Tanto para Rui quanto para Rio Branco, havia a preocupação com a dívida externa brasileira. Para eles, a aceitação daquela doutrina poderia afastar os credores internacionais e limitaria a oferta de recursos para financiar o desenvolvimento de países como o Brasil. Ao mesmo tempo, a dupla defendia o fim das guerras de conquista e o respeito aos limites territoriais, o que opôs o Brasil às potências européias da época.

O Brasil levantou-se, além disso, contra o projeto do tribunal de presas, cuja turma de juízes refletiria somente o interesse da Europa e, para decepção brasileira, dos Estados Unidos também. Aceita a proposta européia, o Brasil, detentor da sétima maior armada do mundo, estaria classificado apenas na quinta categoria naval e colocado em condições de igualdade com países mediterrâneos como Suíça e Sérvia. Outra questão que impulsionou o segundo Rio Branco e Rui foi a da arbitragem obrigatória. O Barão, que sempre fora contrário a tal instituto – ainda mais diante da derrota do Brasil na questão do Pirara, em 1904 – era partidário do recurso facultativo à arbitragem, desde que ela não violasse, essencialmente, a independência, a integridade territorial e a soberania. No duro jogo da Conferência da Haia, o delegado brasileiro começava a se destacar pela veemente defesa dos interesses dos mais fracos. Depois de quatro meses de debates, nenhuma fórmula alcançou unanimidade e o projeto da convenção geral de arbitragem obrigatória malogrou.


O grande momento do Brasil e de seu representante, entretanto, deu-se nas discussões sobre a formação da corte de justiça arbitral. De acordo com a proposta apresentada pelas principais potências, o tribunal

contaria com membros escolhidos segundo a dimensão militar de cada Estado, relegando os pequenos, particularmente, os países latino-americanos, a um status de inferioridade. Coube a Rui, com pleno assentimento de Rio Branco, a defesa da igualdade jurídica das nações, como mostram as palavras de seu discurso mais vigoroso:

Quanto a nós, da América Latina, fomos convidados a entrar pela porta da paz. Por essa via tomamos parte nessa Conferência. Começamos a ser conhecidos como operários da paz e do Direito. Mas, se nos decepcionarmos, se nos descorçoarmos desiludidos, com a convicção de que a grandeza internacional não é avaliada senão pelas forças das armas, então, por culpa vossa, o resultado da II Conferência de Paz teria sido o de inverter o curso político do mundo no sentido da guerra, impelindo-nos a procurar através de grandes exércitos e nas grandes armadas o reconhecimento de nossa posição pretendida em vão pela população, pela inteligência e pela riqueza.³

Naquele momento, o “Águia de Haia” denunciava à opinião pública que, em plena conferência de paz, os estadistas europeus não debatiam senão a guerra, num contexto em que a corrida armamentista, incessante, conduziria à catástrofe da Primeira Guerra Mundial.

A par da meticulosa descrição de Accioly, cujo mérito maior é evidenciar a feliz conjugação de esforços de dois grandes homens públicos, vale lembrar a coerência do homem que conduziu o Itamaraty por dez anos. Congruência que marcou a diplomacia brasileira desde então, seja ao defender intransigentemente a igualdade jurídica das nações, seja ao evocar o princípio da não-intervenção, tal como propugnado na III Conferência Internacional Americana, realizada em 1906, no Rio de Janeiro.

Passado um século, qual o sentido da parceria entre Rio Branco e Rui Barbosa? Ao receber as lufadas do passado, poderá o leitor encontrar no ideário de um Brasil comprometido com a resolução pacífica das controvérsias, defensor do Direito Internacional e plenamente integrado na América do Sul, a obra mais notável de Rio Branco. Haia representa um ponto de inflexão que singulariza a política externa brasileira e que, por isso, continua tão necessária em tempos “de tormentas quebrantados, por climas e por mares não sabidos, e do esperar comprido tão cansados, quanto a desesperar já compelidos, por céus não naturais, de qualidade inimiga de nossa humanidade” (Os Lusíadas, Canto V, II, 70). 

¹ COSTA FRANCO, Álvaro da, CARDIM, Carlos Henrique (Org.). O Barão do Rio Branco por grandes autores. Brasília: Funag, 2003.

² A esse propósito, leia-se o relatório de 1899, p. 76-77 reproduzido em FERREIRA DE MELLO, Rubens. Textos de Direito Internacional e de História Diplomática – 1815 a 1949, v. I. Rio de Janeiro: Editor A Coelho Branco Filho, 1950, p. 64.

³ Cf. SALONE, Roberto. Ação Diplomática Brasileira: a Era Rio Branco (1893–1912) e a rivalidade Brasil – Argentina. São Paulo: Fapesp, 2001. p. 120.

Telegrama
a 10 de Junho

Proposta americana (resumo transmitido
pelo telegrapho):

Inluto evitar nações conflitos
armados origem puramente pe-
cuniaria derivadas dividas
contractuales de governos a esta-
geiros impedindo taes dividas não
liquidadas meio amigavel
via diplomatica deixem de
passar por arbitragem, se
estipulará não recorrer medida
envolva emprego forças militares
cobrança essas dividas ~~sempre~~
sem que: 1.º) credor proponha
arbitragem recusando ou calando
o devedor, ou, 2.º), feita a arbitragem,
o Estado devedor desobedeça sentença

Telegrama
a 29 Junho.

1.º. Drego
Consta que a Argentina ^{a Argentina} vai declarar
que não admitte a arbitragem depois de
esgotados recursos perante tribunaes
do país devedor.

12
A Argentina, portanto, entende que
não submeter a arbitramento mate-
rias decididas pelos seus tribunaes.

Reprodução de
minuta de Telegrama
de Instruções do
Barão do Rio Branco
ao Embaixador
Plenipotenciário do
Brasil à II Conferên-
cia de Paz da Haia,
Rui Barbosa.

DOSSIÊ HAIA

O BUSTO DA “ÁGUIA”: NOTA HISTÓRICA

José Henrique Fischel de Andrade

Brasileiro notável, Rui Barbosa foi um construtor institucional, arquiteto político e sacerdote incondicional da ordem. De inteligência invulgar, Rui também é conhecido por ter sido pragmático, obstinado, detalhista, metódico, possuidor de um rigor lógico irreprensível, que coadunava com a agudeza ímpar de argumentos. Resultado de sua enorme curiosidade intelectual, o domínio notável dos temas sobre os quais se debruçava era estruturado em discursos e escritos meticulosamente planejados.

Todas essas características fizeram que o Barão do Rio Branco o escolhesse como Chefe da delegação brasileira, na condição de Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário, na II Conferência de Paz da Haia, que teve lugar de junho a outubro de 1907. Não se tratava de escolha fácil: Joaquim Nabuco, primeiro Embaixador junto aos Estados Unidos, que se posicionava no campo oposto do de Rui na política externa, era a outra opção. Ademais, o Barão e Rui haviam discordado quando membros da comissão que negociara a disputa fronteiriça entre Brasil e Bolívia, que terminou com a aquisição do Acre pelo Governo brasileiro. Apesar de ter sido negativa – no que respeita aos seus resultados práticos –, a experiência havida entre o Barão e Rui, em 1903, serviu para formar naquele, quatro anos depois, o convencimento de que Rui seria o melhor representante dos interesses brasileiros na Haia: tribuno eloquente e figura persistente, jamais transigiria em favor de acordos políticos, se isso ocorresse em detrimento de valores ou princípios caros ao Brasil.¹



Na Haia, e de forma erudita, Rui discutiu diversas questões, como a da Corte de Presas Marítimas, da abolição da captura, da arbitragem obrigatória, da Comissão Internacional de Investigações, da captura e do contrabando de guerra, da transformação de navios mercantes em vasos de guerra, da inviolabilidade da propriedade privada em alto-mar, da abolição do contrabando de guerra, e do bloqueio naval. Rui defendeu, em particular e bravamente, o princípio da igualdade entre as nações, de sorte a evitar que o Brasil e outros países de recente inserção na comunidade internacional fossem colocados em situação inferior à que mereceriam ocupar. Em alusão às suas intervenções sagazes naquele fórum, recebeu, no Brasil, a alcunha de “Águia de Haia”.

Um dos grandes responsáveis diretos pelo reconhecimento do labor de Rui na Conferência foi o próprio Barão, que, de forma muito hábil, difundiu nos jornais e revistas

dizer – “triunfaram as nulidades...”.

Quem visita o Palácio da Paz, na Haia, onde está instalada a Corte Permanente de Arbitragem e a Corte Internacional de Justiça (de cuja antecessora, a Corte Permanente de Justiça Internacional, Rui foi o primeiro juiz brasileiro), encontra-se inevitavelmente com Rui. Ao lado da biblioteca do Palácio da Paz – umas das mais completas bibliotecas especializadas em Direito Internacional – está o busto de Rui,² cuja localização não poderia ter sido mais feliz: em caricaturas de época, sua cabeça era considerada a maior biblioteca do Brasil...

O busto de Rui foi doado por instituições brasileiras. A 9 de julho de 1975, o Professor Miguel Franchini-Neto, então Ministro junto à Embaixada brasileira na Haia, escreveu ao Embaixador J.H. van Roijen, Presidente do Conselho-Diretor da Fundação Carnegie, à qual o Palácio da Paz pertence, expressando o desejo da Universidade Federal do Rio de

“[a] pesar de esta Conferência de Paz, de certa forma, ter-se tornado ‘história’, a memória do Conselheiro Ruy Barbosa ainda está bastante viva. Isso se deve não somente às suas capacidades pessoais, como a sua inteligência brilhante, grande poder de imaginação e uma mente original, mas também à sua dedicação integral durante a sua vida à promoção da paz e à manutenção da liberdade e direitos individuais”.

brasileiros o que ocorrera nas tribunas da Conferência. O reconhecimento de sua grandeza intelectual também ocorreu na Haia: chegou a ser considerado um dos “Sete Sábios” da Conferência. Suas intervenções, contudo, não fizeram que todas as suas teses e argumentos prevalecessem. Da mesma forma que no Brasil – e como costumava

Janeiro, do Instituto Histórico Geográfico do Brasil e da Ordem dos Advogados do Brasil de doar ao Palácio o busto do Conselheiro Ruy Barbosa.³ O Professor Franchini-Neto, autor da iniciativa, destacou, em sua missiva, o fato de Rui ser “uma personalidade importante, um brasileiro famoso, um pacifista bem-conhecido que levantou sua voz

¹ Cf. ANDRADE, José. Henrique Fischel de, LIMOEIRO, Danilo. Rui Barbosa e a Política Externa Brasileira: considerações sobre a questão acreana e o Tratado de Petrópolis (1903). Revista Brasileira de Política Internacional, v. 46, n. 1, p. 94-117, 2003.

² Há no Palácio da Paz, também, um quadro de Rui assinado por Portinari. Como está localizado na sala dos juizes da CIJ, adjacente ao plenário, o público em geral não tem acesso a ele. O quadro foi doado, em 28 de junho de 1950, pelo Governo brasileiro, nas pessoas do Ministro J. de Sousa Leão e de Américo Lacombe, então Diretor da Fundação Casa de Rui Barbosa; cf. Communiqué n. 50/28 (Unofficial), Haia, 28 de junho de 1950, 1 p., Arquivo Histórico do Palácio da Paz (doravante AHPP).

com sucesso [sic] em favor do princípio da igualdade jurídica dos Estados, [um] grande internacionalista e admirável defensor daqueles que sofreram injustiças”.⁴

Na sua resposta de 8 de agosto de 1975, o Embaixador van Roijen referiu-se a Rui como “um dos grandes homens, cujo papel, durante a Conferência de Paz da Haia, foi de importância primordial e, portanto, conduzível ao estabelecimento do Palácio da Paz”.⁵ O Embaixador van Roijen, ao aceitar a oferta brasileira, destacou que:

[a]pesar de esta Conferência de Paz, de certa forma, ter-se tornado “história”, a memória do Conselheiro Ruy Barbosa ainda está bastante viva. Isso se deve não somente às suas capacidades pessoais, como a sua inteligência brilhante, grande poder de imaginação e uma mente original, mas também à sua dedicação integral durante a sua vida à promoção da paz e à manutenção da liberdade e direitos individuais.⁶

A 25 de janeiro de 1977, em uma cerimônia oficial,⁷ o Presidente da delegação brasileira e da Ordem dos Advogados do Brasil, Professor Caio Mário da Silva Pereira, acompanhado do Embaixador brasileiro nos Países Baixos, Alfredo Teixeira Valladão, inaugurou o busto de Rui.⁸ O Professor Caio Mário da Silva Pereira, em seu discurso, indicou que

“[n]a realidade, Ruy Barbosa foi mais que uma pessoa. Ele representa, para o meu País, um episódio da mais grande importância”.⁹

³ Cf. Ofício n. 38/480(B46)(F26) do Ministro M. Franchini-Neto para o Embaixador J.H. van Roijen, 9 de julho de 1975, 2p., AHPP.

⁴ Ibid.

⁵ Cf. Carta do Embaixador J.H. van Roijen para o Ministro M. Franchini-Neto, 8 de agosto de 1975, 1 p., AHPP.

⁶ Ibid.

Destacou, em seguida o advogado eminente que Rui foi; a sua defesa pelos oprimidos; a sua revolta contra o excesso de poder (atitudes que lhe resultaram em um período de exílio em Londres); a sua autoria do Projeto de Constituição da Primeira República do Brasil; e a sua projeção internacional consolidada na Haia. Por fim, o Professor Caio Mário da Silva Pereira discorreu sobre as colocações mais relevantes de Rui durante a Segunda Conferência de Paz, em particular o relacionamento entre diplomacia, política e direito internacional,¹⁰ e a sua tese em favor da igualdade jurídica entre as nações.

Se a Haia é considerada a capital do Direito Internacional, o Palácio da Paz é o seu templo. São poucos os bustos que lá se encontram, todos eles de personagens eminentes que tiveram um papel ímpar na promoção da Paz ou do Direito Internacional – entre eles Hugo Grocius, Henri Dunant, Carlos Calvo, William Stead, Andrew Carnegie, Mahatma Gandhi, Jean Monnet e Nelson Mandela. Cuida-se, certamente, do melhor lugar para honrar a memória da “Águia de Haia”; no edifício, a propósito, em que ele próprio ajudou a lançar a pedra fundamental há cem anos, durante a II Conferência de Paz. ■

⁷ Para a lista de convidados, v. “Nomes e Endereços dos Componentes da Comissão que deverá fazer a entrega do Busto de Rui Barbosa, no Palácio da Paz, na Haia, Holanda [sic]”, 2 p.; “Preliminary list of guests submitted by the Brazilian Embassy”, 1 p.; e “Lijst van uit te nodigen personen voor aanbieding van het borstbeeld van Rui Barbosa op 25 januari 1977”, 2 p., AHPP.

⁸ Cf. Press Release, 25 de janeiro de 1977, 1 p., AHPP.

⁹ Discurso proferido pelo Professor Caio Mário da Silva Pereira, 25 de janeiro de 1977, 7 p., AHPP.

¹⁰ Rui afirmou que “a diplomacia não é outra coisa que a política em sua forma mais delicada, mais refinada, e mais elegante”, e que a política é “a atmosfera dos Estados, a política é a região do Direito Internacional”; cf. Obras Completas de Rui Barbosa, v. XXXIV, tomo II, Brasil. Ministério de Educação e Cultura, 1966, p. 62-64.



EMBAIXADOR

JOÃO CLEMENTE BAENA SOARES

Eduardo Maragna Guimarães Lessa

A Revista Juca nasce tendo como um dos seus pilares fundamentais recuperar a memória diplomática brasileira.

O personagem escolhido **nesta edição** de estréia é o Embaixador João Clemente Baena Soares, que ocupou **posições-chave** não só no Itamaraty, mas também na Organização dos Estados Americanos (OEA), onde esteve à frente do Secretariado-Geral por dez anos. Ao longo do texto, os leitores notarão a oportunidade de sua escolha para **esta seção**, especialmente pela **possibilidade** de terem contato com as lições de sua rica trajetória profissional e **dedicação à carrière.**

“Seu ápice profissional foi definitivamente alcançado em 1984, momento em que assumiu o mais alto cargo político internacional ocupado por um brasileiro até então: o de Secretário-Geral da OEA”

Nascido em Belém do Pará, Baena Soares concluiu o curso do Instituto Rio Branco em 1953, aos 21 anos, tornando-se o diplomata mais jovem da República até então. Ao longo de sua carreira, serviu no Paraguai, em Portugal, na Guatemala, na Itália, na Bélgica e na Missão Permanente brasileira na ONU. No Brasil, chefiou a Divisão de África, na africana década de 1960, o Departamento de Organismos Internacionais e a Secretaria Especial para Assuntos Multilaterais, ambos na multilateral década de 1970. No mesmo decênio, atuou na Assessoria Especial de Relações Públicas (AERP) da Presidência da República. Entre 1979 e 1983, assumiu a Secretaria-Geral do Itamaraty, na gestão do Chanceler Saraiva Guerreiro.¹

Seu ápice profissional foi definitivamente alcançado em 1984, momento em que assumiu o mais alto cargo político internacional ocupado por um brasileiro até então: o de Secretário-Geral da OEA. Esteve durante dez anos à frente do Organismo, onde atingiu resultados memoráveis para o estabelecimento e consolidação da democracia no hemisfério. Basta dizer que, ao final de sua gestão, todo o continente americano era uma região de paz.² Além disso, Baena Soares envidou esforços com vistas a reformar a Carta da OEA, de modo a dotá-la de mecanismos mais eficazes para a solução pacífica de controvérsias. Após o fim de seu mandato na Secretaria-Geral da OEA, retornou ao Brasil para assumir a Fundação Alexandre de Gusmão (Funag), o braço acadêmico da Chancelaria brasileira. Atualmente, integra a seleta Comissão de Direito Internacional (CDI) das Nações Unidas, dotada da responsabilidade de consolidar o desenvolvimento do Direito Internacional. A convite de Kofi Annan, ex-Secretário-Geral da ONU, integrou a Comissão de Alto Nível, cujo resultado foi a apresentação, no final de 2004, do relatório “Um mundo mais seguro: nossa responsabilidade comum”, que versava sobre a atualização dos temas relacionados à paz e à segurança internacionais.³

A diplomacia parece ter surgido na vida do Embaixador em função do nomadismo característico da vida militar de seu pai, mas ele também menciona a importância de sua formação cultural, enriquecida pela leitura de clássicos da literatura durante sua infância e juventude. O estudo do Direito, na PUC do Rio de Janeiro, serviu de ponte para adentrar nas fileiras do Instituto Rio Branco. A tarefa não foi das mais simplórias. Baena Soares teve como examinadores do “vestibular” do Instituto figuras consagradas da vida política e artística brasileira, tais como Guimarães Rosa e San Tiago Dantas. Aliás, a convivência com expoentes da vida cultural do Brasil foi uma constante na trajetória do Embaixador no Itamaraty. Em sua primeira lotação, na Divisão Cultural, gozou das companhias de João Cabral de Melo Neto, Vinícius de Moraes e Teodomiro Tostes. Em Portugal, foi chefiado pelo célebre Embaixador Álvaro Lins.⁴

Baena Soares teve, ainda, a oportunidade de testemunhar, no governo João Goulart, o nascimento da Política Externa Independente e o início da política africanista brasileira, na oportunidade em que chefiava a Divisão de África. Logo após esta lotação, esteve no Gabinete do Ministro João Augusto de Araújo Castro, que, segundo Baena Soares, “conseguiu em pouco tempo impor uma política muito mais realista e consistente”. Com o

¹CASTRO, Celso, D'ARAÚJO, Maria Celina, ROCHA, Dora, VON DER WEID, Carolina. João Clemente Baena Soares: sem medo da diplomacia – depoimento ao CPDOC. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, p. 8. Ainda sobre a trajetória profissional de Baena Soares, sugere-se a leitura do livro: BELEVAN, Harry, MELLO E SOUZA, Nelson. Cambio y continuidad: conversaciones con João Baena Soares. Ciudad de México: Fondo de Cultura Económica, 1995.

²Ibid., p. 8.

³Ibid., p. 104

⁴Ibid., p. 11-18.

advento dos militares ao poder, foi chefe de gabinete do Secretário-Geral e viveu tempos em que a chamada teoria dos “círculos concêntricos” triunfava nos meios diplomáticos latino-americanos. Sobre o cânone que vigorava no mainstream político brasileiro e latino-americano, Baena Soares dispara: “política externa não é geometria”.⁵ Segundo ele, os “círculos concêntricos” eram meramente artifício retórico. Paradoxalmente, foi no período militar, especialmente depois do governo Castello Branco, que o Brasil experimentou “abertura” de sua política externa, enquanto os últimos arremedos de democracia interna terminaram por ser estrangulados. A política externa caiu no gosto dos próximos presidentes militares, o que favoreceu a impressão de verniz nacionalista nas ações diplomáticas empreendidas pelo Brasil à época da ditadura.

Baena Soares considera o governo de Ernesto Geisel, ocasião em que Azeredo da Silveira ocupa a pasta das Relações Exteriores, como período de intensa proatividade da diplomacia brasileira. Algumas linhas de política externa são consideradas revolucionárias por ele, principalmente no que diz respeito ao estabelecimento de relações bilaterais com a China Popular, ao reconhecimento da independência das ex-colônias portuguesas na África e à aproximação com os países árabes. A esse conjunto de medidas externas convencionou-se chamar de “Pragmatismo Responsável”. Baena Soares acredita que política externa dispensa slogan e considera as ações diplomáticas praticadas pelo Brasil à época como pertencentes à tradição da diplomacia brasileira. Vale ressaltar que a geração à qual pertence Baena Soares teve como inspiração principal os ideais da PEI, o que acabou por desenvolver “veia” nacionalista àquela “time” diplomático que marcou época na Casa de Rio Branco. Paulo Nogueira Batista, Ítalo Zappa, Paulo Tarso Flecha de Lima, Luiz Augusto Souto Maior, Geraldo Holanda Cavalcanti e Luiz Paulo Lindenbergh Sette são alguns dos notórios representantes dessa geração.⁶ No que tange especificamente às relações entre o Brasil e os Estados Unidos, tema constante da agenda externa brasileira, aquelas passavam por momentos de desconfiança no tempo do chamado “Pragmatismo Responsável”. O Brasil decidia por denunciar o Acordo militar com os norte-americanos, enquanto assinava acordo nuclear com os alemães. Baena Soares afirma que houve, no meio diplomático, “unanimidade de apoio” na adoção de postura mais crítica em relação aos EUA. A posição não era de ojeriza aos estadunidenses, mas, sim, de defesa dos interesses nacionais. Segundo ele, o Brasil não poderia sofrer nenhum tipo de acanhamento que constrangesse sua opção em desenvolver a tecnologia nuclear. Afinal, como Baena Soares faz questão de apontar: “a Casa é nacionalista”.⁷

À frente da Secretaria-Geral do Itamaraty, na gestão do Chanceler Ramyro Saraiva Guerreiro, e do Secretariado-Geral da OEA, suas experiências são marcadas por verdadeiros testes de fogo. Como Secretário-Geral da Chancelaria brasileira, vivenciou o delicado episódio da Guerra das Malvinas. Deste evento, destaca a derrocada do Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR), vitimado pelo apoio norte-americano aos ingleses, não só política, mas também militarmente. Na OEA,⁸ pôs em prática uma gestão de cunho renova

⁵Ibid., p. 37.

⁶Ibid., p. 56-59.

⁷Idem, *ibidem*.

⁸Para maiores detalhes sobre a gestão de Baena Soares à frente da OEA, recomenda-se a leitura do livro: SOARES, João Clemente Baena. Síntese de uma gestão (1984-1994). Organização dos Estados Americanos, 1994.

"Não sou antiamericano, os fatos é que são, não eu"

dor. Primeiramente, ocupou-se de superar a crise de credibilidade que assolava o organismo. Logo colocou em marcha o processo de reforma da Carta da OEA – que culminou no Protocolo de Cartagena –, além de sanar problemas relacionados ao orçamento e ao pagamento das contribuições à Organização. Outro obstáculo de peso eram as ações diplomáticas norte-americanas praticadas na América Central, que, decididamente, dificultavam a consolidação da paz e da democracia na região. O episódio dos Contras na Nicarágua parece ilustrar bem o legado negativo deixado pelo Departamento de Estado. Nesse sentido, o Embaixador adverte sobre a necessidade de construir pensamento latino-americano no diálogo com os norte-americanos, de modo que o continente passe a ter alguma relevância para a diplomacia estadunidense. Segundo Baena Soares, a América Latina nunca foi e continua a não ser prioridade na agenda de política externa dos Estados Unidos.⁹

Para aqueles que crêem que Baena Soares nutre sentimentos “antiamericanos”, o Embaixador dá a seguinte resposta: “Não sou antiamericano, os fatos é que são, não eu”.¹⁰ Se classificá-lo de antiamericano é equivocado, isso não acontece ao chamá-lo de “latino-americano convicto”. Considera-se, na verdade, um entusiasta da América Latina, uma de suas grandes paixões. Segundo ele, “depois, com toda a experiência que se adquire, ao olhar o passado, percebo que, se não houvesse trilhado esse caminho, talvez não tivesse essa latino-americanidade que muita gente critica em mim, mas que reafirmo sempre que posso”.¹¹

No que concerne ao fortalecimento da democracia no continente, Baena Soares, um democrata inveterado, legou à OEA quatro documentos fundamentais, que permitiram criar um sistema de defesa da democracia: o Protocolo de Cartagena, o Compromisso com a Democracia, a Resolução 1.080 – estes dois produzidos em Santiago do Chile, em 1991 –, e o Protocolo de Washington, de 1992, que prevê a exclusão de um Estado da OEA, caso a Resolução 1.080 não produza efeitos satisfatórios. Esta resolução foi aplicada, por exemplo, ao Peru do governo Fujimori, viabilizando a volta do país à normalidade democrática.¹²

No entanto, na trajetória profissional, de Baena Soares também conheceu desilusões, além de situações de perigo real a sua integridade física. As eleições no Haiti, em 1990, figuram, por exemplo, como uma das frustrações do ex-Secretário-Geral da OEA. Baena Soares envolveu-se a fundo em todo o processo eleitoral e esteve pessoalmente presente na coordenação das votações, porém, após a declaração da vitória de Jean Bertrand Aristide, iniciaram-se ações de oposição que culminaram no golpe de estado que colocou o General Raul Cedras no poder. Outro assunto em que não se notou qualquer avanço durante sua gestão foi o caso da exclusão cubana das atividades da Organização. Na avaliação do ex-Secretário-Geral, “pode-se discutir tudo, menos o reingresso de Cuba na OEA”.¹³ No que se refere a episódios em que a segurança do Embaixador esteve seriamente ameaçada, vale mencionar a invasão de guerrilheiros da Frente Farabundo Martí no hotel

⁹ CASTRO, Celso et al., op. cit., p. 97.

¹⁰ Idem, p. 119.

¹¹ LISBOA, Luiz Carlos (Org.). Baena Soares. Rio de Janeiro: Ediouro, 2003. p. 58.

¹² CASTRO, Celso et al., op. cit., p. 91.

¹³ Idem, p. 95.

onde Baena Soares se encontrava em San Salvador, que foi seguida de retaliação bélica do exército salvador-enho, colocando em risco a vida do então Secretário-Geral, que emprestava seus bons ofícios à resolução da guerra civil.

Quando o assunto passa a ser a natureza da praxis diplomática, chega o momento de estar atento às lições que podem ser tiradas das reflexões do Embaixador sobre a profissão. Uma delas diz respeito ao fato de ser uma carreira de Estado, o que explica a disciplina e a hierarquia interna do Itamaraty. Isso não significa tolher pensamentos e idéias alheios, mas assegurar que os diplomatas preservem a representação no exterior.¹⁴ Sobre as habilidades dos diplomatas, Baena Soares afirma que estes devem desenvolver o gosto pela fala, pela conversa e, principalmente, pela negociação. A palavra constitui, assim, o instrumento de trabalho da diplomacia. Enfatiza que, “sem dominá-la, sem organizá-la no próprio idioma e no dos outros, entender o que lê e fazer-se compreender no que diz, não há possibilidade de atuar”.¹⁵ Classifica a diplomacia como “a arte de identificar matizes e de com eles jogar”. Reconhece também que o tempo diplomático mudou com o desenvolvimento das tecnologias da informação e da Internet, mas sublinha que “nada substitui o olho a olho na negociação”.¹⁷

Sobre o atual estado da arte da diplomacia brasileira, Baena Soares considera que as iniciativas recentes do governo Lula foram acertadas e não acredita em ruptura com as tradições históricas. Afinal, para o Embaixador, “sempre houve continuidade na política externa brasileira, mesmo com ênfases distintas em momentos diferentes”.¹⁸ Independentemente da postura que se adote ao longo da história, o Embaixador enfatiza que a defesa do interesse nacional deve vir em primeiro lugar, porém como definir o interesse de uma nação? Sua resposta é simples: dialogando com a sociedade e com os outros Poderes da esfera pública. É dessa “conversa” que deve ser produzido o “insumo” necessário para a formulação da política externa brasileira. A visão de um Itamaraty hermético e alheio às pressões de “fora” parece não ser mais aplicável à realidade. Baena Soares reconhece que houve, nos últimos vinte anos, maior disposição para dialogar por parte dos diplomatas. Afinal, o debate sobre política externa envolve, atualmente, novos atores, e não se restringe mais à burocracia estatal.¹⁹

Como bem define Luiz Carlos Lisboa, João Clemente Baena Soares é um típico representante “dessa reserva de elegância e inteligência que no Brasil é o Itamaraty”. Suas lições tornam-se ainda mais oportunas no momento em que o Itamaraty opta por ampliar seus quadros. Dessa maneira, a trajetória do Embaixador pode servir de referência tanto para aspirantes à carreira diplomática quanto para jovens diplomatas que pretendam conhecer os bastidores de alguns dos principais fatos da política exterior brasileira da segunda metade do século XX, assim como desvendar alguns dos segredos da arte diplomática. ■

¹⁴C LISBOA, op. cit., p. 64.

¹⁵Idem, p. 67.

¹⁶Idem, p. 68.

¹⁷Idem, p. 71.

¹⁸CASTRO, Celso et al., op. cit., p. 57.

¹⁹LISBOA, op.cit., p. 65.

O REBELDE E O ALHEIO

Juliana Marçano Santil

Uma antiga ferramenta de compreensão das dinâmicas políticas parece ter caído em desuso, oferecendo espaço à perplexidade diante de alguns eventos recentes. Antes, muitos conflitos políticos podiam ser explicados pelo dualismo evidente entre um grupo detentor do poder e as forças que o contestam. O eleitor leigo sabia interpretar aquilo a que estava assistindo quando observava a velha luta entre governo e oposição. O analista político, por sua vez, já tinha o modelo explicativo pronto: o conflito, definido pelo estruturalismo, entre um Centro opressor e os segmentos sociais oprimidos que o contestam.

Forças de esquerda descaracterizaram suas agendas socializantes. Insólitas alianças entre velhos inimigos se celebraram. Antigos radicais, cuja atuação política se edificara com base na plataforma contestatária, finalmente chegaram ao poder. Atores políticos que tinham nome e endereço se dissiparam (Estado, estadistas, partidos) e agora, anônimos e clandestinos, passaram atuar com lógicas aparentemente incaptáveis (terroristas, separatistas intangíveis, traficantes). Novas vozes insatisfeitas ecoam fragmentadas, débeis, intermitentes (refugiados, Ongs, artistas, missionários). Quem é oposição agora? Por que não se vê, de forma tão nítida como antigamente, a ação daquele que contesta o poder central? O velho esquema de compreensão da política, que explicou tão bem transformações ocorridas desde a Revolução Francesa, invalidou-se? Esta é uma nova era da política, que merece outro nome, como preten-

deram os pós-modernos? O que foi feito dos segmentos contestatários?

Este artigo pretende propor que esses novos fenômenos relacionados aos segmentos contestatários não são tão novos assim e que o velho esquema estruturalista ainda serve para explicar muito das atuais dinâmicas políticas. Não sem alguma atualização, porém. É preciso realizar um ajuste de olhar, o que, em termos acadêmicos, significa mudança de foco metodológico. Em vez de caracterizar a Oposição por seu conteúdo ideológico ou pela maneira como concretiza sua atuação no campo político (guerrilha? partido? manifestação de rua? sindicato? Ong? terrorismo? autoflagelação? etc), proponho passar a defini-la em função de seus discursos. Como se define a si mesma? Como se manifesta verbalmente no campo político? O que diz a respeito da sua plataforma? Como se dirige à sua audiência? Como se dirige em relação ao Centro?

Se esse ajuste de método é importante para entender as dinâmicas atuais, ele não é menos oportuno para revisar antigas interpretações sobre lutas entre Centro e Oposição clássicas na História. Para que um novo recorte metodológico se legitime, ele precisa validar-se universalmente e não se reduzir ao uso circunstancial. Este artigo procurará demonstrar que esse novo ângulo de análise permitirá enxergar que antigos conflitos políticos não eram tão nítidos quanto pareciam e o que se chamava de Oposição pos-

suía ambigüidades que reforçam em muito seu parentesco com aqueles que justamente ela procurava retirar do poder.

Para tentar validar esse novo ângulo de análise antes de projetá-lo sobre a nebulosa política de hoje, tentemos aplicá-lo sobre um caso clássico de luta entre o Centro e a Oposição: o colonialismo exercido sobre África. A dualidade, neste caso, sempre pareceu muito clara. De um lado o Centro, isto é, a metrópole colonial, impondo esquemas de exploração econômica, de organização política e de articulação do saber. De outro, os segmentos nacionalistas, que buscavam a independência e a transferência do poder para os africanos. De forma mais específica, tomemos como ponto de partida o caso do nacionalismo angolano. A análise sobre como veiculou seus pleitos anticoloniais naquele espaço político colocará em evidência suas ambigüidades e mostrará que os critérios que o definem como Oposição não são tão nítidos.

Ambigüidades do nacionalismo angolano

A história do nacionalismo angolano acompanha a evolução da presença portuguesa no território da antiga colônia. Do momento em que os portugueses alcançaram pela primeira vez o território angolano, no século XV, até o fim do século XIX, essa ocupação caracterizou-se como pouco sistemática, dispersa, superficial, empreendida antes por alguns poucos exploradores particulares deslocados para o território em virtude do tráfico de escravos do que por uma política deliberada do Estado português. Qualquer movimentação de oposição a este Centro esparso foi praticamente inexistente, havendo registro apenas de raras manifestações de insatisfação em relação à dominação colonial.

A partir das últimas décadas do século XIX, quando a corrida imperialista levou as nações européias a intensificar sua ocupação na África, tomou corpo um nacionalismo de primeira geração, que foi designado por alguns teóricos de protonacionalismo.¹ Veiculado principalmente por meio de publicações jornalísti-

cas, esse embrião contestatário foi propagado, de maneira pouco sistemática, por membros da elite colonial – portugueses ou mestiços descendentes destes, ocupantes de posições socioeconômicas centrais na sociedade colonial: funcionários do Estado português, comerciantes, jornalistas e intelectuais.²

Como se manifestaram estes antecessores do movimento independentista? No primeiro momento, seu discurso, registrado em publicações da época, organizava-se em termos de “inclusão no sistema de poder”, isto é, o pleito não era a extinção da dominação colonial, mas a inclusão de determinadas classes na gestão perpetrada pelo colonialismo ou, então, a mudança dos princípios que regiam tal gestão. Exigiam ser tratados como parte da nação portuguesa. De certa maneira, o protonacionalismo, empreendido por intelectuais que pertenciam à órbita cultural européia, reproduzia o ideal importado de nação liberal, aprendida com algumas independências americanas, ou, então, com o ideal da “nação européia”, cuja vocação foi mais traçar limites contra o estrangeiro do que promover a inclusão daqueles que teriam interesse em juntar-se sob um projeto político comum. Para estes, a independência do Brasil (feita por uma elite colonizadora) foi um modelo mais operacional do que a do Haiti, por exemplo (feita por escravos vitimados pela colonização). É claro que algumas dessas posições evoluíram em direção a idéias mais radicais. A chegada de missões protestantes a Angola proporcionou outro tipo de formação intelectual a alguns angolanos, penetrando no interior do continente e proporcionando uma visão mais ampla da África do que a dos intelectuais do litoral, que tinham os olhos voltados para a Europa. Também surgiram intelectuais que se voltaram ao resgate da cultura tradicional, por exemplo, pelo estudo

¹ Mais precisamente pelo sociólogo e nacionalista angolano Mário de Andrade, no livro *Origens do Nacionalismo Africano: continuidade e ruptura nos movimentos unitários emergentes da luta contra a dominação colonial portuguesa 1911-1961*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1997.

² DIAS, Jill, “Uma questão de identidade : respostas intelectuais às transformações econômicas no seio da elite crioula da Angola portuguesa entre 1870 e 1930”. In: *Revista Internacional de Estudos Africanos*, Lisboa, 1984.

da gramática da língua quimbundo.³ No entanto, estas vozes foram exceções ao protonacionalismo, que, mais do que independência, pretendia a repartição mais generosa dos benefícios retirados da exploração colonial.

A história do nacionalismo angolano só veio a apresentar mudanças discursivas importantes a partir dos anos 40, quando uma nova fase da ocupação portuguesa se abriu. O salazarismo reestruturou a relação colonial, intensificando-a, encorajando a migração portuguesa para a colônia e transportando a colonização para o centro da justificativa política do regime autoritário que se instalara em Portugal. Esta nova modalidade de ocupação renovou a reação da sociedade da colônia em relação às políticas de exploração metropolitana.

A nova forma de manifestação anticolonialista envolvia discursos de autonomização cultural da colônia. Um dos formatos assumidos pela plethora de discursos que passaram a ecoar em Angola, em oposição ao Centro metropolitano, foi a retórica da negritude, isto é, a autovalorização cultural dos povos africanos. Movimento continental, que assumiu matizes mais ou menos radicais, a negritude propagou a idéia de equivalência (e, em alguns casos de superioridade) dos povos africanos em relação à herança imposta pelo poder colonial.

Em seu tom radical, a negritude revestiu o discurso nacionalista de uma estrutura enunciativa familiar à do Centro opressor, quando se expressou em termos de substituição dos dominadores pelos dominados, quando afirmou um antagonismo bipolar entre eles e quando propôs a inversão⁴ axiológica dos princípios em vigor na ordem colonial. Ora, não era exatamente este o argumento que fundamentava a retórica colonial: que africanos e europeus seriam diferentes e teriam capacidades diferentes de exercer o poder político? A negritude (reitero, em suas manifestações mais radicais) buscou reforçar essa diferença e aprofundar o

abismo que separava africanos de europeus. É por isso que se converteu, em alguns casos, num racismo de sinais invertidos, passando a servir muito mal aos propósitos de quem procurava contestar justamente a diabolização das diferenças fomentada pelos colonos.

Depois de ter passado pela fase de auto-affirmação cultural (o que compreendeu a absorção de idéias do movimento da negritude⁵), o nacionalismo angolano organizou-se nos anos 60 e estruturou a luta armada contra Portugal. Este nacionalismo, que mais claramente, então, passou a defender a idéia de independência, dificilmente conseguiu deixar de ziguezaguear entre a idéia “substituição” do Centro pelos explorados (defendida pelos radicais da negritude) e a “inclusão” dos explorados na riqueza extraída da colônia (proposta pelo protonacionalismo). Jamais produziu uma plataforma de real inclusão e transferência do poder aos povos que habitavam o interior de Angola, que não falavam português e que nada tinham da herança cultural portuguesa, francesa ou daquela trazida pelas missões protestantes.

Em alguns momentos, os movimentos independentistas angolanos até tentaram escapar dessa encruzilhada. Em 1962, por exemplo, o MPLA (Movimento para a Libertação de Angola, um dos grupos nacionalistas, que acabou conquistando o poder com a independência), confrontou-se duramente com o dilema a respeito de qual projeto de nação pleiteava para Angola. Por um lado, entricheiraram-se os que advogavam a independência para todos (brancos e negros), mas não abriam mão da liderança deste movimento pela elite intelectual do litoral, o que acabava por reproduzir o modelo liberal de nação importado da Europa. Por outro, estiveram os que, ao perceber a ambigüidade desse discurso, optaram por fórmulas radicais de racismo invertido,

³ Língua das populações habitantes da região em torno de Luanda.

⁴ Emprego a palavra “inversão” no seu sentido geométrico, isto é, procurando denotar um deslocamento de 180° de uma imagem em questão, e não apenas uma alteração parcial ou branda, como em certos empregos habituais dessa palavra.

⁵ LARANJEIRA, Pires. A negritude africana de língua portuguesa. Porto: Ed. Afrontamento, 1995.

pleiteando a expulsão dos mestiços da direção do movimento e a transferência destas para os negros. Com esse conflito, o MPLA cindiu-se profundamente, sendo a segunda corrente, liderada por Viriato da Cruz, violentamente expelida do partido⁶. O modelo de nação da primeira corrente acabou prevalendo, sendo levado pelo MPLA ao governo de Angola, após sua vitória na guerra pela independência. As consequências da vitória dessa opção não foram pequenas para o desenrolar da dinâmica política angolana. A exclusão social resultante do modelo imposto e a espiral autoritária que se desenvolveu a partir do violento processo de independência levaram o país a uma guerra civil de trinta anos. Decerto, a riqueza proveniente do petróleo e as ambições das nações neo-imperialistas sobre o país alimentaram o conflito prolongado, mas a tensão social foi sempre o pano de fundo, utilizado pela guerrilha opositora, a Unita (União Nacional para a Independência Total de Angola), para aprofundar a violência. Hoje, após 32 anos de independência e cinco de pacificação, Angola resulta em um país que não conheceu alternância de poder, sendo sempre governado pelo MPLA.

O caso angolano é particularmente eloquente, porque revela os desequilíbrios provenientes das ambigüidades dos grupos nacionalistas após a tomada de poder por um deles. Como compreender a origem dessa ambigüidade? Como o caso angolano pode servir de paradigma para analisar as implicações da tensão clássica entre Centro e Oposição? Como retirar daqui fundamentos para compreender os atuais eventos políticos?

Gostaria de propor uma nova maneira de caracterizar os movimentos contestatários, fundamentada em novo critério: a relação discursiva que entretêm com o Centro. Em outros termos, proponho, por meio da análise de discurso, buscar em que medida estes movimentos contestatários reproduzem ou rompem com estruturas de linguagem utilizadas pelo Centro. Isso será revelado pela forma como se manifestam no

campo político, como se definem a si mesmos e como escolhem e se dirigem a seus interlocutores. Conforme o tipo de posicionamento que adotam em relação a este Centro, reuniria os movimentos contestatários em dois grupos: os “rebeldes” e os “alheios”.

“Rebeldes” e “alheios”

Os “rebeldes” são aqueles contestatários que adotam como referência o poder central. Isso quer dizer que, ainda que o rejeitem, que combatam profundamente sua ordem filosófica, que proponham sua dizimação, os “rebeldes” dialogam com o Centro, têm o centro como interlocutor e como referencial de seu discurso. Para isso, forçosamente, são levados a empregar categorias de pensamento análogas às dele. Nos casos, por exemplo, em que o Centro se funda em mitos totalizantes ou em imagens de diabolização das diferenças, o “rebelde” é levado a se expressar por meio de conceitos similares, propondo a substituição do poder instituído ou uma “inversão de sinais” das plataformas em vigor na situação que combate, isto é, o negativo deve virar positivo, o “sim” deve virar “não”, o “mal” começará a ser considerado “bom”.

Não importa aqui se tais posições são libertárias ou não – o que quero ressaltar é o fato de que o “rebelde” utiliza a mesma linguagem do dominador para fazer-se ouvir. Quando a opressão é estrondosa, o “rebelde” bate as panelas de madrugada para protestar e seu espalhafato denuncia onde está, como pensa e o que quer. Quando ela é silenciosa, o “rebelde” é frágil e, suas ações, apagadas. Ao assimilar o discurso do próprio inimigo, o “rebelde” é mais facilmente compreendido por ele, portanto, mais facilmente cooptado, absorvido e neutralizado.

Isso não impede que o rebelde possa apresentar várias feições e múltiplas trajetórias. Muitas

⁶ LABAN, Michel (Coord.). Viriato da Cruz : Cartas de Pequim. Luanda: Edições Chá de Caxinde, 2003.

vezes, ele nada mais é que um dissidente: alguém proveniente da mesma matriz cultural que formou aqueles que hoje estão no Centro, tendendo-se desviado dele pela ação de algum elemento externo. Outras vezes, o “rebelde” é criação do próprio centro – obra da sofisticação mental de algum ideólogo mais heterodoxo e brilhante. As situações são muitas, mas, em síntese, os “rebeldes”, sendo mais ou menos radicais, mais ou menos visíveis, mais ou menos combativos, estão em diálogo permanente com o Centro. Quanto ao contestatário “alheio”, ele não dialoga com o Centro. Não se define por referência ao centro, não aspira à sua substituição, está de costas voltadas para a opressão. As situações, aqui, também podem ser muitas. Assim como o “rebelde” pode ser ou não libertário, o “alheio” pode também estar de tal maneira desatento à sua posição no campo político, que sua conduta acaba por parecer mera aceitação da opressão instituída. Em outros casos, o “alheio” trabalha deliberadamente pela construção de espaços libertos da dominação e o seu nadar contra a corrente é uma escolha política com consequências pessoais, psicológica e socialmente, dolorosas. É possível, também, que o “alheio” seja o herdeiro passivo de um espaço de liberdade e que suas práticas façam parte de uma inconsciente tradição de manutenção desse ambiente de arejamento, de modo que não há, aqui, um esforço contestatário voluntário, embora o resultado de sua ação possa ser profundamente subversivo. De qualquer modo, ao dispensar-se de dialogar com o Centro ou de articular seu discurso em função dele, o “alheio” pode praticar uma ação política silenciosa e escorregadia, capaz de penetrar nas frestas do sistema opressor, que, por mais autoritário que pareça, jamais é capaz de instituir uma ordem rígida que

⁷ AFRICANO, M.A., *L'Unita et la 2e guerre civile angolaise*. Paris: L'Harmattan, 1995.
BRIDGLAND, F. Jonas Savimbi : uma chave para a África. Lisbonne: Perspectivas e Realidades, 1988.
MESSIANT, C. 1961 : *L'Angola Colonial. Histoire et société*. Les premisses du mouvement nationaliste. Thèse de doctorat dirigée par G. Balandier, École de Hautes Études en Sciences Sociales, Paris, décembre 1983.

⁸ BHABHA, Homi K. *O local da cultura*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003. p. 20.

se aplique como uma placa de cimento sobre a convulsiva dinâmica social. Em suma, o “alheio” é potencialmente mais bem posicionado para romper o habitus da repressão, embora nem sempre aproveite tal condição para os fins de uma ação política.

Os “rebeldes” angolanos

Diante dessa terminologia, gostaria de propor a análise da relação que os grupos e atores angolanos que se autodesignaram de nacionalistas em Angola entretiveram com as autoridades coloniais, para finalmente designá-los como “contestatários rebeldes”. Assim, descreveria as ambigüidades destes, expostas acima, como produto de sua relação de rebeldia com o Centro. Essa conceituação parece-me válida para os três principais grupos angolanos que se autodeterminaram nacionalistas e que disputaram a tomada do poder no momento da independência, MPLA, Unita e FNLA (Frente Nacional para Libertação de Angola). Ao longo do conflito que opôs os três movimentos antes da independência e igualmente ao longo da guerra civil que se instalou a seguir (protagonizada somente por MPLA e Unita), estes adversários buscaram em seus discursos realçar suas diferenças de plataforma, formação, representatividade. No entanto, com base em vários estudos que se detiveram na análise específica de cada grupo⁷, é possível afirmar que, em termos discursivos, há entre eles mais semelhanças do que diferenças e que as últimas são antes de tudo manipulações identitárias com vistas a obter ganhos no jogo político. Já tive a oportunidade de analisar a FNLA e a Unita em outros espaços. Aqui, procurarei concentrar-me no exemplo do MPLA, visto que meu objetivo é propor um modelo de análise de movimentos contestatários, e não proceder a um estudo exaustivo do nacionalismo angolano.

Analisemos, portanto, a relação entretida pelo nacionalismo do MPLA com o Centro. A primeira questão importante para compreender esta relação diz respeito ao ambiente cultural configurado com o processo de colonização, para entender as circunstâncias sob as quais

as idéias nacionalistas deste grupo surgiram. A dominação colonial portuguesa em Angola produziu um encontro de culturas, uma articulação entre dois universos culturais, um “entre-lugar”⁸ em que tenham sido abertos espaços de negociação entre os símbolos culturais do colonizador e do colonizado? Não se trata somente de perguntar se houve fusão de elementos culturais – como sincretismos religiosos, trocas tecnológicas ou epistemológicas, ou influências de culturas tribais sobre alguns exploradores europeus intrépidos que se tenham embrenhado mais profundamente no território africano. É verdade que é preciso saber, sim, se houve fusão e se houve permanência de elementos culturais das duas partes – e em que graus e espaços elas se deram, mas, sobretudo, é preciso saber qual foi a direção da força de atração que preponderou sobre o processo de negociação entre as culturas envolvidas nessa relação. Se a força de atração preponderante conduziu, simplesmente, ao ajuste dos mecanismos culturais às dinâmicas de opressão introduzidas pelos europeus, não houve real articulação de culturas, isto é, não houve encontro intercultural.

A comparação com as conseqüências do dito “encontro cultural” produzido pela colonização nas Américas pode ser útil para analisar o teor da negociação ocorrida na África e, mais especificamente, em Angola. Algumas questões clássicas (ainda não respondidas) da historiografia colonial brasileira, por exemplo, mostram um esforço de reflexão nesse sentido. Em relação aos estudos sobre o candomblé, ainda se pergunta se a correspondência entre os Orixás e os santos católicos teve origem numa tentativa de ludibriar o senhor de escravos, maquiando o perseguido culto das divindades africanas por meio do emprego de nomes de santos, ou se denotou verdadeira fusão de crenças. Questiona-se o mesmo ponto em relação às “Irmandades de Pretos”: foram elas locais fomentadores da rebelião de escravos ou produziram apenas o apaziguamento e a aculturação de africanos e descendentes inseridos na dinâmica colonial? Para esse mesmo caminho direciona-se a própria discussão em torno da “cafrealização” ocorrida em algumas áreas da

África de colonização portuguesa, isto é, o fato de alguns portugueses terem aprendido as línguas africanas e adquirido hábitos das tribos com que se relacionaram no processo de construção da rede de aquisição de cativos para o tráfico de escravos destinados às Américas. Tratava-se, aí, de uma estratégia deliberada da parte desses portugueses para viabilizar o novo filão comercial ou de uma genuína influência cultural proporcionada pela convivência com estas tribos? A discussão em todos esses casos é polêmica e as respostas tendem para um contrabalanceamento dos fatores.

Em Angola, a explicação tampouco deve ser radical, mas o fato é que a sistematização da ocupação colonial após o Congresso de Berlim e a reformulação do discurso da dominação ao longo do século XX parecem ter reduzido o espaço de articulação cultural entre africanos e europeus e ter tornado o habitus colonial muito mais assombroso e inescapável. As trocas tecnológicas, humanas e intelectuais, a “cafrealização” ou a abertura a universos culturais alternativos ao da metrópole (por exemplo, a abertura cultural em direção ao Brasil) foram muito mais intensas antes do fim do século XIX⁹, isto é, o campo social aberto pelas dinâmicas do tráfico de escravos constituiu muito mais um “entre-lugar” do que aquele que se inaugura com a emergência da ditadura salazarista, quando essas trocas vão se tornando, progressivamente, mais rarefeitas, embora nunca tenham se dissipado completamente. Mesmo que tenha havido incremento da imigração e dos investimentos portugueses em Angola (e em Moçambique também) com as políticas do Estado Novo, que tornaram a colonização seu pilar central de sustentação, esses fluxos obedeceram, preponderantemente (mas não sem algumas exceções), a uma força centrífuga emanada pelo poder colonial, asfixiando a possibilidade de trocas e de negociações. Isso não significa que o regime colonial tenha sido aplicado com rigidez e eficácia completamente paralisantes para os africanos, mas revela que a opressão passou a ser mais intensa por

⁹ ALENCASTRO, Luiz Felipe. O trato dos viventes. Formação do Brasil no Atlântico Sul. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

ser mais arbitrária, mais intencional, mais controlada pelo Estado, desacelerando o nível de trocas culturais.

Assim, o encontro intercultural que teria sido provocado pelo colonialismo na África é um edifício inacabado, cujas divisórias reais não estão exatamente nos lugares em que as metrópoles quiseram fazer crer que elas estariam. A intelectualidade que se autodesignou nacionalista é fruto deste encontro pouco equilibrado, tendo absorvido formas de expressão impostas pelo colonizador, o que era inevitável em tal ambiente de opressão.

O fato de muitos dos intelectuais nacionalistas de Angola terem sido educados em Lisboa, em Coimbra ou no Porto (ou Paris e Genebra, no caso dos nacionalistas da FNLA e Unita), de serem falantes de português ou, enfim, de terem uma cultura portuguesa, não é um aspecto crucial a ser levado em conta na discussão do potencial transformador das plataformas que propuseram contra o colonialismo. Este não é, nem de longe, o fator determinante da correspondência das estruturas enunciativas entre os discursos nacionalista e colonial. Na minha perspectiva, a filiação cultural não deve ser entendida num nível tão superficial. O que importa é a natureza opressora do processo a que esses contestatários foram submetidos e a imposição de que esses personagens foram objeto de uma violenta padronização das formas de pensar sobre a política, a sociedade, a filosofia, a religião, a cultura, a independência, enfim, sobre si mesmos. Também importa o nível de consciência que esses intelectuais desenvolveram sobre sua condição de produto de um encontro cultural desequilibrado e o nível de esforço que fizeram para tentar torná-lo mais igualitário.

A estrutura essencial que desejo apontar é a reprodução de estratégias discursivas da metrópole, e não simplesmente filiações culturais superficiais. As evidências desse processo encontram-se em três tipos de atitude. Em primeiro lugar, esses nacionalistas tiveram sempre o Centro sempre como referência de seu discurso. Em seguida, utilizaram as mesmas categorias de pensamento que o Centro, ao se expressar. Por fim, sua plataforma limitava-se a

inverter os sinais da plataforma do Centro.

Atitudes de reprodução das estruturas discursivas do Centro

A primeira atitude, a utilização do Centro como referência, evidencia-se pelo fato de que o MPLA sempre incluiu imagens deste em sua narrativa, delineando suas estratégias (portanto, definindo a si mesmo) em função daquilo que deve ser modificado em relação às estratégias coloniais e convertendo sua retórica praticamente numa perseguição exclusiva da deslegitimação do poder colonial. Isto mostra que o nacionalismo do MPLA dialogava antes com a metrópole (ou com as metrópoles, isto é, o sistema político internacional) do que consigo mesmo e com os africanos. Transformava, assim, o colonialismo no “tu” do seu discurso ou, ao menos, no seu referencial central. Isto significa reproduzir uma estrutura discursiva aprendida com o Centro, já que discurso da metrópole colonial tampouco dialogava com os africanos.

A segunda atitude revela-se por meio do fato de que, ao dialogar com o Centro, os nacionalistas adotaram estruturas de pensamento comuns às deste Centro, lançando mão de mitos totalizantes, de hipóteses na descrição de si mesmos (exacerbando virtudes) e do outro (exacerbando defeitos), ou da arbitragem de lógicas associativas entre significantes e significados (reduzindo o espaço que a História ou mesmo a loteria da cognição poderia ocupar na definição dessas associações).

Finalmente, a terceira atitude encontra-se na construção de uma plataforma política de acordo com a inversão de tudo o que era imposto pelo colonizador, excluindo a possibilidade de um exercício autônomo da política que passasse a incluir quem sempre esteve de fora de todo tipo de cobertura do Estado colonial.

É verdade que o conjunto de atores do campo contestatário, que se levantou em Angola contra o colonialismo, foi marcado por alguns intelectuais prodigiosos, líderes populares ou mesmo atores silenciosos que conseguiram desenredar-se das amarras das estruturas enunciativas

impostas pelo Centro, ou que, no mínimo, conseguiram tornar-se conscientes a respeito da inevitabilidade da sua sujeição; entretanto, grande parte daqueles que conseguiram fazer-se ouvir nesse campo reproduziu a forma de pensar colonial. A fórmula da substituição da negritude, a fórmula da inclusão do protonacionalismo e as hesitações do MPLA entre uma e outra (resolvidas finalmente pela via autoritária) têm parentesco discursivo com o modo de fazer política do colonizador.

Esse parentesco discursivo traduziu-se sobre as formas de ação do MPLA em sua luta anticolonialista. Os nacionalistas angolanos empreenderam esforços de diálogo com a comunidade internacional e acabaram recorrendo tardiamente à mobilização das massas africanas contra o poder colonial. Aceitaram ajuda material e financeira de forças internacionais cujo interesse na descolonização era exclusivamente de cunho financeiro. Opuseram-se em cisões dramáticas e optaram pelo emprego da violência na mediação desse conflito. Absorveram princípios discriminadores nas organizações internas dos movimentos nacionalistas. Diabolizaram elementos culturais ocidentais (nos moldes da diabolização que os colonizadores fizeram da cultura africana) e promoveram a pseudovalorização da herança cultural africana (considerando-a superior, tal qual os colonizadores faziam em relação a sua própria cultura). Estes são indícios de que os nacionalistas foram submetidos a uma inescapável influência colonialista nos seus processos de aprendizagem de modalidades de ação política, o que os tornou mais vulneráveis a serem absorvidos pelas lógicas coloniais.

Quais são as consequências políticas do fato de estar permanentemente sujeito à força opressiva do Centro? Em tese, muitas são as possibilidades. A mais óbvia delas é o impedimento de que esses segmentos contestatários obtenham aquilo que mais pleiteiam: a chegada ao poder, a substituição do centro opressor. As situações que configuram essa impossibilidade são inúmeras. O poder opressor pode desenvolver um aparato policial extremamente truculento, que se torna especialmente eficaz porque conhece e compreende as formas de agir da

oposição. Da mesma forma, ele pode desenvolver um aparato ideológico que deslegitime a ação dos contestatários, reputando-a como excessivamente radical, irresponsável ou incapaz (o melhor exemplo são as lógicas racistas, apoiadas sobre o darwinismo, fomentadas pela argumentação colonial). Finalmente, a implosão da eficácia contestatária pode ser autodetonada: sua ação vai gradualmente perdendo ímpeto e tornando-se suave demais para conseguir romper as amarras coloniais.

No caso angolano, a situação assumiu uma feição mais sofisticada, pois os opositores “rebeldes” chegaram ao poder. Quando o fazem, empregando a estrutura retórica da opressão, os “rebeldes” não estão menos absorvidos por ela. O que chamo de absorção, nestes casos, é a reprodução das lógicas de desigualdade após a troca dos homens que ocupam o poder. Na Angola independente, onde a revolução foi feita e os africanos substituíram os colonos no poder, a opressão continuou a ser reproduzida: internamente, com a exploração política e econômica dos segmentos marginais da sociedade, levando à explosão da corrupção, da fome e do analfabetismo, e, externamente, com as portas abertas ao neocolonialismo (por parte das antigas metrópoles européias e com a incursão de novos “parceiros” oriundos da América). Reacende-se, assim, a questão sobre se houve, de fato, descolonização da África. Decerto, o regime colonial foi desmantelado, mas restou sobre o continente aquilo que alguns chamam de “colonialidade”, que nada mais é do que um perdurar das lógicas de opressão aprendidas sob o colonialismo.

Projeção sobre a política atual

A última questão que resta a ser debatida é se seria possível imaginar uma oposição realmente marginal, que não seja suscetível de ser absorvida ou de reproduzir as instâncias de dominação de que tanto se esquiva e que não dialogue com o centro. Em outras palavras, é possível pensar no “alheio”, ou seja, em segmentos da sociedade que tenham as costas voltadas para a opressão?

É possível utilizar esta terminologia para dissipar a sensação de incompreensão que a política atual causa em seus observadores?

Em minha opinião, os contestadores “alheios” existem de fato, não são nuvens utópicas sobre as cabeças dos filósofos, estão presentes em todos os campos e em todas as épocas. O problema é que os radares do cientista social não estão habilitados para captá-los, pois seus sons são emitidos numa frequência que não aprendemos, ainda, a compreender. Creio que o “alheio” esteve presente no nacionalismo africano, por exemplo, entre homens obscuros que participaram de guerrilhas nas profundezas das florestas tropicais. Ora, ao estudarmos a guerrilha angolana, hoje falamos apenas com seus comandantes, homens ligados ao MPLA¹⁰, que nem sempre estão dispostos a contar tudo o que viram e viveram durante esta recente história da libertação contra o jugo colonial português. No mesmo sentido, poucos mergulharam nos subterrâneos da guerra civil que se instalou após a independência: quem foram os homens que, sem falar português, sem ter a menor noção dos melindres da Guerra Fria ou do apartheid, pegaram em armas para defender seu direito à terra e à segurança, seja lá em qual lado fosse da luta que opôs MPLA e Unita¹¹?

Além disso, suspeito que o “alheio” esteja presente, hoje, nas periferias, no campo, nas favelas, nos bairros de classe média ou nas células clandestinas de movimentos contestatários que não aparecem na televisão, desenvolvendo formas de ação política que nada têm a ver com o poder central e que são incaptáveis pelas lentes do saber patrocinado pela dominação. Podem estar traçando o destino de suas comunidades por meio do exercício de modalidades de generosidade e solidariedade silenciosas, muito distantes, por exemplo, da ideologia humanitária mediante a qual as burguesias européias se redimem dos seus pecados em relação ao Terceiro Mundo, muito distantes da bonomia das ONGs nórdicas ou do pacifismo inócuo que seduz o intelectual de esquerda dos países ricos. A dona de casa de Luanda, quando vai ao mercado comprar farinha para o funje, não estará sendo subversiva ao decidir comprar

um quilo de cada vendedora para poder ajudar o maior número possível de pessoas, embora a qualidade e o preço do produto vendido por estas mulheres sejam exatamente os mesmos por todo o mercado?

Ou, pelo contrário, os “alheios” podem estar agindo por meio de formas ultraviolentas e dramáticas, que nos parecem desvairadas e inexplicáveis, mas que traduzem uma compreensão outra do que significa sobreviver. Finalmente, alguns “alheios” podem ser encontrados no centro do Centro, na Avenida Paulista, em Wall Street, em Harvard, na música pop mais ouvida, no canal de televisão mais visto. Isto é, nestes espaços, podem estar sendo produzidas lentamente (e talvez inconscientemente) rachaduras no sistema, quando se manifestam aberturas à diversificação de contatos: quando homens do Centro partem ao encontro de um artista de um país esquecido da Ásia, quando deixam de viajar para Miami para ir a Lagos ou Ouagadougou, quando se deixam emocionar pela música feita na favela. Dessa maneira, estão aprendendo a lidar com a estranheza do outro, surpreendendo-se com esses contatos e transformando-se a partir da surpresa.

Acima de tudo, esses homens “alheios” dispensam-se de acionar as estruturas enunciativas da ideologia, de construir uma estética mobilizadora, de empregar conceitos totalizantes, de propor a substituição do central pelo subalterno, de elaborar propostas políticas com base nos parâmetros impostos pelo centro. Mas não deixam de ter uma atuação política, isto é, suas ações traduzem um desejo explícito do que querem para a gestão da comunidade em que estão inseridos. E impõem, portanto, um desafio epistemológico às ciências sociais: o desenvolvimento de categorias de análise que permitam captá-los e a revisão da historiografia em função dessas modalidades de ação política. ■

¹⁰ MPLA, Movimento Popular para a Libertação de Angola, movimento nacionalista que tomou o poder em 1975, tornou-se partido único e hoje, em tempos de pluripartidarismo, mantém-se no poder.

¹¹ União Total para a Independência de Angola, movimento armado que combateu o governo durante a guerra civil, associando-se ao regime pró-apartheid da África do Sul e que hoje, muito transformado, tornou-se partido político.

ONZE MERIDIANOS E A ÚLTIMA FLOR

A diplomacia brasileira e a questão timorense

Filipe Nasser

Ao subir ao púlpito para inaugurar os trabalhos da XXI Assembléia Geral das Nações Unidas, em 27 de setembro de 1976, o Chanceler Azeredo da Silveira furtou-se de condenar a ocupação do Timor Oriental pelas forças indonésias, ocorrida em dezembro do ano pregresso.¹ Se faltou, entretanto, maior proatividade da diplomacia brasileira no sentido de combater a invasão indonésia, é verdade que o Itamaraty se posicionou favoravelmente às Resoluções 384 (1975) e 389 (1976) do Conselho de Segurança da ONU, que, no entendimento de que a ocupação violava o direito inalienável do Timor à autodeterminação, exortaram: “o Governo Indonésio a retirar todas as suas forças sem demora do Território timorense”.

A relação da diplomacia brasileira com a questão timorense experimentou três fases distintas de afastamento e de aproximação: a primeira – transcorrida, aproximadamente, da ocupação até cerca de 1982 – observou um “envolvimento não-ativo”, em que se condenou a ilegalidade da ação indonésia no campo diplomático, sem, contudo, que se tenha devotado grande entusiasmo à libertação do Timor; a segunda – a partir daquele momento até a concessão do prêmio Nobel da Paz aos líderes da resistência timorense, em 1996 – foi caracterizada por um esfriamento do interesse brasileiro, e também da comunidade internacional, em relação à causa, tendo somente a terceira etapa testemunhado um envolvimento diplomático direto, apesar de, é possível alegar, aquém de seu potencial.

Envolvimento não-ativo, esfriamento e entrada em cena do ator global

Embora pouco antes do assalto indonésio ao Timor-Leste, em 1974, a Embaixada brasileira tivesse sido reaberta em Jacarta, as relações bilaterais Brasil – Indonésia logo em seguida se deterioraram, justamente em função da fidelidade brasileira ao direito à autodeterminação dos timorenses – expressa, por exemplo, pela anuência à condenação da ocupação nas resoluções do Conselho de Segurança. A respeito, relata Paulo Fagundes Vizontini:

Em setembro de 1977 uma missão indonésia visitou o Brasil, buscando estreitar as relações bilaterais. Contudo, estas sofreram as conseqüências da posição brasileira em relação à retirada portuguesa do Timor Oriental, ocupado e anexado pela Indonésia em 1976. Como o Brasil votava, nos organismos internacionais, contra a política indonésia na questão, os vínculos entre os dois países conheceram um retrocesso.²

Quando em 1981 a missão do Embaixador Paulo Tarso Flecha de Lima à Ásia enfatizou as potencialidades do relacionamento comercial com a Indonésia, a causa timorense experimentou um esfriamento na agenda diplomática brasileira, em benefício, também, do pragmatismo comercial, que, no entanto, nunca se confirmou numericamente nas trocas comerciais bilaterais. No âmbito da ONU, a questão do Timor-Leste perdia seu fôlego no começo dos anos 1980, o que facilitou que também hibernasse no fundo das prioridades de política externa brasileira.

O tema só seria abordado pelo Brasil no palco da Assembléia Geral anos e governos depois da anexação, pelo Chanceler Celso Amorim, em 1994. Estranhamente, antes disso, apesar de os discursos brasileiros nas Nações Unidas estivessem prenhes de referências à libertação da Palestina, da Namíbia e de outros povos cujo direito à autodeterminação permanecia sufocado, a causa timorense seguiu, de modo geral, esquecida pela diplomacia brasileira. Desde que a comunidade internacional passou a negligenciar a ilegalidade da ocupação indonésia, a diplomacia brasileira também permaneceu inerte em relação ao Timor, salvo, quando muito, episódicas manifestações que não extrapolaram os terrenos discursivo e retórico.

É possível assumir que até a missão do Embaixador Ivan Cannabrava no Timor e na Indonésia em 1997 – cujo propósito foi fazer um gesto político pela solução diplomática da questão e manter interlocução com os dois lados da cerca –, a política externa brasileira – é preciso dizer, em função da própria falta de mobilização internacional em torno do tema – não havia tomado uma atitude firme em relação à questão timorense, a despeito dos óbvios laços históricos e culturais que ligam a maior e uma das menores ex-colônias do Império Lusitano.

Foi somente com o advento das negociações que permitiram a consulta popular no Timor Oriental que o Brasil assumiu uma postura consoante a vocação universalista de sua política externa – e, também, com os laços de solidariedade lusófona que conectam as duas nações. A partir do referendo, o crescente envolvimento da diplomacia brasileira com a questão timorense combinou o comprometimento normativo com

¹ Cf. MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. A palavra do Brasil na ONU. Brasília: Funag,

² VIZENTINI, Paulo Fagundes. A política externa do regime militar brasileiro. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1998, p. 263.

o multilateralismo da política externa vigente naquele momento e a maior disposição de tomar parte das decisões internacionais. Como ao Brasil escasseiam meios para impor seu ânimo decisório, a opção – fiel à sua tradição diplomática – tem sido por influir nas relações internacionais por meio de expressões imateriais de poder, tais como a acumulação de capital diplomático e o chamado soft power.

Contudo, ainda que diplomatas e militares brasileiros tenham cruzado os oceanos em apoio à causa timorense, a participação brasileira não correspondeu – ou não pôde corresponder, por falta de meios, de dotação orçamentária e também de maior fôlego político – ao perfil de ação de um global player de maior envergadura nos planos militar e diplomático. A reboque da mobilização portuguesa, o Brasil – híbrido de potência média regional e de potência emergente com interesses e responsabilidades globais – desempenhou um papel importante na reconstrução do Timor, não obstante esta tenha sido aquém de seu potencial diplomático.

Uns parênteses: pequeno, pobre, indefeso... e lusófono!

Colônia portuguesa ao fio de quatro séculos, o pequeno Timor-Leste foi invadido pela Indonésia na esteira do vácuo de poder instalado pela Revolução dos Cravos em Portugal e, também, da guerra civil entre os partidos políticos timorenses que se seguiu. A ação indonésia, que ambicionava aumentar seu território com a metade da ilha da qual os holandeses haviam sido privados pelos portugueses, teve como pretexto a necessidade de sufocar a alegada inspiração comunista da Frente Revolucionária pela Independência do Timor-Leste (Fretilin), no intuito de evitar a instalação de uma “nova Cuba no sudeste asiático”. A ocupação inscreveu-se na moldura da détente da Guerra Fria, em que o loteamento de áreas de influência entre as superpotências foi transferido para o Terceiro Mundo e para os territórios egressos do processo de libertação colonial, em detrimento da confrontação direta entre Washington e Moscou.

o crescente envolvimento da diplomacia brasileira com a questão timorense combinou o comprometimento normativo com o multilateralismo da política externa vigente naquele momento e a maior disposição de tomar parte das decisões internacionais.

Foi só com a queda do Presidente Suharto – sob cuja inspiração se deu a ocupação militar – que Portugal, Indonésia e Nações Unidas se articularam para conduzir uma consulta popular que garantiu a expressão do direito à autodeterminação do povo timorense nos marcos dos Acordos de 5 de Maio de 1999. O resultado acachapante da escolha pela independência timorense no referendo convidou milícias pró-Indonésia – inquestionavelmente apoiadas pelo estamento militar conservador do país – a deixar-lhes um presente de despedida regado a tiroteios, assassinatos, saques, incêndios e depredação dos prédios públicos. Somente uma força multinacional de imposição da paz – a INTERFET (International Force for East Timor) – foi capaz de restabelecer as condições de paz e segurança na ilha.

Com o sucesso da missão de restauração da paz, a ONU instalou sua autoridade transitória, que governou o país até a transição para a independência. A United Nations Transitional Authority in East Timor (UNTAET) foi a missão mais complexa, sofisticada e exitosa das Nações Unidas em toda a sua história e logrou garantir a independência e a condição de Estado a uma nação à qual tais elementos haviam sido negados pela arbitrariedade impiedosa do poder e do uso da força.

A diplomacia brasileira em ação

A Missão Cannabrava ao Timor e à Indonésia, em março de 1997, foi o divisor de águas no que se refere ao envolvimento da política externa brasileira na questão timorense. Naquela oportunidade, o Embaixador Ivan Cannabrava – então Subsecretário-Geral de Assuntos Políticos do Itamaraty – conversou com lideranças da resistência timorense, apresentou a posição brasileira às autoridades indonésias e diligenciou no seio da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) para abreviar o caminho em direção à realização do direito de autodeterminação do povo timorense. Segundo o diplomata João Solano Carneiro da Cunha: “Em clima de total transparência com as autoridades de Jacarta, [o Embaixador Cannabrava] auscultou várias sensibilidades, indonésias e timorenses, e efetuou a primeira visita de um alto funcionário do governo brasileiro ao território do Timor-Leste.”³

A missão diplomática brasileira esteve animada pelo prêmio Nobel da Paz de 1996 conferido às lideranças timorenses – Doutor José Ramos-Horta e Bispo Ximenes Belo –, que despertou a consciência da opinião pública internacional sobre o drama dos timorenses, e também pela troca de regime político em Jacarta na esteira da crise financeira do sudeste asiático de 1997–8.³ É também digna de nota a pressão doméstica no Brasil – cuja sociedade se envolveu afetivamente com a tragédia de um povo lusófono oprimido – em prol de maior mobilização política e diplomática.

A propósito da identificação lingüística, apesar de só pouco mais de 10% da população timorense terem o português como primeiro idioma, a última flor do Lácio foi a língua da resistência timorense contra os indonésios e, por consequência, o legado do colonizador original converteu-se em uma reserva de identidade contra o invasor da ocasião. “Na imaginação brasileira, Timor-Leste tornou-se um poderoso símbolo. Um povo ameaçado – que se expressava em português e fazia da língua portuguesa o componente central da sua reivindicação de personalidade estatal – precisava de ajuda.”⁴

Dessa forma, do ponto de vista da formulação da política externa brasileira, a fundação de uma organização internacional inspirada pela lusofonia oxigenou a preocupação do Itamaraty com o destino político das ex-colônias portuguesas e, em particular, da nação timorense. Em agosto de 1998, o Embaixador Cannabrava repetiu a viagem ao sudeste asiático, circunstância em que visitou Xanana Gusmão – o histórico líder da resistência timorense – na prisão em Cipinang e transmitiu às autoridades indonésias o pedido do Presidente Fernando Henrique Cardoso pela libertação do líder encarcerado.⁵

Felizmente, o Brasil fazia parte do Conselho de Segurança da ONU quando da adoção das resoluções cruciais tanto à pacificação do território quanto ao estabelecimento de uma autoridade transitória que conduziria o país à condição de Estado independente. Na verdade, havia partido justamente das diplomacias portuguesa e brasileira a iniciativa de convocar o Conselho para deliberar sobre os desdobramentos da questão timorense. O Embaixador Gelson Fonseca relembra: “Em fins de março de 1999, à luz de novos acontecimentos no terreno, a delegação brasileira sugeriu que o Secretariado informasse o Con-

³ A crise financeira precipitou a queda do General Suharto, que presidia o país com mão de ferro desde 1965 e foi o responsável pela anexação ilegal do Timor em 1975.

⁴ SEIXAS CORRÊA, Luiz Felipe de, MANCINI, Luciana. Sérgio Vieira de Mello no Timor Leste: a construção de um Estado independente. In: MARCOVITCH, Jacques (Org.) Sérgio Vieira de Mello: pensamento e memória. São Paulo: EDUSP, 2005. p. 92.

⁵ Contudo, é digno de menção o fato de que o Brasil tinha se recusado a aceitar o Timor-Leste como membro-observador da CPLP enquanto não fosse um Estado independente, com receio de que houvesse uma disputa intratimorense por qual facção política representaria o país no fórum, bem como rejeitou o pedido de Xanana Gusmão pela abertura de um escritório político em Brasília pelo mesmo motivo. Em 2000, entretanto, o Brasil foi um dos primeiros países a abrir um Escritório de Representação em Dili, sob o comando do Embaixador Kywal de Oliveira, logo convertido em legação permanente com o advento da independência.

⁶ FONSECA JR, Gelson. O Brasil no Conselho de Segurança da ONU. 1998–1999. Brasília: Funag, 2002. p. 156.

selho sobre a situação em Timor-Leste, ativando assim o item e abrindo caminho para a familiarização do Conselho com o tema.”⁶

Daí em diante, o Brasil penhorou firme suporte diplomático à causa da libertação do Timor-Leste e apoiou todas as missões da ONU de pacificação e reconstrução do país – embora seja possível argumentar que somente a erupção de uma crise de segurança tenha sido capaz de precipitar o engajamento diplomático brasileiro definitivo. O Brasil ocupou um assento não-permanente no Conselho de Segurança nos biênios 1998–9 e 2004–5, cruciais para o processo de pacificação da nação e construção do Estado. Vale acrescentar que o suporte às operações das Nações Unidas, entretanto, não esteve restrito ao front diplomático em Nova York, senão contou com o envio de militares e técnicos brasileiros para a ilha ao longo de todo o processo de transição para a independência e depois dela.

Cumprir destacar a visita do presidente Fernando Henrique Cardoso ao Timor, em 2001, oportunidade em que inaugurou um centro de formação profissional em Díli. Também é digna de menção a presença do Chanceler Celso Lafer às festividades da independência daquele país, em maio de 2002, quando o Presidente eleito, Xanana Gusmão, recebeu do brasileiro Sérgio Vieira de Mello – o Administrador Transitório da ONU – uma chave que simbolizava a soberania do país. A propósito, Lafer expressou ante a LVII Assembléia Geral da ONU naquele mesmo ano: “I have the pleasure of greeting the entry of East Timor into the fold of the United Nations, just as we welcomed it, last July, in Brasília, into our Community of Portuguese-Speaking Countries. A free Timor – a remarkable UN success story.”⁷

Ao apoio ao processo de independência auspiciado pelas Nações Unidas, seguiu-se o estabelecimento imediato de relações bilaterais, sacramentado pela abertura da Embaixada brasileira em Díli. Em 2003, os Chanceleres José Ramos-Horta e Celso Amorim pactuaram a criação da Comissão Mista Brasil–Timor–Leste, dando seqüência aos acordos de cooperação judiciária e nas áreas de educação, saúde e agricultura, sob os cuidados da Agência Brasileira de Cooperação (ABC) do Itamaraty. Em junho de 2006, outra missão diplomática brasileira foi enviada ao país com o intuito de transmitir apoio ao governo timorense na seqüência da crise de segurança que culminou na queda do ex-Primeiro-Ministro Mari Alkatiri. O governo brasileiro ainda despachou um observador militar e um policial para auxiliar no fortalecimento da governança democrática timorense.⁸

A participação da diplomacia brasileira no processo de independência do Timor-Leste auspiciado pelas Nações Unidas – ainda que tímida no início e carente de maiores recursos financeiros, logísticos e militares – ofereceu um reforço relevante para a restauração das condições de segurança do país após a insurreição miliciana. Foram, no entanto, o apoio político-diplomático e os projetos de cooperação técnica subsequentes que selaram a contribuição brasileira ao Timor-Leste independente, após décadas de relativa indiferença diplomática.

7 Statement by H.E. Dr. Celso Lafer, Minister of Foreign Relations of the Federative Republic of Brazil, at the General Debate of the 57th Session of the General Assembly of the United Nations – New York, 12 September 2002. Disponível em: <<http://www.un.int/brazil/speech/02-cl-57agnu-opening-1209.html>>.

8 Cf. SANTOS, Norma Breda dos, RUSSO, Ciro Marques. Diplomacia e força. A participação brasileira em operações de paz das Nações Unidas. In: SILVA, Kelly Cristiane da, SIMIÃO, Daniel Schroeter (Org.). Timor-Leste por trás do palco. Cooperação internacional e a dialética da formação do Estado. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007.

9 Foram elas: i) United Nations Mission in East Timor (UNAMET); ii) International Force in East Timor (INTERFET); iii) United Nations Transitional Authority in East Timor (UNTAET); iv) United Nations Mission of Support in East Timor (UNMISSET); vi) United Nations Office in Timor-Leste (UNOTIL); e vii) United Nations Integration Mission in Timor-Leste (UNMIT).

10 Cf. MILANELLO, Luiz Roberto. A independência do Timor Leste e a participação brasileira na força de paz da ONU. In: AGUILAR, Sérgio Luiz Cruz. Brasil em missões de paz. São Paulo: Usina do Livro, 2005.

11 É importante diferenciar conceitualmente as operações de paz das forças multinacionais de imposição da força no âmbito do direito da ONU. Enquanto as últimas encontram amparo no Capítulo VII para utilizar a força militar sob o comando das forças armadas de uma determinada nação, as operações de paz configuram um arranjo híbrido que se desenvolveu jurisprudencialmente ao longo da história da organização, cujas diversas atribuições variam desde o patrulhamento de fronteiras até o desenvolvimento de instituições democráticas nos territórios egressos de conflitos armados. Tal arranjo foi definido pelo ex-Secretário-Geral Dag Hammarskjöld como pertencente a um fictício Capítulo VI e ½ da Carta da ONU – meio-termo entre as soluções pacíficas do Capítulo VI e a imposição da força do Capítulo VII.

As forças armadas em campo

As forças armadas brasileiras tiveram participação em todo o conjunto de operações das Nações Unidas no Timor-Leste.⁹ Já na missão encarregada da montagem da consulta eleitoral – a UNAMET –, o governo brasileiro despachou cinco oficiais de ligação (military liaison officers), seis observadores policiais e 22 observadores eleitorais. Com a aprovação da força multinacional de paz – a INTERFET –, decidiu-se celereamente pelo envio de cinquenta homens do Pelotão do Batalhão de Polícia do Exército de Brasília (BPEB).¹⁰ A integração do BPEB à INTERFET significou a primeira participação em uma força multinacional de imposição da paz com mandato do Conselho de Segurança das Nações Unidas.¹¹ Ressalvadas as devidas particularidades históricas e diferenças conceituais, desde que os pracinhas combateram o Eixo no teatro europeu, tropas brasileiras não embarcaram em uma missão estrangeira autorizada a usar a força.¹² A propósito, o diplomata Paulo Roberto Tarrisse da Fontoura observou: “O Brasil não tem tradição em matéria de participação em forças multinacionais autorizadas pelo Conselho de Segurança. [...] Não soma experiência em engajamentos em forças multinacionais, pois envolve óbices de participação em razão de condicionamentos financeiros e legais.”

Ainda assim, o governo brasileiro à época destacou um pelotão para auxiliar na restauração das condições de segurança de uma ilha a onze meridianos de distância, o que fornece evidências de que a questão timorense galgou vários degraus na agenda de política externa brasileira.

Com a evolução para a autoridade transitória – a UNTAET –, o contingente brasileiro passou a desempenhar funções de variadas naturezas, tendo-se encarregado até mesmo da segurança pessoal das principais lideranças timorenses no curso do processo de transição para a independência, além de ter contribuído com pessoal técnico e de apoio. Em 2000, o 3º Batalhão da Polícia do Exército de Porto Alegre substituiu o BPEB, tendo o efetivo brasileiro em solo timorense aumentado para setenta homens. Ao final, um total de 1.200 militares e policiais brasileiros cruzou os oceanos para garantir que o povo timorense desfrutasse de seu direito à condição de Estado independente – até então só a UNAVEM (United Nations Verification Mission) III tinha recebido um contingente mais expressivo de tropas brasileiras.

Em síntese, o saldo e o legado da passagem das forças armadas brasileiras pelo Timor foram positivos, não só por terem as tropas brasileiras tomado parte daquele que foi um empreendimento multilateral ímpar no campo da paz e da segurança internacional quanto por terem servido de instrumento prático da diplomacia brasileira.

“Na imaginação brasileira, Timor-Leste tornou-se um poderoso símbolo. Um povo ameaçado – que se expressava em português e fazia da língua portuguesa o componente central da sua reivindicação de personalidade estatal – precisava de ajuda.”

¹² É necessário citar que o Brasil comandou militarmente a Força Interamericana de Paz (FIP), empregada na República Dominicana, em 1965, na esteira da crise de sucessão presidencial. A FIP foi aprovada pelo Conselho Permanente da Organização dos Estados Americanos (OEA), embora sua base jurídica fosse frágil. O envolvimento do governo Castelo Branco na República Dominicana, desse modo, destoou da tradição de política externa brasileira.

¹³ FONTOURA, Paulo Roberto Campos Tarrisse da. O Brasil e as operações de manutenção da paz das Nações Unidas. Brasília: FUNAG, 1999. p. 205-7.

¹⁴ MILANELLO, Luiz Roberto. A independência do Timor Leste e a participação brasileira na força de paz da ONU. In: AGUILAR, Sérgio Luiz Cruz. Brasil em missões de paz. São Paulo: Usina do Livro, 2005.

¹⁵ FONTOURA, Paulo Roberto Campos Tarrisse da. O Brasil e as operações de manutenção da paz das Nações Unidas. Brasília: FUNAG, 1999. p. 201-3.

¹⁶ Cf. WIGHT, Martin. A política do poder. São Paulo: Imprensa Oficial, 2002, para uma tipologia das potências.



Fez do amigo distante o próximo: o que significou em termos de política externa?

Do ponto de vista da formulação de política externa, a decisão de investir apoio diplomático – na ONU, na CPLP e em conversas bilaterais – e de despachar contingentes militares para o outro lado do globo foi sintomática do caráter universalista da inserção internacional do Brasil, reiterando a vocação de potência média¹⁶ com preocupações e interesses verdadeiramente globais, não obstante o limitado alcance da ação externa do País. É lícito supor que o reconhecimento do Timor-Leste avançava a mundialização da política exterior brasileira, na medida em que, rigorosamente, a independência timorense encerrava simbolicamente um capítulo do ciclo colonial europeu.

O envolvimento na questão timorense reiterou, ademais, o compromisso da política externa brasileira com o multilateralismo e com o direito internacional corporificados pelas Nações Unidas; e isso não só nos discursos pronunciados nos púlpitos de Nova York e de Genebra, mas também no que se refere à disposição para colaborar ativamente com a paz e segurança internacionais no campo de batalha. É oportuno destacar que a iniciativa do Executivo brasileiro de tomar parte no esforço de pacificação e reconstrução de um país egresso de conflito armado não foi inédita. Pelo contrário, inscreveu-se em uma tradição de participação em operações de paz lastreadas pelo signo do multilateralismo. Embora o Brasil tenha sido historicamente reticente em aderir às forças multinacionais de imposição da paz, as forças armadas brasileiras estiveram presentes em diversas peacekeeping operations – mesmo anteriores à fundação da ONU –, colaborando com a pacificação das crises de Suez, Congo, Angola, Moçambique, El Salvador, Guatemala, ex-Iugoslávia, Timor-Leste e, agora, do Haiti – onde comandam o componente militar da Missão de Estabilização do Haiti (MINUSTAH). Nesse sentido, é lícito afirmar que a participação do governo brasileiro nas operações de paz no Timor se soma ao acervo de credenciais que animam a aspiração do País a uma cadeira permanente no Conselho de Segurança da ONU.

Ao renunciar à duradoura inércia que caracterizou nossa postura diante da questão timorense pela senda do multilateralismo, a diplomacia brasileira expressava dois entendimentos. Primeiro, que a uma nação em que escasseiam instrumentos de poder interessa a vigência de uma ordem internacional baseada em normas. Segundo, que é importante contribuir para a conformação normativa desta. A aposta no multilateralismo prevê respeito às decisões colegiadas nos foros internacionais e, no caso de um país com desejo de ampliar sua participação na agenda internacional, também redonda tentativa de influir nos rumos dessas decisões por meio de instrumentos imateriais e psicológicos de poder. De acordo com Joseph Nye: “Soft power [contrasts] with the hard power of ordering others to do what it wants. [...] If a state can make its power seem legitimate in the eyes of others, it will encounter less resistance to its wishes.”¹⁷

¹⁷ NYE, Joseph. Soft Power. In: Foreign Policy, Fall, p. 153-171, 1990. Disponível em: <http://www.foreignpolicy.com/Ning/archive/archive/080/SOFT_POWER.PDF>.

Aplicado à História das Relações Internacionais do Brasil, o exercício de soft power no caso do Timor-Leste admite leitura similar à do conceito de “autonomia pela participação” do Embaixador Gelson Fonseca Jr.:

O acervo de uma participação positiva, sempre apoiada em critérios de legitimidade, nos abre a porta para uma série de atitudes que tem dado nova feição ao trabalho diplomático brasileiro. A autonomia, hoje, não significa “distância” dos temas polêmicos para resguardar o país de alinhamentos indesejáveis. Ao contrário, a autonomia se traduz por “participação”, por um desejo de influenciar a agenda aberta com valores que exprimem tradição diplomática e capacidade de ver os rumos da ordem internacional com olhos próprios, com perspectivas originais.¹⁸

Além disso, o envolvimento da diplomacia brasileira na questão timorense possui um traço distintivo em relação ao histórico brasileiro de participação nas operações de paz da ONU (além da já mencionada integração à força multinacional de imposição da paz): o compartilhamento de identidade entre dois países oriundos do passado colonial português. “Na miríade de operações de paz criadas, [o Brasil] passou a privilegiar a atuação na América Latina e em países de língua portuguesa, duas áreas de crescente prioridade para sua política externa.”*


É necessário deixar claro, entretanto, que a solidariedade lusófona com o Timor não assumiu caráter de paternalismo condescendente ou vazio de pragmatismo, senão, antes, descortinou uma combinação entre incremento de influência político-diplomática brasileira e sentimento de responsabilização em relação a países com os quais se dividem fortes ligações histórico-culturais. O ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso deu um testemunho:

Meu governo procurou suprir nosso dever moral para com esse rincão de cultura aparentada à nossa. [...] O contraste entre o que pudemos fazer por Timor e o silêncio do governo militar diante do massacre ali promovido pela Indonésia está entre as razões de meu pasmo quando setores de esquerda se referem à política externa daquela época [regime militar] como “progressista” ou de defesa da soberania nacional.¹⁹

É possível alegar que o envolvimento da diplomacia brasileira na questão timorense constituiu um embrião do que o Ministro Celso Amorim definiria como não-indiferença, que implica solidariedade com os países vitimados por crises e conflitos armados sem que se configure ingerência nos assuntos domésticos de um Estado.

Ao princípio da “não-intervenção”, tão importante na tradição diplomática brasileira, veio somar-se o da “não-indiferença”. De fato, do mesmo modo que não cabe interferir no direito soberano de cada povo de resolver seus próprios problemas, é preciso que os países com capacidade demonstrem disposição de colaborar, sempre que chamados, sobretudo quando são evidentes os sinais de crise política e social.²⁰

¹⁸ FONSECA JR, Gelson. A legitimidade e outras questões internacionais. Poder e ética entre as nações. São Paulo: Paz e Terra, 2004. p. 368.



Voltando os olhos para o futuro, a falta de complementaridade econômica e o baixo nível de comércio exterior frustram a densidade da agenda bilateral. Como o principal produto de exportação timorense é o café, não há grandes oportunidades de penetração de bens timorenses no mercado consumidor brasileiro. Tampouco os timorenses dispõem de grande monta de recursos para importar bens industrializados brasileiros. Em visita ao Brasil, o ex-Chanceler e atual Presidente, José Ramos-Horta, reclamou: “Infelizmente não temos investimento brasileiro. O investimento que temos aqui é português, australiano, da Indonésia, da China, da Coréia.” No campo energético, contudo, há potencial de exploração petrolífera na Bacia do Timor, cuja receita está estimada em US\$ 25 bilhões para os próximos 25 anos. É, entretanto, no domínio da cooperação Sul-Sul de natureza técnica e no âmbito da CPLP que residem as mais promissoras perspectivas de adensamento das relações bilaterais a curto e médio prazo.

A título de conclusão, o significado do engajamento da política externa na questão timorense reside na afirmação da vocação brasileira de global player com interesses e preocupações em todas as regiões do mundo, ainda que com limitada capacidade de ação. Existe, também, o sentido de responsabilidade sobre uma nação com a qual possui uma interseção identitária – antecipando a não-indiferença manifestada quando da decisão brasileira de liderar o componente militar da MINUSTAH. O Timor encerra um exemplo concreto da adesão do Brasil ao empreendimento multilateral na era que se seguiu ao fim do conflito bipolar, combinado com uma tentativa de desempenhar um papel menos coadjuvante nas relações internacionais. Mesmo fora do entorno regional imediato e ainda que tardiamente, o Timor-Leste despertou uma relação afetiva não só nos círculos governamentais brasileiros, mas também em segmentos de uma sociedade que pouca atenção dispensa a temas de política externa. Ao fim e ao cabo, a última flor do Lácio tem servido de ponte sobre os onze meridianos que separam um país que conquistou sua independência pela força do multilateralismo de outro que ora logra mundializar sua ação externa. ■

¹⁹ CARDOSO, Fernando Henrique. A arte da política: a história que vivi. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006. p. 605-6.

²⁰ AMORIM, Celso. A política externa do Governo Lula: os dois primeiros anos. In: Revista Plenarium, novembro de 2005.



INTERPRETAÇÕES DA POLITICA EXTERNA INDEPENDENTE

Leituras cruzadas e complementares

Rômulo Figueira Neves

Introdução

O período de 1961 a 1964, marcado pelo advento da PEI, é um dos mais analisados na historiografia recente das relações exteriores do Brasil, pois representou uma revisão conceitual nos rumos do Itamaraty e também o início de novo modelo de inserção internacional do País, o que suscita a investigação e a pesquisa sobre o período. Três questões, no entanto, tornam a análise deste momento da política externa brasileira bastante complexa e dificultam uma síntese absoluta e acabada.

A primeira refere-se ao contexto mundial, marcado não apenas pela Guerra Fria, mas também por alterações importantes na divisão do poder mundial. A França, do General De Gaulle, está em plena marcha rumo à independência atômica, movimento que resulta até mesmo em sua saída da OTAN em 1966; o confronto ideológico entre os Estados Unidos e a União Soviética atinge seu ponto mais próximo da

guerra com a Crise dos Mísseis, em 1962, seguido de um processo de sedimentação das zonas de influência e a conseqüente distensão entre as superpotências; as relações sino-soviéticas, por sua vez, deterioram-se, até o rompimento, em 1963.

A segunda refere-se ao contexto interno e à instabilidade política. O período é marcado pela veloz passagem do ambiente de efêmero consenso nacional, com a eleição do Presidente Jânio Quadros, para a polarização ainda mais acirrada do que na década anterior, que já havia transcorrido sob a sombra de um golpe militar.

A terceira questão, derivada das duas anteriores, trata da variedade de formas que a análise do período pode assumir. Como são muitos elementos causais, diretos e indiretos, além de muitas variáveis analíticas, nenhuma interpretação foi, nem poderia ser, dada a extrema complexidade do tema, capaz de abordar e avaliar o peso de todos os fatores envolvidos na elaboração, na implementação e no desenvolvimento da PEI.

Não se trata, assim, de exigir que alguma análise contemple todos os níveis de investigação possíveis. Obviamente, seria impensável uma pesquisa aprofundada tratar, ao mesmo tempo, do impacto da morte de John F. Kennedy para os rumos das relações Brasil – Estados Unidos (que é um dos eixos de estudo possíveis) e, por exemplo, dos elementos biográficos que levaram Jânio Quadros a formar tais e quais juízos sobre a política externa a ser adotada pelo País. Trata-se, no entanto, de apontar algumas limitações dos trabalhos existentes e verificar a evolução das investigações mais recentes.

Distinções entre os enfoques possíveis

É possível realizar, inicialmente, duas diferenciações básicas nas formas de abordagem das questões relacionadas à PEI. Na primeira distinção, podemos identificar, de um lado, um enfoque de cunho estruturalista, atento aos aspectos macro da economia e da política, tanto internos quanto internacionais, e, de outro, um enfoque personalista, atento, principalmente, à biografia de cada um dos atores envolvidos e às decisões dos “Homens de Estado”. Na segunda distinção, identificam-se as abordagens que enfatizam o sentido da continuidade na condução da política externa do País, de um lado, e, de outro, o caráter de inovação das novas proposições trazidas pela PEI.

Essas abordagens não aparecem isoladas, pois, nas interpretações examinadas, os autores citam elementos de ambos os enfoques, independentemente de qual selecionaram para realizarem seus estudos, mas sem se comprometerem a levar adiante as duas vertentes, limitando-se, na maioria dos casos, a apenas apontar indiretamente a existência de outras formas de análise.

Adiantamos que o principal mérito dos trabalhos mais recentes sobre o período estudado é exatamente o de indicar com mais segurança em que momentos as duas abordagens complementares podem se cruzar, aproveitando essas oportunidades para aprofundar uma análise combinada. Essa forma híbrida de apresentação do problema foi influenciada, principalmente, pelos trabalhos de Jean-Baptiste Duroselle e Pierre Renouvin, que resgatam a importância da análise do papel do estadista no desenrolar dos fatos políticos, sem se limitarem a meros determinismos bibliográficos. Outras influências importantes para o desenvolvimento destas análises combinadas são os trabalhos do sociólogo John Elster, que defende uma abordagem que atente para os desejos e as demandas do indivíduo na formação da sociedade – o chamado individualismo metodológico –, e do sociólogo Norbert Elias, que percebe uma complementaridade necessária ao estudo da sociedade e do indivíduo – a sociogênese e a psicogênese.

Dessa forma, torna-se possível estabelecer relações mais claras e precisas entre a estrutura existente e as escolhas realizadas pelos protagonistas dos acontecimentos políticos do período, especialmente, aquelas relacionadas à PEI.

Outra questão importante para a avaliação de estudos sobre a PEI diz respeito às periodizações as-



sumidas em cada uma das interpretações. Nesse aspecto, cada pesquisador realiza a divisão que mais convém a sua abordagem e aos elementos centrais que levanta para demonstrar sua tese. Existem, porém, duas linhas gerais e algumas abordagens explicitamente equivocadas, geralmente extensões irrestritas de uma delas. A primeira considera os elementos macro da configuração histórica o principal aspecto a ser analisado; a segunda opta pela fragmentação mais acentuada dos períodos com base em marcos identificáveis e significativos.

Os principais equívocos encontrados nas periodizações são as aplicações simplistas de uma das duas formas de abordar a questão. O primeiro consiste na homogeneização excessiva da realidade histórica, a ponto de negligenciar algumas alterações importantes nas estruturas políticas existentes. Exemplo deste tipo de abordagem é a classificação da política exterior do País em todo o século XX como mera “herança da obra do Barão do Rio Branco”, ou a identificação do período 1930–1989 como um bloco coeso de diretivas de política exterior, calcado no desenvolvimentismo. O segundo tipo de degeneração é exatamente o extremo oposto, ou seja, a fragmentação excessiva, a ponto de negligenciar as linhas de continuidade existentes, que delimitam um período, ou fenômeno, mais ou menos distinto dos demais e relativamente longo para configurar uma experiência histórica significativa. Do mesmo modo, a identificação errônea dos marcos, apontando momentos que, na verdade, não delimitam as principais alterações na realidade existente, também gera fragmentação prejudicial ao estudo. No caso de análises da PEI, algumas enfatizam demasiadamente pequenas modificações internas, supostas conseqüências das alterações que ocorriam durante a Guerra Fria; outras, ainda menos cuidadosas, identificam na troca do governo Jânio pelo de João Goulart a quebra de continuidade que, na prática, não se efetivou – o que se pode inferir da análise mais acurada sobre a atuação dos políticos e diplomatas envolvidos na execução da PEI. Isso não exclui a possibilidade de assumirmos as alterações políticas advindas do Golpe de 1964 como uma quebra de continuidade, como o faz, por exemplo, o Embaixador Carlos Leite Barbosa, em seu livro *Desafio Inacabado – A Política Externa de Jânio Quadros*, lançado neste ano.

Optamos, na breve exposição dos principais aspectos da PEI, que se segue, por citar os principais elementos de análise abordados pelos diferentes analistas, com vistas a, posteriormente, propor uma avaliação sintética.

Antecedentes da PEI

Algumas importantes análises sobre o período da PEI focam sua atenção no aspecto de continuidade da Política Externa Independente. São relevantes para estas abordagens os antecedentes que demonstrem uma tentativa de elaboração de uma política externa mais autônoma. Não faz sentido buscar os antecedentes da PEI nos debates acerca da tarifa Alves Branco, na primeira metade do séc. XIX, mas algumas raízes das novas proposições já se encontram, pelo menos, desde a experiência do Brasil na Primeira Guerra Mundial e na participação do País na Liga das Nações. A participação na Guerra demonstra o início da busca de um papel mais central na arena política mundial, e a participação na Liga das Nações é marcada pela demanda por uma vaga no Conselho das Nações, isto é, a efetiva entrada do Brasil no rol das nações que definem os rumos da política mundial. Tal experiência marca, pessoalmente, um dos protagonistas no processo de elaboração da PEI (Afonso Arinos cita, em seu discurso de posse como chanceler, em 1961, a perspectiva defendida por seu pai, Afrânio de Melo Franco, na Liga das Nações). Ela, também, está presente nos escritos de outro, o Chanceler João Augusto de Araújo Castro, que retoma, posteriormente, a proposta inicial do presidente Roosevelt sobre a ampliação do número de membros permanentes do Conselho de Segurança da ONU.

Outros aspectos que podem ser evocados como antecedentes dessa busca de inserção mais ampla no cenário político internacional são, por exemplo, o impulso desenvolvimentista do governo Vargas, que buscou ampliar o leque de opções comerciais do País, ao assumir uma postura, assim chamada, de equidistância.

tância pragmática; e também a participação do Brasil nas forças de Paz da ONU nos conflitos do Canal de Suez e Faixa de Gaza, em 1956.

No campo intelectual, certamente, alguns fatores da década de 1950 contribuíram para a geração do ambiente que possibilitou a elaboração e a implementação da PEI na década seguinte. Entre os principais, podemos destacar a idéia de neutralismo, desenvolvida no Instituto Superior de Estudos Brasileiros (Iseb), que congregava vários intelectuais brasileiros, e as idéias de dependência e deterioração dos termos de troca, desenvolvidas pelos pesquisadores da Comissão Econômica da ONU para América Latina e Caribe (Cepal). Essas idéias alimentaram o já efervescente nacionalismo existente à época.

No campo político, o final da década de 1950 também apresenta tímidos, porém importantes encaminhamentos na direção da alteração dos rumos da política externa. O primeiro é a proposição da Operação Pan-americana (OPA), por Juscelino Kubitschek, em 1958, a partir de um discurso que apresentava, para justificar as demandas por ajuda externa, a aproximação com o Leste como uma alternativa possível para o processo de superação dos problemas sociais dos países da América Latina (uma das idéias retomadas pela PEI é exatamente esta aproximação). Mesmo sem atingir plenamente seus objetivos, a OPA resultou na criação do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). O segundo aspecto foi a retomada das relações comerciais com a União Soviética, em 1959, ainda no governo JK, além da missão comercial Brasil – Ásia, que buscou estabelecer relações com Tailândia e Coreia do Sul, entre outros. Tal modelo de ampliação das relações comerciais foi um dos pilares da PEI.

Principais aspectos da PEI

Tomando, provisoriamente, a PEI como uma unidade conceitual, podemos identificar os principais fundamentos pelas quais ficou conhecida posteriormente, sobretudo a partir do trabalho de teorização do Chanceler Francisco San Tiago Dantas. Entre estes aspectos, destacam-se o movimento de ampliação das alternativas comerciais do País, com ofensivas em direção ao Leste Europeu, à União Soviética, à China e à África; a defesa dos princípios da não-intervenção, da autodeterminação dos povos e da descolonização; a defesa do desarmamento e da paz como caminhos para o aumento do bem-estar da população das diversas nações; e o não-alinhamento político, requisito necessário para a ampliação da participação do Brasil na arena internacional.

Esses cânones representam a ruptura com as posições adotadas até então pelo Itamaraty, não tanto pelo significado extrínseco, mas pelo aprofundamento de alguns juízos que se formavam na sociedade brasileira. Em primeiro lugar, a ampliação das parcerias comerciais já vinha sendo aventada, mas limitava-se à atividade voltada, principalmente, ao hemisfério americano, à consolidação dos laços com os Estados Unidos e ao nascente movimento de integração com a América Latina, por meio da criação da Aliança Latino-Americana de Livre Comércio (Alalc). Os estudos que embasaram a reforma administrativa ocorrida no âmbito da PEI, por exemplo, tinham sido iniciados havia quase uma década; o novo movimento, porém, era no sentido de gerar uma política global de parcerias comerciais, e não mais hemisférica.

O segundo ponto de distinção refere-se ao posicionamento perante a descolonização da África. Vargas já havia sinalizado que o Brasil poderia adotar posições pró-independência das colônias africanas, mas, no governo de JK, tal iniciativa perdeu força e o País voltou a adotar política ambígua em referência à questão. Durante a PEI, o País adotou claramente uma postura pró-descolonização. Tal decisão deveu-se não apenas a imperativos morais, mas também, como veremos à frente, a interesses pragmáticos.

Em terceiro lugar, o País passa a adotar posicionamento mais complexo em relação à polaridade da Guerra Fria, que marcava o sistema internacional. A divisão do poder no mundo traduzia-se no antagonismo Leste-Oeste, que representava o embate entre o sistema capitalista dos Estados Unidos e o comunista da União Soviética. Em 1955, no entanto, iniciava a resistência de vários países ao esquema de polarização existente. Em 1961, forma-se o chamado movimento dos não-alinhados, que demandava uma nova divisão



de poder no mundo. O Brasil, apesar de não compor a linha de frente do movimento, passou a adotar posições que se assemelham às suas, passando a tratar do antagonismo Norte-Sul, referente às diferenças sociais entre os países ricos e pobres, com ênfase maior do que a que dava ao antagonismo Leste-Oeste. Ato em parte derivado da questão anterior, o Brasil também passa a defender com veemência o desarmamento mundial. Isso estancaria o crescimento do já profundo fosso que separava, em termos de poder, os países armados nuclearmente e aqueles que não dispunham da tecnologia atômica. Além disso, o desarmamento poderia aumentar o fluxo de recursos destinados ao comércio de outros bens e também os destinados à ajuda externa dos países desenvolvidos.

Estruturas

Sob o ponto de vista estruturalista, também podemos identificar os principais elementos que formam o contexto no qual é elaborada a PEI. Aliada à análise dos antecedentes, o exame do contexto pode ajudar a explicar as grandes correntes de transformação que concorrem para gerar algumas mudanças históricas. Ao mesmo tempo em que apontam para certas direções, as correntes também apresentam bifurcações, nas quais as decisões têm de ser tomadas de maneira definidora.

Esse é o caso, por exemplo, da situação econômica do País ao final da década de 1950. A imensa dívida externa, fruto da política expansionista do governo JK, e o gigantesco déficit na balança comercial, gerado por importações que chegavam a 140% das exportações exigiam respostas imediatas no campo econômico, que não se limitavam a ajustes macroeconômicos, mas também incluíam a busca de outras alternativas, entre elas o aumento das exportações e das parcerias comerciais. Do mesmo modo, o ambiente internacional tornava-se mais competitivo e inóspito para nossas exportações, com a diminuição dos preços das commodities no mercado internacional, principalmente do café, e com o aumento do risco de desvio de comércio e conseqüente diminuição de nossas vendas para a Europa (que comprava cerca de 30% de nossas exportações), gerado pelo Tratado de Roma, que criou, em 1957, o Mercado Comum Europeu.

É certo que o País passava por um processo de substituição das importações, mas já sabemos hoje que tal processo não torna o País independente das importações, apenas altera sua pauta, gerando a demanda não mais por bens de consumo, mas por bens de capital e insumos. Além disso, a Alalc não deslanchou e, ao longo do período, os investimentos externos, que poderiam ser um possível substituto ao aumento das exportações no processo de equilibrar nossa economia, diminuíram sensivelmente. Isso, de certa forma, obrigava o País a aprofundar ainda mais os fundamentos da PEI.

Ainda como fatores estruturais, podemos apontar:

- o diagnóstico de muitos dos agentes do Estado, que avaliavam como fracassada a política de alinhamento com os Estados Unidos durante a Guerra Fria. Enquanto a Europa se recompunha sob os auspícios do Plano Marshall, a América Latina seguia como área de influência direta, com pouco poder de barganha.
- o isolamento de Portugal e França na ONU, que insistiam em defender suas políticas imperialistas na África. Nesse aspecto, o Brasil corria o risco de ser levado de roldão em seu apoio a estes países. De um lado, atraía a antipatia dos novos estados, que conseguiam se livrar da dominação metropolitana e firmar sua independência; de outro, via diminuir a possibilidade de exercer liderança política e de fechar acordos comerciais com eles.



Limitações

Do mesmo modo que a análise da estrutura pode ajudar a entender a geração das condições propícias para o aparecimento da PEI, podemos verificar nas mesmas estruturas os elementos que determinaram os limites do seu desenvolvimento pleno e, principalmente, a suspensão de sua execução a partir de 1964 (à frente, veremos que o ambiente que a PEI ajudou a criar pode ser considerado importante elemento de explicação para as retomadas posteriores de alguns de seus cânones, funcionando, ela mesma, como antecedente de outras experiências similares).

Entre as limitações estruturais mais importantes, destaca-se a forte dependência econômica, cultural e política que o Brasil ainda tinha em relação aos Estados Unidos. Com a Europa em reconstrução, os EUA eram, de maneira isolada, os maiores investidores no Brasil. Política e culturalmente, a influência norte-americana já se tinha consolidado ao longo das últimas décadas e ainda se fazia sentir durante todo o período. O contexto de Guerra Fria dificultava ainda mais o movimento de autonomia da diplomacia brasileira, no já conturbado ambiente de polarização interna – outra variável impeditiva para o aprofundamento das proposições da PEI, diante resistência que se formava.

Outra questão importante era a pressão de Portugal sobre o governo brasileiro, para que não o abandonássemos na ONU. Esta pressão era levada a cabo principalmente via comunidade de comerciantes portugueses no Rio de Janeiro, bastante significativa social e economicamente.

A PEI também não se constituiu, de início, como um corpo organizado de idéias bem acabadas, sendo sistematizada apenas depois de alguns meses de implementação. Inicialmente, a PEI traduzia-se em bastante vontade política, mas contava com pouco mais do que os discursos de Jânio e Afonso Arinos, além de um artigo do presidente sobre a nova política externa brasileira, como documentos formais. Isso dificultou a relação com os opositores, que viam na implementação da PEI um risco maior para suas convicções liberais do que ela realmente representava.

Some-se a isso a resistência interna do próprio Itamaraty, que se mantinha avesso às mudanças que a PEI acarretaria a sua conduta. Além disso, havia uma questão prática importante, já que os diplomatas haviam tido uma redução salarial de cerca de 20% no período.

Finalmente, mas não menos importante, é preciso citar a limitação referente à própria capacidade produtiva do País naquele momento. Não havia condições tecnológicas e de financiamento suficientes para uma alteração muito profunda na pauta de exportações. Isso impossibilitou que a diminuição do déficit na balança comercial no período – estávamos em pleno processo de substituição de importações – superasse nossa dependência dos produtos primários e também garantisse a manutenção da PEI independentemente das escolhas ideológicas dos detentores do poder (de certa maneira, podemos avaliar que os atuais resultados das exportações brasileiras garantem a própria continuidade como política estratégica de governo).

Protagonistas

Outra vertente de análise bastante útil para uma leitura abrangente do período e para a classificação dos trabalhos existentes é a que enfoca a atuação específica de cada um dos protagonistas do processo de elaboração e execução da PEI. Partindo desse ponto de vista, é possível realizar o cruzamento da análise das condições preexistentes e a singularidade das decisões tomadas.

Os principais atores do processo foram os Presidentes Jânio Quadros e João Goulart e os Chanceleres Afonso Arinos, San Tiago Dantas e Araújo Castro. Ainda que tenha havido breve e sutil disputa pela paternidade do projeto da PEI e que, para cada um dos analistas, a figura de um deles seja a mais relevante, todos tiveram algum papel importante nesse período.

O Presidente Jânio Quadros, que renunciou apenas sete meses depois de assumir o cargo, ficou conhe-

cido pelo seu comportamento político instável (para Vera Cíntia Álvares, o caráter do Presidente do País apenas refletia a instabilidade em que vivia a nação). Apesar disso, Jânio revestiu-se, no início, de legitimidade e autoridade políticas incomparáveis, e foi apoiado pelos mais diversos setores do espectro político. Sua instabilidade, porém, foi acompanhada por uma falta de habilidade para lidar com as questões de polarização interna e com as minúcias da política externa, na qual, em alguns momentos, tentou utilizar os métodos populistas que se tinham mostrado eficazes para ele na política interna. Em algumas análises, essas atitudes de Jânio, como a condecoração de Che Guevara e certa intransigência com os Estados Unidos, são apontadas como alguns dos principais motivos para o aumento das pressões que desestruturaram seu governo ao longo de 1961. Ainda assim, Jânio Quadros pode ser apontado como o catalisador do processo que se esboçava havia algum tempo, mas que não tinha legitimidade suficiente para ser colocado em prática, a menos que tivesse o apoio incondicional do chefe de Estado.

O chanceler do governo Jânio, Afonso Arinos de Melo Franco, é outra peça importante nesse tabuleiro. Foi o responsável pela implantação inicial da PEI, com a reforma administrativa que criava novas divisões temáticas e geográficas, a fim de ampliar as parcerias comerciais já existentes. Além disso, foi responsável por alguns dos principais pontos que se tornaram seus pilares: era opositor do regime colonial, que ainda subsistia, e defensor do desarmamento irrestrito. Carregava consigo a experiência de seu pai na Liga das Nações, principalmente no que se referia à inserção mais proeminente do Brasil no cenário mundial. A Arinos coube o papel de maestro da PEI, funcionando mesmo como um elemento de continuidade entre os governos de Jânio e Jango, já que, mesmo depois de deixar o cargo de chanceler, continuou a exercer, na condição de ministro sem pasta do governo Jango, influência sobre a política externa, como plenipotenciário brasileiro em vários fóruns e órgãos, inclusive a ONU, e novamente como chanceler, já em 1962. Além disso, ele tinha proximidade e ascendência sobre vários dos outros protagonistas do processo, como os amigos San Tiago Dantas e Hermes Lima (Chanceler e Primeiro-Ministro em 1962–1963), além da admiração de Jânio e Jango, que lhe pediu a aprovação do nome de San Tiago Dantas para a chancelaria. Afonso Arinos foi, também, o responsável pela sobriedade dos primeiros momentos da PEI, quando, sob Jânio, deslizava em alguns momentos para incidentes diplomáticos (como o caso da missão João Dantas à Alemanha Oriental), tanto pela sua experiência anterior como pela respeitabilidade de que gozava junto aos liberais.

Em seguida, temos San Tiago Dantas, primeiro Chanceler do período parlamentarista, que deu continuidade ao trabalho iniciado por Afonso Arinos. Dantas já estava entrosado com Arinos, pois havia sido nomeado representante do Brasil na ONU na gestão do seu antecessor, e foi o responsável pela organização teórica das idéias por trás da PEI ainda no calor dos acontecimentos, em publicação sobre os fundamentos da nova Política Externa. Homem de confiança de Jango, Dantas exerceu vários cargos no governo e, diferentemente de Arinos, representava uma opção política relativamente comprometida com o nacionalismo. Ainda assim, exerceu o papel de gerente do processo de execução da PEI, assumindo posições assertivas, mas também sóbrias, como na Reunião de Chanceleres de Punta del Este, em janeiro de 1962, quando não se alinhou aos Estados Unidos, abstenendo-se na votação a respeito da imposição de sanções a Cuba.

Outro ator importante foi o Chanceler Araújo Castro, o último antes do advento da ditadura militar, depois de Hermes Lima e Evandro Lins e Silva. Diplomata de carreira, Castro também deu continuidade às propostas mais marcantes da PEI, celebrizadas no famoso discurso 3Ds (Desenvolvimento, Desarmamento e Descolonização) na Assembléia Geral da ONU, em 1963. Ele pode ser considerado o elo entre os formuladores da política exterior do período com os diplomatas do Itamaraty, que, como vimos, ofereciam resistência à PEI.

Por fim, João Goulart foi o grande responsável pela manutenção do corpus criado por Afonso Arinos e Jânio Quadros. Jango tinha, mesmo durante a experiência parlamentarista, grande controle sobre a nomeação dos ministros e pôde dar prosseguimento às implementações do antecessor em matéria de política externa. Obviamente, a atuação do Itamaraty na gestão de Jango foi marcada por um tom mais nacionalista do que o fora na gestão de Jânio, mas tal diferença não pode ser considerada uma cisão entre dois perí-

dos da PEI, pois vimos que todos os diretamente envolvidos atuaram em ambas.

Principais teses

Os elementos de análise arrolados acima aparecem, com maior ou menor ênfase, espalhados pelas diversas teses consultadas neste levantamento. Descrevo a seguir os aspectos mais marcantes destes estudos e, também, as limitações na abrangência das análises que cada um apresenta em relação ao exame combinado que propusemos aqui. É necessário frisar que nossa proposta foi elaborada ao longo desta pesquisa, e algumas obras aproximam-se bastante de uma análise que justapõe elementos estruturais e subjetivos em um estudo integrado e combinado.

Keith Storrs, atualmente pesquisador do Centro de Pesquisa do Congresso Norte-americano, é o autor de uma dissertação apresentada em 1973, na Universidade de Cornell, que propõe a análise segundo a qual a PEI seria uma válvula de escape para as pressões sofridas pelo governo na política interna, esta fortemente amarrada por estruturas econômicas e sociais. A crítica que se pode fazer em relação a esta tese é a de que ela não leva em consideração o aspecto ousado de Jânio Quadros, que já tinha dado indícios, no período pré-eleições, que assumiria postura mais agressiva no campo internacional, independentemente do ambiente interno.

Gary Sibeck, atualmente professor na LMU (Loyola Marymount University), em Los Angeles, em uma tese de doutorado apresentada ainda em 1971, na Southern California University, defende que a PEI representaria uma nova tentativa do Brasil de tornar independente sua política exterior. As outras tentativas, segundo essa avaliação, teriam sido a libertação do jugo da Inglaterra, na passagem do século XIX ao XX, a era Rio Branco e a participação do País na Primeira Guerra. O problema desta leitura é que ela assume pressupostos discutíveis: o primeiro, de que a dominação econômica inglesa se estendia para o campo político e o segundo, de que a era Rio Branco foi decisivamente uma tentativa de independência da política externa.

Outro argumento da tese de Sibeck é o de que a PEI seria o ponto culminante do processo de barganhas diplomáticas de acomodação de interesses. Este tipo de argumentação também aparece nas análises de José Honório Rodrigues (Ibri, falecido em 1987), que trata do tema como uma conciliação entre partes, e de Paulo Fagundes Vizontini (UFRGS), cuja análise considera que a PEI serviria para Jânio fazer um contrabalanço, agradando às elites (política econômica interna) e também aos esquerdistas (política externa). A crítica aqui é de interpretação. Que a política externa, como todos os setores do governo federal, seja uma área em que os interesses são sopesados e entram em uma espécie de conciliação para o exercício do poder, isto é verdade. Ao considerar, no entanto, a política externa uma espécie de compensação aos setores de esquerda, tais análises minimizam o papel de Afonso Arinos na elaboração e na orquestração da PEI. Arinos era um legítimo representante do liberalismo e um dos fundadores da UDN, o que afasta qualquer possibilidade de a política externa independente ser o projeto de um grupo ideológico. Era, sim, projeto de alguns estadistas, independentemente de sua posição no espectro político.

Sobre a análise de Vizontini, também é importante citar que ela vê a PEI como uma unidade que pôde ser levada adiante porque se conseguiu um acordo em torno do parlamentarismo, e se evitou um golpe ainda em 1961. Por essa leitura, a continuidade da PEI seria garantida com a manutenção da ordem democrática. Este entendimento, no entanto, não leva em consideração toda a gama de limitações estruturais que citamos aqui e que aparece em muitos dos trabalhos analisados, concentrando-se na resistência da política interna à PEI.

As análises de José Humberto de Brito Cruz (Itamaraty) e Letícia Pinheiro (PUC/RJ), por sua vez, dividem o período da PEI em fases. Para Pinheiro, há dois períodos: o referente à gestão de Jânio e o referente à gestão de Jango. Ocorre que tal divisão peca pela simplicidade, já que não trata da integração conceitual dos principais executores da PEI (pelo menos Arinos, San Tiago Dantas e Araújo Castro), que ocu-

param posições de comando em ambos os períodos e que se entendiam mais entre si do que com Jânio Quadros, por exemplo.

A divisão proposta por Brito Cruz fragmenta a PEI em três momentos, marcados pelas distintas respostas do Brasil às transformações ocorridas na relação entre Estados Unidos e União Soviética, no âmbito da Guerra Fria. Estes períodos são caracterizados como neutralismo, contemporização/reaproximação com os EUA e ênfase no desenvolvimento. Apesar de ser um exercício didático e de ter sido bem fundamentado no trabalho de Brito Cruz, dividir periodicamente a PEI significa incluir alguns marcos que não necessariamente são os mais significativos para o estudo do período.

Outra análise interessante, mas simplificada, por estar contida em uma obra-síntese de largo período histórico, é a de Clodoaldo Bueno (Unesp). Bueno percebe a continuidade, mas dá pouca importância ao papel dos protagonistas, principalmente ao dos chanceleres neste contexto, limitando-se a apresentar a análise estrutural.

O extremo oposto caracteriza o estudo de Afonso Arinos Filho (Itamaraty). Sua biografia sobre o pai tem o sugestivo título de Política Externa Independente: Um legado de Afonso Arinos. A ligação afetiva é compreensível, mas os aspectos estruturais deveriam ter recebido mais atenção para caracterizar a análise isenta do que se propõe estudar: a PEI.

Finalmente, foram encontrados trabalhos que, claramente, fazem o esforço de integrar uma abordagem estrutural com uma abordagem personalista. É o caso das pesquisas de Vera Cíntia Alvarez, Aurimar Jacobino de Barros Nunes e Luiz Fernando Ligiéro, todos do Itamaraty (o último falecido).

Pequenas ressalvas referem-se aos seguintes pontos: a) o trabalho de Vera Alvarez é demasiado curto, sem espaço, portanto, para trabalhar todas as questões relevantes do tema; b) a ênfase, ainda que menor, dada à participação de Leonel Brizola e de Carlos Lacerda no desenvolvimento da PEI (obviamente, estes homens afetaram muito a configuração de poder na política interna no período, mas sua influência na PEI é, no máximo, lateral e indireta); e c) a abordagem um tanto superficial de Ligiéro sobre a participação dos chanceleres na formulação da PEI, com peso maior para o fator estrutural. Todos estes trabalhos, no entanto, especialmente o de Vera Álvarez e o de Ligiéro, têm o mérito de apontar os fundamentos da PEI como as bases para o desenvolvimento da política exterior futura, especialmente no período do pragmatismo responsável a partir de 1974, até a apropriação destes conceitos ao patrimônio comum da diplomacia brasileira atual, que busca aperfeiçoar a execução de tais fundamentos.

Conclusões

Podemos concluir, após as análises críticas dos principais elementos constitutivos dos estudos sobre a PEI e dos principais trabalhos realizados sobre o assunto, que tal política deve ser considerada uma unidade conceitual e executiva, tanto por comparação aos períodos vizinhos, quanto em relação ao corpus de práticas e princípios nela adotados. Apesar de haver trabalhos consistentes que dividem o período, tanto a análise dos protagonistas quanto das linhas gerais da PEI aponta para a unidade. Mesmo aqueles temas que têm, em alguma medida, fundos morais, como a defesa da paz e dos princípios da não-intervenção e da autodeterminação dos povos, podem ser entendidos, sem prejuízo da sua carga de defesa de princípios, como integrados na busca do desenvolvimento, pela inserção mais madura no contexto mundial e pela ampliação das alternativas de parcerias comerciais.

A defesa da descolonização implicava o aumento da possibilidade do exercício da liderança entre os novos países que surgiam, alguns deles étnica e culturalmente bastante próximos do Brasil, e, conseqüentemente, a ampliação das parcerias comerciais com tais países. A defesa do desarmamento, por sua vez, implicava a possibilidade de liberação de recursos dos países desenvolvidos até então gastos com a corrida armamentista, para a ampliação do comércio com os países subdesenvolvidos, além de gerar um excedente que poderia ser aplicado sob a forma de ajuda externa e/ou financiamentos.

Além disso, podemos concluir que tanto os aspectos estruturais (como movimentos de grande porte que direcionam os fatos) como os personalistas (relacionados aos momentos e contextos nos quais as decisões são tomadas pelos detentores do poder) possuem alguma capacidade de explicação da realidade que se coloca e, no caso da PEI, os estudos que contemplam a integração entre eles podem chegar a um nível de compreensão muito maior.

Finalmente, apesar das limitações estruturais existentes, de algumas decisões errôneas dos estadistas e da alteração brusca em 1964 do desenvolvimento da PEI, é correto afirmar que a experiência de 1961–1964 constituiu grande impulsionador para a retomada dos ideais da PEI alguns anos mais tarde, tanto como elemento de geração de um ambiente favorável a estas transformações quanto como aprendizado aos diplomatas sobre procedimentos de uma política externa independente, patrimônio comum do corpo diplomático brasileiro atualmente. U



O PODER NAVAL E A CONSTRUÇÃO DA SUPERPOTÊNCIA AMERICANA

Lindolpho Cademartori

“[...] but be not afraid of greatness. Some are born great,
some achieve greatness, and some have greatness
thrust upon them.”

William Shakespeare, *Twelfth Night*, ato II, cena V

Introdução

Diferentemente da Grã-Bretanha, cujo papel imperial no mundo moderno se deu por força de um vácuo de poder e legitimidade e que, portanto, pode ser didaticamente descrito como um “império acidental” surgido na Europa pós-napoleônica, os Estados Unidos da América tiveram seu blueprint imperial cuidadosamente planejado por quatro homens: Theodore Roosevelt, Brooks Adams, Henry Cabot Lodge e Alfred Thayer Mahan. Neste artigo, iremos abordar as linhas gerais que deram forma ao império americano e tratar, de forma mais detida e específica, do papel preponderante exercido pelo conceito de poder naval (sea power) na história deste que é o mais bem sucedido exemplo de engenharia estratégica do mundo moderno. Ainda que não se possa falar em planejamento formal das atividades desempenhadas por cada um dos “Quatro Cavaleiros”,¹ é possível afirmar que a obra *The Influence Of Sea Power Upon History: 1660–1783* (A Influência do Poder Naval Sobre a História: 1660–1783), de Mahan, forneceu o substrato intelectual de que as elites políticas, militares e econômicas dos Estados Unidos se valeram, para transformar uma República cuja expansão ocidental se caracterizava como uma potência eminentemente terrestre (land power) em um Império cujo poder e projeção passaram a se basear no poder naval.

¹ VIDAL, Gore. *The Decline and Fall of the American Empire*. Tucson: Odonian, 2004.

_ 75

“[...] but be not afraid of greatness. Some are born great,
some achieve greatness, and some have greatness
thrust upon them.”

William Shakespeare, *Twelfth Night*, ato II, cena V

Introdução

Diferentemente da Grã-Bretanha, cujo papel imperial no mundo moderno se deu por força de um vácuo de poder e legitimidade e que, portanto, pode ser didaticamente descrito como um “império acidental” surgido na Europa pós-napoleônica, os Estados Unidos da América tiveram seu blueprint imperial cuidadosamente planejado por quatro homens: Theodore Roosevelt, Brooks Adams, Henry Cabot Lodge e Alfred Thayer Mahan. Neste artigo, iremos abordar as linhas gerais que deram forma ao império americano e tratar, de forma mais detida e específica, do papel preponderante exercido pelo conceito de poder naval (sea power) na história deste que é o mais bem sucedido exemplo de engenharia estratégica do mundo moderno. Ainda que não se possa falar em planejamento formal das atividades desempenhadas por cada um dos “Quatro Cavaleiros”,¹ é possível afirmar que a obra *The Influence Of Sea Power Upon History: 1660–1783* (A Influência do Poder Naval Sobre a História: 1660–1783), de Mahan, forneceu o substrato intelectual de que as elites políticas, militares e econômicas dos Estados Unidos se valeram, para transformar uma República cuja expansão ocidental se caracterizava como uma potência eminentemente terrestre (land power) em um Império cujo poder e projeção passaram a se basear no poder naval.

¹ VIDAL, Gore. *The Decline and Fall of the American Empire*. Tucson: Odonian, 2004.

_ 75

“[...] but be not afraid of greatness. Some are born great,
some achieve greatness, and some have greatness
thrust upon them.”

William Shakespeare, *Twelfth Night*, ato II, cena V

Introdução

Diferentemente da Grã-Bretanha, cujo papel imperial no mundo moderno se deu por força de um vácuo de poder e legitimidade e que, portanto, pode ser didaticamente descrito como um “império acidental” surgido na Europa pós-napoleônica, os Estados Unidos da América tiveram seu blueprint imperial cuidadosamente planejado por quatro homens: Theodore Roosevelt, Brooks Adams, Henry Cabot Lodge e Alfred Thayer Mahan. Neste artigo, iremos abordar as linhas gerais que deram forma ao império americano e tratar, de forma mais detida e específica, do papel preponderante exercido pelo conceito de poder naval (sea power) na história deste que é o mais bem sucedido exemplo de engenharia estratégica do mundo moderno. Ainda que não se possa falar em planejamento formal das atividades desempenhadas por cada um dos “Quatro Cavaleiros”,¹ é possível afirmar que a obra *The Influence Of Sea Power Upon History: 1660–1783* (A Influência do Poder Naval Sobre a História: 1660–1783), de Mahan, forneceu o substrato intelectual de que as elites políticas, militares e econômicas dos Estados Unidos se valeram, para transformar uma República cuja expansão ocidental se caracterizava como uma potência eminentemente terrestre (land power) em um Império cujo poder e projeção passaram a se basear no poder naval.

¹ VIDAL, Gore. *The Decline and Fall of the American Empire*. Tucson: Odonian, 2004.

_ 75

“[...] but be not afraid of greatness. Some are born great,
some achieve greatness, and some have greatness
thrust upon them.”

William Shakespeare, *Twelfth Night*, ato II, cena V

Introdução

Diferentemente da Grã-Bretanha, cujo papel imperial no mundo moderno se deu por força de um vácuo de poder e legitimidade e que, portanto, pode ser didaticamente descrito como um “império acidental” surgido na Europa pós-napoleônica, os Estados Unidos da América tiveram seu blueprint imperial cuidadosamente planejado por quatro homens: Theodore Roosevelt, Brooks Adams, Henry Cabot Lodge e Alfred Thayer Mahan. Neste artigo, iremos abordar as linhas gerais que deram forma ao império americano e tratar, de forma mais detida e específica, do papel preponderante exercido pelo conceito de poder naval (sea power) na história deste que é o mais bem sucedido exemplo de engenharia estratégica do mundo moderno. Ainda que não se possa falar em planejamento formal das atividades desempenhadas por cada um dos “Quatro Cavaleiros”,¹ é possível afirmar que a obra *The Influence Of Sea Power Upon History: 1660–1783* (A Influência do Poder Naval Sobre a História: 1660–1783), de Mahan, forneceu o substrato intelectual de que as elites políticas, militares e econômicas dos Estados Unidos se valeram, para transformar uma República cuja expansão ocidental se caracterizava como uma potência eminentemente terrestre (land power) em um Império cujo poder e projeção passaram a se basear no poder naval.

¹ VIDAL, Gore. *The Decline and Fall of the American Empire*. Tucson: Odonian, 2004.

_ 75

“[...] but be not afraid of greatness. Some are born great,
some achieve greatness, and some have greatness
thrust upon them.”

William Shakespeare, *Twelfth Night*, ato II, cena V

Introdução

Diferentemente da Grã-Bretanha, cujo papel imperial no mundo moderno se deu por força de um vácuo de poder e legitimidade e que, portanto, pode ser didaticamente descrito como um “império acidental” surgido na Europa pós-napoleônica, os Estados Unidos da América tiveram seu blueprint imperial cuidadosamente planejado por quatro homens: Theodore Roosevelt, Brooks Adams, Henry Cabot Lodge e Alfred Thayer Mahan. Neste artigo, iremos abordar as linhas gerais que deram forma ao império americano e tratar, de forma mais detida e específica, do papel preponderante exercido pelo conceito de poder naval (sea power) na história deste que é o mais bem sucedido exemplo de engenharia estratégica do mundo moderno. Ainda que não se possa falar em planejamento formal das atividades desempenhadas por cada um dos “Quatro Cavaleiros”,¹ é possível afirmar que a obra *The Influence Of Sea Power Upon History: 1660–1783* (A Influência do Poder Naval Sobre a História: 1660–1783), de Mahan, forneceu o substrato intelectual de que as elites políticas, militares e econômicas dos Estados Unidos se valeram, para transformar uma República cuja expansão ocidental se caracterizava como uma potência eminentemente terrestre (land power) em um Império cujo poder e projeção passaram a se basear no poder naval.

¹ VIDAL, Gore. *The Decline and Fall of the American Empire*. Tucson: Odonian, 2004.

_ 75

À compreensão e à análise da jornada imperial do que o historiador britânico Paul Johnson chamou de “a maior aventura humana de todos os tempos”² dedicaremos este artigo, com ênfase constante na articulação do poder naval, e, por conseguinte, no papel desempenhado pelo Contra-Almirante Alfred Thayer Mahan nas idéias que deram origem ao Império Americano. Procuraremos, ainda, isolar o que o historiador norte-americano identificou como “padrões constantes” da estratégia e da tática do poder naval ao longo da história,³ que serviriam como princípios norteadores à ação de potências cujas conformações geográficas e caracteres nacionais – sem prejuízo das outras quatro categorias que Mahan identifica como “elementos do poder naval” –, fizessem-nas aptas a uma posição de destaque nos oceanos da Terra, portanto, no concerto das nações.

Da cidade na colina à esquadra no Pacífico

As idéias que deram origem à colonização da costa atlântica da América do Norte pela Coroa Britânica são, no que diz respeito à compreensão da história dos Estados Unidos, menos importantes do que o propósito com o qual os pilgrims do Mayflower desembarcaram em Plymouth Rock. O que os primeiros colonos trouxeram para o Novo Mundo foi, de certa forma, uma combinação inusitada: um propósito civilizacional cristão e exclusivista conjugado a um isolacionismo que, à diferença do que procuravam os Estados nacionais da Europa, não tinha nenhuma intenção expansionista. Os puritanos desejavam construir, na América, uma “cidade na colina” (a city on the hill), da qual pudessem observar, com superioridade moral, as disputas mundanas pelas quais se batiam os impérios europeus. A desimportância que os colonos atribuíam ao curso dos eventos na Europa e mesmo à sorte da Coroa Inglesa reflete-se no fato de que, no momento em que William Penn desembarcava na América, a Europa submergia em mais uma convulsão política e a Inglaterra via sua posição de potência naval ascendente ser quase aniquilada pela frota de Luís XIV. Não se poderia esperar que os colonos tivessem ciência do fato de que a independência que conquistariam duas décadas depois fora garantida nos campos de batalha da Alemanha,⁴ ou que, indiretamente, Frederico, o Grande, talvez merecesse um memorial em Washington, pois que, sem sua sanha expansionista e belicosa, a Guerra dos Sete Anos não teria acontecido,⁵ o Tesouro britânico não teria caído em bancarrota e Londres não teria razões para descontar o prejuízo da guerra contra a tróica austro-russo-francesa nos colonos da Nova Inglaterra. De qualquer forma, a Guerra dos Sete Anos não foi apenas o conflito que deu início ao processo que iria culminar na independência dos Estados Unidos, mas também o evento que assinala a ruptura da orientação isolacionista que caracterizava as Treze Colônias. Como nação independente e ator no sistema de Estados, os EUA, de algum modo, teriam de tomar parte nos acontecimentos que estremeceriam a Europa já na última década do século XVIII. A própria independência fora alcançada à custa do envolvimento de uma potência rival da metrópole britânica, a França, que prestou apoio tático, logístico e material aos colonos rebeldes. O envolvimento norte-americano na primeira etapa das Guerras Napoleônicas só não se concretizou por causa das gestões de George Washington no sentido de manter os Estados Unidos fora das disputas européias; já na segunda etapa, o uso do poder naval como vetor de arrogância e inconseqüência por parte da Grã-Bretanha levou este país a uma segunda guerra com os EUA, que se estendeu de 1812 a 1815 e resultou na ocupação da baía de Chesapeake

² JOHNSON, Paul. *A History of the American People*. New York: Harper Perennial, 1999.

³ MAHAN, A.T. *The Influence of Seapower upon History: 1660–1783*. New York: Barnes & Noble, 2004. p. 26-88.

⁴ WIGHT, Martin. *A Política do Poder*. 2.ed. Brasília: EdUnB, 2002. p. 38-39. Apud B. WILLIAMS, *The Life of William Pitt*, Vol. II, Longmans, Londres, 1913. p. 131.

⁵ Frederico, O Grande, deflagrou, sem nenhuma justificativa defensiva, a Guerra dos Sete Anos, que foi a causa indireta da independência dos Estados Unidos, pois o envolvimento britânico precipitou mudanças drásticas na estrutura tributária colonial britânica, o que gerou indignação por parte dos colonos americanos. Cf. HAFNER, Sebastian. *Preußen ohne Legende*. 5. Auflage. Hamburg: Btb Bei Goldmann, 1998.

É preciso enfatizar que a Guerra Civil norte-americana não foi apenas o conflito que mostrou ao mundo o poderio militar real e o potencial norte-americano no caso de uma guerra prolongada; ela também serviu para introduzir os Estados Unidos como elemento de poder nas ponderações estratégicas das potências européias. Não havia lá muito crédito a ser dado a Monroe e sua doutrina poucos anos após a Casa Branca ter sido incendiada pela esquadra inglesa fundeada no Potomac, da mesma forma que, um par de décadas depois, as chancelarias européias pareciam ter muito mais interesse na forma como o Império do Brasil moldava o subsistema platino do que na conquista de todo o México setentrional pelos Estados Unidos, na guerra de 1846–1848. Não é de todo irreal sugerir que, até meados do século XIX, a América do Norte era uma espécie de “Polônia periférica”⁶, pela qual as potências européias eventualmente iam à guerra (como França e Grã-Bretanha foram em 1756), mas que, na aferição de “pesos territoriais”, era secundária para as três potências que a possuíam: Grã-Bretanha, França e Espanha. Isso só iria mudar com a descoberta das minas da Califórnia, cujo ouro financiaria o segundo estágio da Revolução Industrial, da mesma forma que o de Minas Gerais financiara o primeiro. Era, contudo, tarde demais: os Estados Unidos já haviam perfeito a faixa continental que se estende, diagonalmente, da Nova Inglaterra à Califórnia, tomando ao México os territórios que hoje compreendem, grosso modo, os estados da Califórnia, Nevada, Arizona, Novo México, Utah, Colorado e Texas. O Ministro norte-americano no México, James Gadsden, já estava negociando a aquisição que de parte do território mexicano⁷ quando as notícias do boom aurífero da Califórnia chegaram a uma Europa que já se preparava para a fracassada – porém danosa – tentativa de “virada de mesa” que os russos empreenderiam na Criméia, o primeiro dique a ruir no frame do Concerto Europeu.

O sucedâneo é óbvio: estando a Europa às voltas com a rivalidade anglo-russa em torno da questão turca, o que impediu uma conquista maior da América do Norte pelos Estados Unidos foi a confirmação, em meados da década de 1850, da inevitabilidade do conflito que oporia os unionistas aos confederados, por John Quincy Adams definido como “a última batalha da Revolução Americana”. A Inglaterra saíra desmoralizada da Guerra da Criméia – que não só deu mote ao “isolamento esplêndido” como passou a ser sinônimo de mediocridade estratégica e logística pobre – e dispunha de meios limitados para conter uma ação norte-americana em suas possessões canadenses, especialmente se tais ofensivas partissem de bases continentais inacessíveis a uma flotilha que operasse no estuário do São Lourenço. Napoleão III começava a conceber excêntricas estratégias que incluíam entronar um Habsburgo no México ao mesmo tempo em que enfraquecia a Casa em Viena, para deleite de uma Prússia que “retribuiria” o favor em 1870. Assim, se a Guerra de Secessão freou o expansionismo continental norte-americano, ela serviu também para liberar as energias que fariam dos Estados Unidos não apenas uma potência naval de primeira grandeza, mas que transformariam uma República em Império, a representação de uma “cidade na colina” em demonstração de poder com uma “esquadra no Pacífico” e um povo eminentemente isolacionista em gendarme global.

Quatro homens e um Império

A empresa de converter uma República isolacionista em um Império intervencionista não é feito a ser realizado por um único homem ou em uma única frente. Numa democracia tão complexa, plural e atomizada como os Estados Unidos, a tarefa teria de ser executada em pelo menos quatro fronts: político, militar, intelectual e midiático. Poder-se-ia argüir sobre a ausência do “front econômico”, ao que a resposta seria que a “transformação” a que nos referimos aqui se dá em matéria de opinião. Em termos econômi-

⁶ Entre o último quartel do século XVIII e o fim da Primeira Guerra Mundial, a Polônia foi literalmente uma moeda de troca entre três potências: Áustria, Rússia e Prússia.

⁷ A compra do território de 76.770km², realizada em 1853, consolidou a fronteira meridional dos EUA.

⁸ GORDON, Robert. U.S. Economic Growth since 1870: One Big Wave. *American Economic Review* 89:2 (May 1999), 123-28;

cos, os EUA já eram uma potência de primeira grandeza desde 1865, tendo-se tornado a maior economia do mundo em 1890.⁸ Tal foi, aliás, o ano da publicação de *The Influence of Seapower Upon History*, bem como o início da década que registraria a ascensão de Theodore Roosevelt e o zênite da carreira do Senador H. Cabot Lodge.

Não satisfeito com a calorosa recepção que sua obra teve junto às elites norte-americanas, Mahan passaria a década (e o resto de sua vida) escrevendo artigos nos quais chamava a atenção para a necessidade da política naval mais assertiva no Caribe e do domínio naval anglo-americano nos oceanos⁹ – com um *leading edge* a ser mantido pelos EUA, naturalmente. É certo que teve em Roosevelt e em Lodge dois leitores devotos. Qual não foi, pois, o regozijo do trio, quando uma rebelião em Cuba engendrou uma repressão brutal por parte dos espanhóis, e a dupla Roosevelt-Lodge teria uma oportunidade prática de fazer valer, a ferro e fogo, a “versão marítima” da “fronteira natural”. O imperativo de fazer que a opinião pública aceitasse a guerra a ser empreendida foi administrado por Brooks Adams, nome de peso da imprensa na Costa Leste e próximo de Roosevelt e Lodge. Enquanto Adams manejava a pena em editoriais furiosos, nos quais condenava a brutalidade dos espanhóis e tecia loas em favor da legitimidade da causa cubana, Roosevelt, como Subsecretário da Marinha, dava cabo do processo de convencimento nos meios militares – e principalmente na Marinha, Arma à qual caberia a maior parte das atividades. Seu “fiador de propósitos” foi o próprio Mahan, que à época lecionava no Naval War College. Assim, quando Lodge interveio junto ao Senado para apreciar a questão caribenha e defender a postura de ingresso em favor de Cuba, o núcleo do trabalho já havia sido feito: com a opinião pública e a intelectualidade convencidas e estando a Marinha e o Presidente McKinley persuadidos, fazer que o Senado se conduzisse pela mesma linha era mais uma formalidade do que uma batalha, pois que à legislatura de então dificilmente aprazeria ter ingressado na História como aquela que traiu a natureza messiânica da nação norte-americana e permitiu a um arremedo de Império como a Espanha submeter uma nação que lutava pela emancipação da mesma forma que os próprios norte-americanos haviam lutado em 1776.

É incorreto sugerir que a Guerra Hispano-Americana destruiu o Império Espanhol, porque isso ocorrera duzentos e cinquenta anos antes, após o término da Guerra dos Trinta Anos. De qualquer maneira, não há notícia de um império que, para vir a lume, tivesse de enfrentar um adversário tão militarmente inexpressivo quanto a Espanha. A guerra contra os espanhóis fez que os EUA ingressassem no século XX com um Império que se estendia de Cuba às Filipinas, e é razoável dizer que o gênio estratégico do referido conflito foi, mais que a conquista do Caribe, a modulação e expansão do teatro de operações para o Pacífico, expulsando os espanhóis das Filipinas e deixando-os virtualmente despossuídos de colônias d’ultramar. A derrota imposta aos espanhóis e a conquista das Filipinas e de Cuba confirmaram três realidades geopolíticas, a saber: 1) o Caribe seria doravante o *mare nostrum* norte-americano, sem a existência de margem significativa para que outras potências projetassem poder, nomeadamente em sua expressão marítima, naquela região; 2) os Estados Unidos passariam à condição de principal contendor naval na Bacia do Pacífico, tendo como sócio estratégico minoritário um Japão, que, a despeito de ter seu poder sensivelmente maximizado na primeira década do século XX (tanto mais após o triunfo sobre a Rússia, entre 1904 e 1905), não tinha meios reais de superar o poderio norte-americano naquela região; 3) os Estados Unidos haviam-se convertido em uma potência marítima de primeira grandeza.

De “poderosos” a “indisputáveis”

O reconhecimento do estatuto de potência marítima de primeira grandeza não significou, no primeiro

⁹ MAHAN, A. T. *The interest of America in Sea Power – Present and Future*. Lititz: BiblioBazaar, 2007.

momento, uma ação global da esquadra norte-americana, fosse num enquadramento formal e planejado, fosse de forma prática e empiricamente compreendida. Controlar os espaços marítimos das costas Leste e Oeste, do Golfo, a íntegra do Caribe e exercer um papel de predomínio no Pacífico: eis os objetivos navais estratégicos dos EUA após a guerra contra a Espanha. No Caribe, a construção do Canal do Panamá e as intervenções em repúblicas centro-americanas conformavam a natureza das ações norte-americanas na região e seu significado para Washington. No Pacífico, a participação dos EUA no pool de potências que administrava a precariedade da monarquia chinesa foi logo suspensa, em importância, pelo primeiro revés imperial por que passariam os norte-americanos, qual seja a insurreição filipina contra as forças de ocupação dos EUA, quase imediatamente após a cessação das hostilidades com a Espanha. O ingresso dos EUA na Primeira Guerra Mundial, em 1917, foi mais uma manifestação do intervencionismo que vinha se definindo desde 1898 do que uma exceção aos postulados isolacionistas. É preciso sublinhar o fato de que, em 1917, o isolacionismo era uma tendência decadente,¹¹ e a recusa em participar da Liga das Nações não era um atestado de retorno ao isolamento, mas um exemplo simples e lógico de realismo desprovido de arroubos e profissões de fé, pois, tomando parte na Liga, os EUA poderiam até ter emprestado algum crédito e eficácia àquela instituição, mas teriam como contrapartida o cerceamento de sua liberdade de ação. No julgamento de um povo que não consegue conceber um grau de lealdade superior ao do Estado nacional, trata-se de uma impossibilidade intrínseca.

O ingresso dos EUA na Primeira Guerra Mundial, em 1917, foi mais uma manifestação do intervencionismo que vinha se definindo desde 1898 do que uma exceção aos postulados isolacionistas.

A Primeira Guerra Mundial modificou princípios norteadores da ação externa norte-americana. Se até 1917 o espaço de manobra norte-americano era circunscrito ao Caribe, ao Atlântico adjacente ao maciço continental e ao Pacífico, a partir de então as circunstâncias apresentaram demandas que fariam que tal espaço se expandisse semiglobalmente. O término do conflito provocou, em termos puramente militares, a contração temporária desse espaço, que voltaria a abrigar somente o Caribe e o Pacífico. Neste, as transformações pelas quais passou o Japão¹⁰ na década de 1920 obrigariam os EUA à adoção de uma postura que primeiro flertou com a conciliação, para, então, transitar para o enfrentamento velado e, enfim, culminar num embate de esquadras que foi a última grande batalha naval de que se tem notícia. A derrota japonesa em 1945 fez que os EUA deixassem de ser uma potência marítima de primeira grandeza para se tornarem a potência marítima indisputável, gozando de superioridade naval semelhante, guardadas as devidas proporções, àquela de que dispunha a Grã-Bretanha, em 1815.

¹⁰ A percepção japonesa da importância do poder naval é no mínimo curiosa: meio século após o Comodoro Perry virtualmente derrubar o shogunato Tokugawa após uma “visita” realizada por sua esquadra à Baía de Edo (sem que, para tanto, tivesse de disparar um único tiro), os japoneses aprenderam a lição e derrotaram a armada czarista em Tsushima. Trinta e seis anos mais tarde, ignoraram todos os preceitos táticos responsáveis pelo sucesso contra a Rússia e atacaram a frota de um país cuja produção siderúrgica era onze vezes superior à do próprio Japão e cuja indústria pesada era capaz de colocar um couraçado por dia no mar. Como consequência, os japoneses jamais voltariam a ser uma potência militar – naval ou terrestre – após a II Guerra Mundial, assim como os norte-americanos jamais abandonariam os princípios de Mahan.

¹¹ 1917 foi o ano em que os Estados Unidos ingressaram na Primeira Guerra, sob a alegação de que a guerra submarina empreendida pela Marinha Imperial Alemã atentava contra os princípios das nações civilizadas. Tratou-se de derrota irrefutável para o isolacionismo: se seu primado começou a ser golpeado a partir da guerra contra a Espanha, o envio de uma força expedicionária para combater do outro lado do Atlântico o transformava em letra morta, ao menos até que o Senado se recusasse a aprovar o ingresso dos EUA na Liga das Nações.



O triunfo do mar sobre a estepe

Tem-se por honesto afirmar que o triunfo sobre a máquina de guerra do III Reich foi um prodígio cuja parcela maior deve ser atribuída à União Soviética, como se todo o curso da guerra na Europa tivesse sido decidido nas estepes da Ucrânia, nas planícies ao norte do Cáucaso ou nas terras pantanosas da Prússia Oriental. Parece não haver muito esforço em lembrar o fato de que a vitória do Exército Vermelho sobre as divisões alemãs foi conquistada com petróleo, cereais, caminhões, munição e uniformes provenientes dos EUA, e que tais suprimentos chegaram à URSS em navios, bem como que tais navios só conseguiram passar incólumes pelos submarinos alemães porque havia uma esquadra para protegê-los ao longo do caminho. Em bons termos: sem a Marinha dos Estados Unidos, não teria havido vitória soviética sobre o III Reich. Os EUA lutaram, entre 1941 e 1945, três guerras: duas navais (contra o Japão e contra a Alemanha) e uma terrestre (contra a Alemanha). A uma de tais guerras dos EUA (a naval contra a Alemanha) deve a URSS sua vitória em 1945.

O que nos guia, bem entendido, ao triunfo de Mahan sobre Mackinder, ou à superioridade do poder naval sobre o poder terrestre. Em *The Geographical Pivot of History*, publicado em 1904, Sir Halford J. Mackinder sustentaria a tese de que a “Era Colombiana”, que tivera início com as Grandes Navegações, chegara a seu fim, e que o século XX assinalaria o retorno à preponderância do poder terrestre. Os povos das estepes, que haviam aterrorizado a cristandade medieval, rearticulariam o heartland, controlando, por consequência, a “ilha-mundo”, portanto, o globo. Se as ameaças postadas pela Alemanha na primeira metade do século XX e o desafio soviético (tomando como base a assunção de que tanto a Alemanha quanto a Rússia são potências eminentemente terrestres), na segunda metade forneceram evidências de que Mackinder poderia estar certo, o êxito norte-americano nas três ocasiões – 1918, 1945 e 1989 – deu a entender que, caso se possa falar, em termos histórico-conceituais, de uma “Era Colombiana” com lastro na supremacia do poder naval sobre o poder terrestre, ela não terminou no século XX.

Corredores que mudam, padrões que se mantêm

Os Estados Unidos detêm hoje a única Marinha oceânica (blue water navy, ou Marinha de águas azuis) capaz de projetar poder em qualquer parte do planeta. Potências médias como Índia, Rússia, China e França dispõem de armadas capazes de realizar projeção de poder em âmbito regional, ao passo que países como Brasil, África do Sul ou Irã dispõem de esquadras cujas funções pouco extrapolam a guarnição e o patrulhamento de suas faixas litorâneas (green water navies). O Atlântico Norte segue, aos poucos, passando o título de “corredor planetário” ao Pacífico, e não cumpre descartar a possibilidade de que os EUA venham a ter sua supremacia naval contestada, em longo prazo, pelos chineses e/ou mesmo pelos indianos. Ambos os países têm investido somas de relevo na reequipagem de suas esquadras, bem como têm procurado fortalecer elementos e práticas imateriais de desenvolvimento e consolidação de uma tradição naval. Logo, é de se concluir que, para além da influência do poder naval na construção dos EUA como superpotência, e, considerando que mais de 80% do comércio mundial são realizados por rotas marítimas, dificilmente o presente século desmentirá o vaticínio mahanian, segundo o qual o padrão constante na construção da grandeza das nações – bem como o exercício seguro, moderado e destemido de tal grandeza – está menos em seus soldados do que em seus navios, sejam eles mercantes ou militares. ■



A REVOLUÇÃO URBANA

ADRIANO BOTELHO

Davis, Mike. Planeta Favela. Tradução de Beatriz Medina. Posfácio de Ermínia Maricato. Ensaio Fotográfico de André Cypriano. São Paulo: Boitempo Editorial, 2006, 270 p.



No final da década de 1960, o filósofo francês Henri Lefebvre (1901–1991), por uma série de livros e artigos¹, prognosticava o que seria uma nova revolução mundial: a Revolução Urbana. Naquele momento, Lefebvre vislumbrava o urbano como virtualidade, um processo em construção. Nas suas palavras, o “urbano (abreviação de ‘sociedade urbana’)” define-se portanto não como realidade acabada, situada, em relação à realidade atual, de maneira recuada no tempo, mas, ao contrário, como horizonte, como virtualidade iluminadora”².

Quarenta anos depois, é praticamente consenso que estaríamos passando por um processo de urbanização em nível mundial. Pela primeira vez na história humana, a maior parte da população do planeta vive em cidades. Em 1950, havia somente 86 cidades no mundo com mais de um milhão de habitantes. Hoje são 400 e, em 2015, de acordo com projeções da ONU, serão pelo menos 550, mas a revolução urbana prognosticada acertadamente por Lefebvre parece ter realizado suas potencialidades pelo seu lado negativo: ao invés de o urbano significar o encontro de pessoas e a troca generalizada de idéias, informações e mercadorias, a realidade urbana atual tende para a segregação socioespacial, para a fragmentação, a homogeneização e a hierarquização do espaço.

As parcelas mais abonadas da população urbana, crescentemente, buscam o isolamento em áreas fechadas (loteamentos ou condomínios fechados, shopping centers, centros empresariais e complexos de escritórios), fenômeno presente na metrópole de São Paulo, mas não restrito à realidade brasileira, como se pode observar em Los Angeles, Berlim, Nova York, Buenos Aires, Lagos, Nairobi, Cidade do México, Xangai, Mumbai, Calcutá, entre outras cidades do mundo³.

Ao mesmo tempo, a população mais pobre é segregada em áreas mais distantes ou nos interstícios das áreas centrais das metrópoles contemporâneas, mas que são pouco valorizadas (beira de córregos, encostas, áreas de instabilidade geológica etc.), onde falta a maior parte da infra-estrutura e dos equipamentos urbanos. O livro de Mike Davis, *Planeta Favela*, trata precisamente dessa materialização das negatividades do urbano em escala mundial, destacando suas conseqüências para a população mais pobre.

A atual urbanização do planeta está ocorrendo com velocidade acelerada nos países mais pobres. Estima-se que em 2050 ocorra o pico de dez bilhões de habitantes no planeta, cujo crescimento será absorvido quase inteiramente pelas cidades. Noventa e cinco por cento deste aumento final da humanidade ocorrerá nas áreas urbanas dos países mais pobres. O antigo binômio industrialização/urbanização há muito se rompeu e as aglomerações urbanas recebem diariamente um milhão de novos moradores entre os que chegam das áreas rurais e os nascidos nas áreas urbanas. Segundo dados apresentados por Davis com base na UN-Habitat, a população das favelas cresce na base de 25 milhões de pessoas a cada ano. Se nada mudar na estrutura econômica, social e política mundial, a maior parte da população passará sua vida sem perspectivas de encontrar um trabalho formal, uma habitação digna e condições de desenvolvimento mínimas.

Planeta Favela é uma importante contribuição para se desvelar a pouco conhecida realidade de favelização em massa das cidades dos países pobres. Se, em uma de suas obras mais famosas, *City of Quartz*⁴, o autor realizou um estudo aprofundado sobre a constituição de Los Angeles como a metrópole urbanisticamente paradigmática do capitalismo contemporâneo, em *Planeta Favela*, Mike Davis utiliza-se dos mesmos

¹ Ver, por exemplo, *De lo rural a lo urbano* (1978), *O directo à cidade* (1968), *A Revolução Urbana* (1970) e *La production de l'espace* (primeira edição de 1974).

² Lefebvre, Henri. *A Revolução Urbana*. Belo Horizonte: UFMG, 1999. p. 28.

³ O fenômeno dos condomínios fechados no Brasil foi estudado no livro de Maria Teresa Pires do Rio Caldeira, *Cidade de muros – crime, segregação e cidadania em São Paulo* (São Paulo: Editora 34 / Edusp, 2000). Para o caso dos condomínios e comunidades fechadas nos Estados Unidos, ver, por exemplo, BLAKELY, E. J. and SNYDER, M. G. *Fortress America – Gated Communities in the United States*. Massachusetts: The Brookings Institution Press, 1999. O caso argentino pode ser analisado em SVAMPA, Maristella. *Los que ganaron: la vida en los countries y barrios privados*. Buenos Aires: Editorial Biblos, 2001. Para um artigo sobre a questão da segregação urbana, ver MARCUSE, Peter. *No caos, sino muros: el postmodernismo y la ciudad compartimentada*. In: RAMOS, A.M. (Org.). *Lo Urbano*. Barcelona: Edicions UPC, 2004.

⁴ DAVIS, Mike. *City of Quartz – Excavating the future in Los Angeles*. New York: Vintage Books, 1990.



De quem é a culpa dessa situação?

referenciais teóricos e metodológicos para a realização de um estudo extenso sobre o empobrecimento urbano do outrora chamado Terceiro Mundo. O livro de Davis é uma denúncia contundente da realidade urbana nos países pobres e de seu desenvolvimento futuro, dadas as tendências atuais, denúncia esta feita por meio de uma série de casos que chegam a formar um verdadeiro tour macabro pelas áreas mais degradadas e miseráveis das metrópoles dos países pobres.

Para embasar sua análise, autor utilizou-se de grande massa de informações provenientes de relatórios de instituições nacionais e multilaterais, e grande variedade de artigos e livros relacionados com a temática urbana dos países pobres, porém uma limitação do livro é a de que a bibliografia utilizada é quase totalmente em língua inglesa, desconsiderando valiosas fontes nacionais que tratam mais de perto as especificidades dos países pobres.

Para Davis, o fenômeno da favelização é uma tendência universal no processo de urbanização recente. Seu mérito é o de integrar elementos econômicos, sociais e políticos para a explicação do fenômeno, não reduzindo sua explicação a uma causa única. Há muito, os estudiosos mais sérios da temática urbana tratam a questão das contradições do espaço como contradições da sociedade⁵. Como sugere Francesco Indovina⁶, o modo de os indivíduos e as famílias relacionarem-se com a cidade não constitui nem uma constante, nem uma determinação “natural”, mas, sim, um produto social, econômico, cultural e político.

Dessa forma, o autor leva-nos às favelas de Manila, Kinshasa, Nairóbi, Dacca, Mumbai, Rio de Janeiro, Manágua, onde os moradores vivem em áreas com densidades demográficas extremas, sem saneamento básico, água potável e serviços de coleta de lixo, em casas construídas em áreas de risco com materiais de péssima qualidade. São histórias que parecem sair da imaginação fértil, mas que, infelizmente, são reais: uma favela no Cairo e outra na Índia, em que a principal fonte de renda dos moradores é a venda de órgãos para transplante em países vizinhos; áreas em Lagos ou Jacarta, a quatro horas de distância dos locais de trabalho de seus habitantes, que gastam quase a metade de sua renda em transporte, para enfrentar o trânsito caótico; casas construídas sobre antigos depósitos de lixo nas Filipinas ou em antigos cemitérios no Cairo, onde os moradores aproveitam a estrutura dos mausoléus para construir suas habitações; bairros formados por casas de lona, para onde seus moradores foram transferidos pelo poder público em suas campanhas de embelezamento das cidades e aí esquecidos; favelas onde se gasta parte



da renda familiar para a compra de água potável, porque a água encanada, quando há, já chega contaminada pelos excrementos das fossas entupidas há anos; e há também a história das “bruxas de Kinshasa”, crianças acusadas pelos pais de serem feiticeiras causadoras da miséria em que vivem suas famílias, sendo então abandonadas nas ruas e formando uma legião de crianças sem-teto.

De quem é a culpa dessa situação? A tentação das elites nos países pobres e da opinião pública nos países ricos é a de culpar as próprias vítimas. Mas Davis mostra-nos que a crescente favelização nos países pobres é resultado de uma combinação perversa de dependência econômica e financeira do exterior, que deixa os governos à mercê das exigências rígidas e desumanas de instituições financeiras internacionais (como o FMI e o Banco Mundial), para que sejam efetuados cortes de gastos sociais e com infra-estrutura; reestruturação econômica interna que leva à quebra dos pequenos agricultores e das indústrias nacionais, ao aumento da informalidade na economia, do subemprego e do desemprego, além de demissões em massa de funcionários públicos; ação de elites corruptas que dominam o aparelho estatal em benefício próprio, em detrimento das condições de vida da maior parte da população; além dos conflitos armados internos entre distintos grupos étnico-religiosos, gangues e milícias, que reforçam o movimento de êxodo dos deslocados internos em direção às cidades. No epílogo do livro (“Descendo a rua Vietnã”), o autor tem alguns insights sobre a incapacidade do poder instituído de controlar as áreas de favelas e a potencialidade de criação de áreas autônomas controladas por grupos armados. A referência à “Rua Vietnã” é emblemática: trata-se do nome dado pelos moradores da maior favela de Bagdá à sua rua principal, desafiando as tropas de ocupação dos Estados Unidos.

Davis pode ser criticado por escrever um livro parcial, de denúncia e crítica, sem apresentar novas teorias ou propostas para resolver os problemas urbanos, mas a solução das mais dramáticas questões urbanas recentes não pode sair da uma mente iluminada. São os movimentos sociais e as distintas classes com seus interesses específicos os agentes do complexo jogo político e econômico capaz de transformar a realidade urbana atual e mudar suas tendências. O grande mérito de Mike Davis é usar seu prestígio e sua experiência de intelectual e de militante, para chamar a atenção para a urbanização que é produto de um sistema social e ambientalmente contraditório e auto-destrutivo, e que por, isso mesmo, pode estar chegando rapidamente ao que Lefebvre chamou de “ponto de não retorno”⁷. ■

⁵ LEFEBVRE, Henri. La production de l'espace. Paris: Antrhopos, 2000.

⁶ INDOVINA, Francesco. “La ciudad difusa”. In: RAMOS, A.M (Org.). Lo Urbano. Barcelona: Edicions UPC, 2004.

⁷ LEFEBVRE, Henri. La production de l'espace. Paris: Antrhopos, 2000.





O DIREITO DOS OUTROS

BENHABIB, SEYLA. THE RIGHTS OF OTHERS – ALIENS, RESIDENTS, AND CITIZENS. CAMBRIDGE: CAMBRIDGE UNIVERSITY PRESS, 2004

CHRISTIANA LAMAZIÈRE

Seyla Benhabib, autora de *O direito dos outros – estrangeiros, residentes e cidadãos*, é PhD em filosofia pela Universidade de Yale, onde também é titular da cadeira Eugene Meyer de Ciência e Filosofia Política. A filósofa dedicou-se principalmente ao estudo das obras de Hannah Arendt e Jürgen Habermas e sua principal característica é combinar a Teoria Crítica da Escola de Frankfurt com a teoria feminista, corrigindo, dessa forma, aspectos da teoria habermasiana criticados por perspectivas que problematizam a herança da Modernidade. Em *O direito dos outros*, Benhabib analisa tanto os fundamentos filosóficos como os desenvolvimentos institucionais recentes do cosmopolitismo. Muitas vezes marginalizado na teoria de Relações Internacionais (RI) devido à percepção de que a política internacional consiste, inevitavelmente, na “guerra de todos contra todos”, o cosmopolitismo é defendido por Benhabib com argumentos conceituais derivados da Teoria Crítica habermasiana e de avanços reais que indicam a crescente extensão da política para além do Estado. No livro, Benhabib apresenta os dilemas relacionados ao cosmopolitismo com que se defrontaram três pensadores centrais para a filosofia política contemporânea: Immanuel Kant, Hannah Arendt e John Rawls. Para a autora, Kant e Arendt abriram espaço conceitual para o cosmopolitismo e problematizaram as fronteiras entre cidadãos e estrangeiros traçadas pelo Estado-nação. Por meio do confronto com o pensamento de Kant e Arendt, Benhabib revela as tensões entre universalismo e particularismo existentes nas democracias constitucionais liberais. A autora adota concepção habermasiana segundo a qual os direitos humanos universais e a soberania popular são os dois pilares das constituições contemporâneas.¹ Existe, no entanto, tensão fatal² entre o universalismo dos direitos humanos e o particularismo da soberania popular:

Direitos humanos universais possuem um apelo que transcende contextos, enquanto a soberania popular precisa constituir um demos circunscrito para se autogovernar. Autogoverno implica autoconstituição. Existe tensão insolúvel [...] entre os princípios expansivos e inclusivos do universalismo moral e político, ancorados nos direitos humanos, e entre as concepções particularistas e excludentes de fechamento democrático.

Em *A Paz Perpétua*, Kant enumera diversas condições para a instauração definitiva da paz, entre as quais está o pouco comentado direito à hospitalidade. Tal direito consiste numa reivindicação à residência temporária por parte de um estrangeiro, a qual não pode ser negada caso isso implique a destruição do indivíduo. Kant estabeleceu, entretanto, diferença fundamental entre o direito de visita temporária – o direito à hospitalidade – e o de residência permanente. Para o filósofo alemão, enquanto o primeiro constitui um direito, o segundo seria um privilégio a ser concedido pelo Estado.³

Para Benhabib, no entanto, mesmo se o Estado detiver a prerrogativa para estipular os critérios de absorção de estrangeiros, existe um direito humano ao pertencimento – “membership” – que deve ser universalizado. A existência desse direito humano depende da possibilidade de naturalização do estrangeiro, da ausência de discriminação no processo e do direito do imigrante ao devido processo legal.⁴ A autora chama a atenção para o fato de que identidades políticas são endógenas à formação de direitos⁵ e que, por conseguinte, “o exercício de direitos e a ação política podem mudar as identidades dos atores”.⁶ Assim, a transformação das normas que regulam a imigração, o refúgio e o asilo transformam a identidade do demos, alargando suas fronteiras.

¹ BENHABIB, Seyla. *The Rights of Others – Aliens, Residents and Citizens*. p. 19.

² Idem, p. 19.

³ Idem, p. 38.

Hannah Arendt, por sua vez, enfatizou a necessidade do reconhecimento de um “direito a ter direitos”. Convencida de que a perda da nacionalidade por parte de um indivíduo equivalia à perda de direitos humanos,⁷ Arendt pleiteou a transformação do “direito a ter direitos” em garantia fundamental. A análise da frase “direito a ter direitos” leva Benhabib a concluir que “o status de uma pessoa como sujeito de direitos é contingente ao reconhecimento de seu pertencimento a alguma comunidade política”. Apesar de problematizar o atrelamento de direitos humanos à nacionalidade, Arendt vislumbrou apenas uma saída: a criação de outras comunidades políticas.⁸ Desse modo, o cosmopolitismo de Kant e Arendt é contido pela aparente aporia, que é o paradoxo da legitimidade democrática. Em última análise, os dois pensadores consideraram a soberania como privilégio absoluto e ilimitado.

Para Benhabib, o dilema seria mais bem abordado por meio da incorporação de reivindicações de cidadania num regime de direitos humanos universais.⁹ A proposta da autora para resolver a tensão entre universalismo e particularismo consiste, portanto, justamente em pleitear que “direitos cosmopolitas criem uma rede de obrigações e imbricações em torno da soberania”.¹⁰ Essa incorporação de direitos universais por comunidades políticas particulares pode ser feita por meio de iterações democráticas. Estas são “processos complexos de argumentação pública, deliberação, e aprendizado pelos quais demandas universalistas são contestadas e contextualizadas, reivindicadas e revogadas em instituições legais e políticas, bem como na esfera pública das democracias liberais”.¹¹

A fim de mostrar que a ênfase em direitos universais não consiste na imposição do liberalismo sobre particularismos culturais, mas garantia da autonomia pessoal, Benhabib analisa a Lei dos Povos, de Rawls. Benhabib problematiza o fato de Rawls não considerar fenômenos como a imigração, o asilo e o refúgio como parte de sua “Law of Peoples” devido à escolha da unidade de análise “povo” em detrimento do indivíduo. O filósofo partiria, segundo a autora, de concepção estática e fechada de sociedade, raramente encontrada na realidade. Por pensar que o discurso de direitos universais não pode ser universalizado, Rawls formula princípios de justiça para comunidades fechadas, e não para pessoas. Para Benhabib, o problema é que “povos não são encontrados, eles se desenvolvem na história”.¹²

Contraditoriamente, o liberalismo político de Rawls aplicado a comunidades políticas fechadas pressupõe duas capacidades básicas do indivíduo: a habilidade de formular e perseguir concepção autônoma do bem comum; e um sentido de justiça e a capacidade de se associar com outros.¹³ Para Benhabib, a concepção moral do indivíduo daí decorrente deveria tornar a emigração um direito fundamental para Rawls, já que “o sentido do bem moral de uma pessoa pode ou não ser coincidente com as fronteiras da comunidade política”.¹⁴ Rawls, apesar de defender o pluralismo de valores dentro do grupo,¹⁵ termina por opor-se ao

pluralismo de valores entre grupos em nome dos particularismos culturais.

Para Benhabib, é possível elaborar uma concepção de direitos universais que não oprimam as diferenças

⁴ Idem, p. 43.

⁵ Idem, p. 169.

⁶ Idem, p. 168.

⁷ Idem, p. 22.

⁸ Idem, p. 57.

⁹ Idem, p. 22.

¹⁰ Idem, p. 67.

¹¹ Idem, p. 19.

¹² Idem, p. 80.

¹³ Idem, p. 86.

¹⁴ Idem, p. 86.

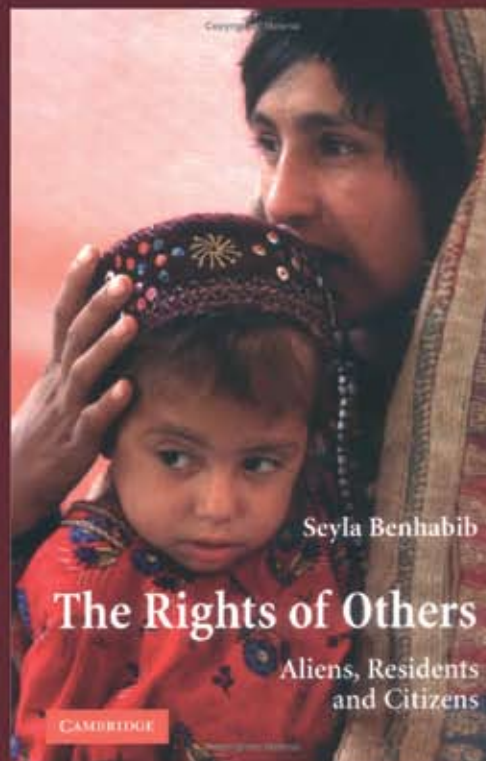
¹⁵ Idem, p. 87.

culturais, mas que possibilite a expressão destas na política global ao garantir a liberdade comunicativa. A Teoria Crítica justifica a legitimidade dos direitos humanos universais a partir da ética do discurso habermasiana:

Em vez de perguntar o que cada um poderia desejar como lei universal sem se contradizer, na ética do discurso pergunta que normas e arranjos normativos institucionais poderiam ser considerados válidos por todos aqueles afetados se estes fossem parte de argumentações morais especiais chamadas discursos.¹⁶

Diante das críticas à tradição liberal dos direitos por parte dos defensores do relativismo cultural, Benhabib considera que, no presente, a Teoria Crítica habermasiana constitui a melhor forma de justificar a universalidade dos direitos humanos, isso porque,

se eu sou capaz de justificar perante você determinado curso de ação, então devo respeitar sua capacidade de concordar comigo ou discordar de mim com base em razões igualmente aplicáveis a nós dois. Mas respeitar sua capacidade para a liberdade comunicativa – ou seja, a capacidade de aceitar ou recusar algo com base em razões – significa respeitar sua capacidade de autonomia pessoal. Direitos humanos, ou direitos fundamentais, então, são as normas que fundamentam e habilitam o exercício da sua autonomia pessoal.¹⁷



Em O direito dos outros, Benhabib tenta desnaturalizar essa visão ao mostrar que as regras de pertencimento podem ser reformuladas pelo povo soberano, de modo a estender as fronteiras do demos e tornar a comunidade política mais ampla. Ao estender garantias fundamentais e direitos ligados à cidadania para o estrangeiro, inaugurar-se-ia fase de inclusão generalizada do outro em nossas sociedades. A teoria cosmopolita de Benhabib, portanto, desinstitucionaliza as dicotomias entre cidadãos e estrangeiros que justificam a utilização da violência para lidar com aquele que se encontra além das fronteiras estatais.

Mais precisamente, Benhabib defende o direito ao pertencimento como requisito do exercício da autonomia pessoal e como pilar de uma política global mais universalista. Isso significa que, uma vez admitidos num país, imigrantes e refugiados devem ter o direito à naturalização, ou seja, a pertencerem à comunidade política. Não reconhecer o direito ao pertencimento significa, da perspectiva da Teoria Crítica, negar a liberdade comunicativa e a personalidade moral de milhares de pessoas.¹⁸ Ao enfatizar o direito ao pertencimento como direito humano fundamental, Benhabib deseja explicitar a “interdependência crucial entre direitos e identidades, entre instituições políticas e comunidades culturais”.¹⁹ Nesse contexto, o direito humano ao pertencimento implica o reconhecimento de que toda a humanidade faz parte de uma só comunidade política, permeada por garantias fundamentais à autonomia pessoal, o que, por sua vez, possibilita a inclusão de todos em comunidades de diálogo onde os princípios de autogoverno são elaborados democraticamente.

Em O direito dos outros – estrangeiros, residentes e cidadãos, Benhabib mostra, ainda, existirem desenvolvimentos institucionais reais que apontam para a consolidação gradual de uma comunidade política global.

Segundo a autora, o modelo unitário de cidadania, em que esta é composta por identidade coletiva, privilégios de pertencimento político e direitos sociais, está sendo desfeito pelos acontecimentos recentes na União Européia (UE). Com efeito, os cidadãos dos países-membros adquiriram uma série de direitos políticos desvinculados de sua nacionalidade, ou seja, “o direito a ter direitos não mais depende do status de cidadania” e “o desmembramento entre origem nacional e cultural e privilégios oriundos do pertencimento político é visível”.²⁰ Em que pese aos avanços observados na UE no que tange aos direitos humanos, Benhabib afirma que imigrantes e refugiados de países não-membros da UE são comumente tratados como quase-criminosos, privados de direitos civis e políticos de associação e representação.²¹ Por isso, “a extensão de direitos humanos completos a esses indivíduos e a descriminalização de seu status é uma das tarefas mais importantes da justiça cosmopolita em nosso mundo”.²²

¹⁶ Idem, p. 131.

¹⁷ Idem, p. 133.

¹⁸ Idem, p. 140.

¹⁹ Idem, p. 127.

²⁰ Idem, p. 155.

²¹ Idem, p. 168.

²² Idem, p. 168.

O livro de Benhabib constitui análise madura de tema crescentemente tratado pela disciplina de RI, o cosmopolitismo. Após a longa hegemonia do realismo político na disciplina, visões críticas do status quo têm-se tornado numerosas. Recentemente, o aumento da interconexão de pessoas e o surgimento de riscos que afetam a humanidade de modo global têm contribuído para que muitos autores críticos de RI formulem teorias adaptadas à nova realidade. Se, por um lado, pós-estruturalistas como Antonio Negri enfatizam os aspectos opressivos da globalização, por outro, autores habermasianos buscam os elementos positivos, como a possibilidade de que a globalização seja uma oportunidade de democratização radical da política internacional. A fim de revigorar as tendências democráticas no presente, habermasianos como Benhabib propõem a criação de instituições e normas procedimentais que permitam o surgimento de consensos globais. Assim, de acordo com a autora, o fortalecimento dos direitos humanos universais por meio do reconhecimento de um direito ao pertencimento político seria uma das revoluções democráticas mais importantes na política global.

Apesar de a autora ressaltar a delicadeza e complexidade da tensão entre direitos humanos universais e soberania popular, propostas como a de Benhabib são consideradas utópicas por pensadores realistas. Há mais de quarenta anos, autores como Hans J. Morgenthau consagraram a idéia de que apenas pode existir comunidade política dentro do Estado-nação, enquanto as relações interestatais seriam regidas pelo princípio do poder. ■



ALVES, DÁRIO MOREIRA DE CASTRO. ERA LISBOA E CHOVIA... TODAS AS PERSONAGENS DE EÇA NA LISBOA BEM-AMADA. LISBOA: LIVROS DO BRASIL, 1984. 369 PÁGINAS.

ALVES, DÁRIO MOREIRA DE CASTRO. ERA TORMES E AMANHECIA... DICCIONÁRIO GASTRONÓMICO CULTURAL DE EÇA DE QUEIROZ. LISBOA: LIVROS DO BRASIL, 1992. 599 PÁGINAS.

ALVES, DÁRIO MOREIRA DE CASTRO. ERA PORTO E ENTARDECIA... DE ABSINTO A ZURRAPA, DICCIONÁRIO DE VINHOS E BEBIDAS ALCOÓLICAS EM GERAL NA OBRA DE EÇA DE QUEIROZ. RIO DE JANEIRO: NÓRDICA, 1994. 310 PÁGINAS.

ERA LISBOA, ERA PORTO, ERA TORMES

CARLOS KESSEL

Um diplomata escreve sobre outro diplomata. Um apaixonado por Portugal relê e revive os livros do maior escritor português do século XIX – o diplomata Eça de Queiroz, autor que Dário Moreira de Castro Alves escolheu como projeto, missão literária e obra de amor. Dário escreve para os iniciados em Eça, mas não se limita a louvar o mestre, proporcionando ao leitor uma releitura de suas obras-primas com base em referências lisboetas, gastronômicas e éticas, numa trilogia definitiva.

Era Lisboa e Chovia – todos os personagens de Eça na Lisboa bem-amada, o primeiro livro, foi publicado em 1984. Conta Jorge Amado que, jantando em Portugal em 1983, ouviu do prefeito de Lisboa que o maior conhecedor da cidade não era ele, prefeito, nem algum dos olisipógrafos, historiadores e literatos apaixonados pela história e pela geografia da antiga Olisipo; o laurel cabia ao Embaixador do Brasil, Dário de Castro Alves.

Uma honra e tanto para o último de uma linhagem de homens de letras brasileiros contaminados pelo que Monteiro Lobato chamou de “ecite” e Fidelino de Figueiredo, “eçolatria”: a irresistível atração, quase devoção, pela obra e pela figura de Eça de Queiroz que grassou no Brasil, nos séculos XIX e XX, e que teve entre seus sacerdotes figuras do porte de José Maria Bello, Aurélio Buarque de Holanda, Álvaro Lins, Gilberto Freyre, Manuel Bandeira, Clóvis Ramalhetes, Viana Moog, Paulo Cavalcanti, Heitor Lyra e Luís Viana Filho. Paixão profícua, e não estéril, por ter inspirado obras que preencheriam uma biblioteca, muitas com estatura investigativa e analítica suficientes para garantirem o ingresso no cânone de ensaios sobre Eça que embasam, ainda hoje, os estudos desenvolvidos nos cursos universitários de literatura.

A relação de Eça com o Brasil sempre foi estreita e ambígua; o avô paterno viveu no Brasil, onde seu pai nasceu, e o próprio Eça foi criado até os quatro anos por uma ama pernambucana. Tomando-se o caricatural “brasileiro”, na verdade, o português enriquecido e retornado descrito acidamente n’As Farpas, e a crítica ao périplo europeu de D. Pedro II, que causou ataques aos comerciantes portugueses de Pernambuco, poderia conjecturar-se sobre certa má-vontade em relação ao nosso País; seus muitos amigos brasileiros, como Joaquim Nabuco, Eduardo Prado e Domício da Gama, não corroboraram a suspeita. O escritor nunca visitou o Brasil, onde sua obra fazia sucesso, e, se mostrou alguma hostilidade, foi contra os editores que pirateavam suas obras por aqui.

Dário de Castro Alves foi Embaixador do Brasil em Portugal, como Álvaro Lins, e escolheu para Era Lisboa e Chovia uma estrutura geográfica, um roteiro de passeio calmo e bucólico, bem à moda lisboeta; da chegada ao aeroporto da Portela ao Chiado, da Alfama ao Rocio, passando pela Baixa e pelo Passeio Público, sempre acompanhado dos personagens de Eça, das referências às tramas de seus livros e aos episódios de sua vida. Há tanto de Lisboa na obra de Eça que é quase inacreditável que ele só tenha conhecido a cidade aos 21 anos, em 1866, e que, ingressando em 1872 na carreira que o tornaria cônsul em Havana, Bristol, Newcastle e Paris, a ela só tenha retornado por curtas temporadas até sua morte, em 1900. Morou num quarto andar de um prédio do Rossio, que ainda existe, como existem quase todas as paisagens alfacinhas que descreveu; afinal, a Lisboa oitocentista de Basílio e de Luísa, do Conselheiro Acácio e de Carlos da Maia, de Teodoro e da Titi, está quase intacta, a ser redescoberta nos livros de Eça, com o guia de Dário à mão...

Em 1992, vinha à luz outro produto da ecite de Dário: Era Tormes e Amanhecia, um extenso dicionário de citações gastronômicas colhidas na obra do mestre. O título remetia à Tormes transmontana, paraíso fictício onde o Jacinto urbano e entediado de A cidade e as Serras reencontrava o apetite embotado ao provar o caldo de galinha e o arroz de favas com chouriço preparado pelos aldeões de sua propriedade.

EÇA DE QUEIROZ

Dois pesados volumes, 388 verbetes e 4.112 citações de Eça depois, o leitor não só ascende a novo patamar de conhecimentos culinários, mas terá lido a obra eciana novamente, e, se lhe conhecer os enredos e personagens, vai ter o prazer de, sem se sentir empanzinado, poder repetir os pratos que amara da primeira vez.

A receita seria seguida no terceiro roteiro de Dário, Era Porto e Entardecia, publicado em 1994, um dicionário que em outras 211 entradas, do absinto à zurrapa, abarca o universo das bebidas alcoólicas na obra de Eça, de onde são extraídas nada menos do que 1196 citações. Somente aos vinhos são dedicadas mais de cem páginas, nas quais a erudição cuidadosa precede os deliciosos trechos que têm como protagonistas o elenco familiar de personalidades marcantes que quase transcendem o universo ficcional, para se transformarem em seres de carne e osso, a subirem e descenderem o Chiado, a viajarem pelo Portugal oitocentista, por Leiria e Tormes, por Cascais e Lisboa, por Sintra e Coimbra. Sempre comendo, sempre bebendo...

Passados mais de cem anos de sua morte, a fortuna crítica de Eça de Queiroz elevou-o acima de seus contemporâneos, e as polêmicas em que se envolveu – e que marcaram a Geração de 70, como o caso das Conferências do Casino e a celeberrima Questão Coimbrã – são hoje assunto para os estudiosos da História da Literatura. Herculano, Camilo, Antero, Ramalho, tão importantes em tempos idos, tornaram-se quase coadjuvantes em sua trajetória. Mas Eça permanece.

Se a ecite foi profunda e duradoura no Brasil, talvez a devamos à identificação do público leitor com a crítica fina e demolidora de Eça a uma sociedade que, se não era a nossa, com ela se parecia. A hipocrisia, a preguiça burocrática, a ostentação burguesa e a carolice ridicularizadas por Eça tiveram suas correspondentes brasileiras no Segundo Reinado e na belle époque. Mas não se pode relevar o mais importante: a qualidade do texto, o prazer do desfrute de suas páginas, que se renova a cada leitura. Dário de Castro Alves, que bebeu nas fontes dos nossos outros ecianos, transformou sua paixão erudita em três livros deliciosos, e foi capaz de erguer a Eça um monumento que deve ser relido quando nos assaltar o que Clóvis Ramallete descreveu como “o sentimento impossível por Eça de Queiroz – a saudade dele”. Matemos as saudades, ora pois. ■

MATEMOS AS SAUDADES, ORA POIS.







A DIPLOMACIA E O PIANO DE JAZZ: BETWEEN THE DEVIL AND THE DEEP BLUE SEA

Mônica Tambelli

Ora, a prudência – que inclui a cautela e a paciência entre seus predicados – não se torna um luxo imprudente em tempos de crise e de exasperação? Não se trata de um conceito nostálgico ou, de qualquer forma, simplório e insuficiente? No século XXI, a palavra de ordem não seria mais bem inteligência, no sentido de agilidade, esperteza, decisão – não vacilar, em vez de pensar para agir? Não é o que pede a New Diplomacy, whatever it may be? Ora, um diplomata não se faz apenas na prudência. O diplomata não é apenas um bom executor de planos fixos e predefinidos. Como já dizia o Dr. Eliezer, “jacaré vacilou virou bolsa. E se bobear, de plástico.” O diplomata precisa ser pianista de jazz e usar o improviso a seu favor.

Willie “the lion” Smith ao piano. Echoes of Spring. Ninguém questiona o que é virtude. Todos sabem que aquilo, sim, é excelência. São poucos minutos de suspensão... não exatamente um exercício de cautela e paciência. Muita técnica, sem dúvida, mas com tempero.

Anitra's Dance. Famosa mazurca composta por Edvard Grieg. Peça clássica. Música erudita. Perfeitamente interpretada pelas maiores orquestras do mundo, com muita técnica. Agora pense na mesma partitura sobre o piano de Donald Lambert. Ele até se segura em uma interpretação by the book nos primeiros 30 ou 40 segundos, mas depois mostra a que veio. A intensidade de sua interpretação traduz o porquê de ele ser conhecido pianista de jazz, e não solista erudito. Ele conjuga a teoria musical com a sabedoria prática. Encontro de mestres? Claude Bolling. Excelente pianista de jazz que gostava de experimentar coisas. Pinchas Zukerman. Violinista da mais alta técnica clássica que topou experimentar umas coisas. Resultado: Slavonic Dance em Suíte para Violino e Piano de Jazz. Interpretação perfeita da teoria musical ao violino combinada ao mais puro improviso inspirado do piano de jazz. No jazz, os dois músicos conjugaram suas visões distintas e ampliaram o leque de possibilidades. Fica claro o bom uso de intuição e adaptabilidade. É sempre mais fecundo o debate aberto às mais variadas idéias...

Diplomacia encerra em si muito da essência do jazz. Este não é música padronizada ou produzida em série. O jazz é música de executantes. Tudo nele está subordinado à individualidade dos músicos, ou deriva de uma situação em que o executante era o senhor. Ser diplomata, muitas vezes, será comparável ao que John Coltrane contava sobre a experiência de tocar com Thelonious Monk: "I always had to be alert with Monk, because if you didn't keep aware all the time of what was going on you'd suddenly feel as if you'd stepped into an empty elevator shaft".

A diplomacia é arte com toques de ciência, prática para além da teoria. Reúne conhecimento, criatividade, intuição e coragem na defesa dos interesses do Estado. Trata-se de um saber-fazer, combinação de aparência ambígua entre o intelectual e o material, equilibrada pela phronesis. A atividade tem como atributos não apenas o conhecimento, mas também a produção de resultados adequados à pólis. O diplomata não busca a verdade imutável, mas a construção de possibilidades que garantam a sobrevivência e a prosperidade do Estado.

Como o pianista de jazz, o diplomata observa as circunstâncias e constrói o entendimento até mesmo em situações bastante improváveis, com base em acomodação de interesses e escolhas um tanto incompatíveis. É a arte do possível, sem regras predeterminadas, usando a teoria e a técnica como aliadas, mas não se prendendo a elas apenas. Tocar piano não é só técnica, muito menos em se tratando do piano de jazz. Para se conseguir ser um Thelonious Monk (bom, primeiro seria necessário ter nascido Thelonious Monk... mas aí já é outra história), para se tocar como ele, ou como um Fats Waller, ou um Count Basie, é preciso agir com várias virtudes: conhecimento, sabedoria, coragem, prudência e ousadia.

A diplomacia é arte e, como tal, é inefável; não se presta a ser reduzida em códigos. O piano de jazz também. Como bem explica Hobsbawm, o jazz é o que os músicos individuais fizeram dele, e cada músico tem a sua voz própria. "Têm sido feitas tentativas no sentido de rastrear a evolução e os cruzamentos para maior fertilidade dos estilos instrumentais em formas de diagramas, porém mesmo o mais lúcido

Como o pianista de jazz, o diplomata observa as circunstâncias e constrói o entendimento até mesmo em situações bastante improváveis, com base em acomodação de interesses e escolhas um tanto incompatíveis.

dos diagramas parece um mero esquema de fiação para uma instalação elétrica complexa.”¹ Não se pode fazer a teoria do piano de jazz; isso não existe porque não existe uma teoria da ação. Não há teoria do piano de jazz como não pode haver teoria da diplomacia: ambos são fazeres, ações. Rex Stewart, trompetista, uma vez disse: “Olha, quando uma banda entra em um estúdio para uma sessão de gravação, os caras não sentam para serem sinceros. Eles tocam apenas. Só isso.” Seria algo como “você faz e pronto”. Ok, mas não adianta só querer sair fazendo, você precisa ter passado muitas horas ali em cima dos pretos e brancos do teclado para poder conhecer o caminho em que está pisando... sem saber o que está fazendo, não sai nem o bife, meu caro.

O piano de jazz, como a diplomacia, trata do efêmero, mutável, precisa de malícia além de técnica e experiência. Ou você realmente acha que Lionel Hampton e Nat King Cole combinam seus teclados em Central Avenue Breakdown só com teoria? As virtudes do pianista e do diplomata: temperar o conhecimento com prudência e coragem. O piano de jazz e a diplomacia são, ambos, exemplos de agir virtuoso. São ofícios exercidos com conhecimento de causa e domínio de meios. Tratam de combinar reflexão e ação. Consistem em fazer com método e conhecimento do porquê das coisas. Art Tatum era um que sabia bem o porquê das coisas e entendia que há um jeito novo para Rosetta a cada dia. Por sinal, você já ouviu Art Tatum tocando Over the Rainbow? A música que em outros pianos ou orquestras chega a ser besta, ganha outra dimensão. Vale a pena.

O piano de jazz, como a diplomacia, trata do efêmero, mutável, precisa de malícia além de técnica e experiência.

Na diplomacia e no jazz, a realidade é multifacetada e resiste a ser “engarrafada” em um único conceito teórico. O real tem a característica de ser fugidio. “It is no disgrace for a man, even a wise man, to learn many things and not to be too rigid”. Como bem disse Guimarães Rosa, até “o vento experimenta / o que irá fazer / com sua liberdade”. É um pouco o que acontece com o fazer diplomático. É um pouco o que acontece quando o pianista senta para tocar jazz. Com bom senso, tanto o diplomata quanto o pianista movem-se dentro do espaço que lhes é dado e experimentam as melhores possibilidades para trabalhar harmoniosamente o momento presente. Da mesma forma que Cosmo de Medice dizia “Bisogna entrare nel male per fare politica”, para tocar jazz ao piano não se pode ter medo de “deturpar” as regras e reagrupar as notas inusitadamente. Ao piano, não se quer o bem, o perfeito. O que se pretende é o interessante, quase como em um exercício de virtù, de mérito, valor, talento, astúcia e energia. Ao piano, existem os limites do teclado, mas com uma enorme gama de possibilidades e, dentro daquelas opções, enfrenta-se a liberdade, sem receita. Com receita, pode-se tocar música clássica. Jazz de verdade envolve conhecimento sensorial; envolve experimentar, brincar, ousar e não fugir dos perigos.

O fazer diplomático, na mesma linha, não pode aprisionar o real com pré-conceitos, deve lidar com as possibilidades. É arte, com seus segredos a serem descobertos. É sabedoria prática, envolvendo o homem como um todo. Em diplomacia, não basta aprender a negociar e sair repetindo o que aprendeu. Deve-se seguir T. S. Eliot e explorar e depois voltar ao ponto de partida, sem jamais parar de explorar. Saber tomar a decisão adequada sobre as coisas tem significado prático, deve-se desenvolver a capacidade de antecipar as consequências das escolhas dos agentes políticos. Levar em conta não somente o imediato e o contingente, mas também perceber as consequências.

¹HOBBSAWN, Eric. História Social do Jazz. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990, p. 131.

No jazz, o piano não reproduz pura e simplesmente o pensar. O que se disse do estadista: “a fecundidade do inesperado supera grandemente a experiência”, pode-se dizer do pianista de jazz. Não se toca jazz ao piano sem criatividade, adaptabilidade, intuição e faro. Talvez por isso a mãe de Mary Lou Williams não quisesse que filha ficasse apenas nas lições de piano e a levasse a jam sessions para ouvir muitos músicos e diferentes estilos. A Sr^a. Williams tinha medo de que sua filha ficasse como ela, presa ao papel, incapaz de soltar a criatividade. Mary Lou, de fato, não virou uma concertista, mas “the gigging piano gal from East Liberty” com sua genial interpretação swingada de Margie... muita arte e ciência.

Sabe o Fats Waller? Quem diria... estudou piano clássico e órgão. Quando criança, ele sabia de cor toda a obra de Bach para órgão. Quando cresceu, encantou-se com o stride piano de James P. Johnson e com os improvisos de Willie “the lion” Smith. Hoje Fats é considerado o melhor pianista do estilo stride que já existiu. Não foi para ouvir a perfeição de Bach que Al Capone o mandou seqüestrar... o gângster sabia das coisas, queria mesmo era passar três dias ouvindo Squeeze Me, Numb Fumblin’, You look good to me, Ain’t Misbehavin’ e muito mais no stride piano de Fats. E o pianista tocou. E se divertiu tocando, por três dias, na festa de aniversário do gângster. Agora diz que não é virtuoso?

Se virtuoso é “aquele capaz de compreender e de agir” porque sabe que disso depende a fortuna (ou o resultado), devemos reconhecer que um bom diplomata, assim como um bom pianista de jazz, deve ser um virtuoso. Com swing ou bebop, em qualquer estilo, o diplomata eficiente será um Erroll Garner tocando I’m Confessin’; um Chick Corea em Lisa ou Armando’s Rhumba; um Oscar Peterson em Night and Day ou Satin Doll... e como ação não tem teoria... nem muita sinestesia para explicar o que as mãos de Willie “the lion” Smiths fazem com Morning Air. ■



PACTO DE SANGUE NO DAOMÉ

Maximiliano Arienzo

Vou-me embora pra Daomé,
Lá sou amigo do Dadá.
Vou-me embora pra Daomé,
Serei Vice-Rei de Ajudá!

Cauris, corais e contas raras...
Minha fortuna não haverá igual.
Savis, Oiós nas águas claras...
África mãe celestial!

Vou-me embora pra Daomé,
Lá sou amigo do Dadá.
Vou-me embora pra Daomé,
Terei o título de Chachá!

Badagry, Popô-Grande e Cotonu...
Limites ao meu poder, não há.
Eu sou Chachá - Vice-Rei de Ajudá,
Irmão de sangue de Guezô,
Zobonukotô

ENTREGADOR

Rômulo Neves

Doido
com sua bicicleta azul
envenenada.

Nem pedala,
deleta
os obstáculos
à sua frente.

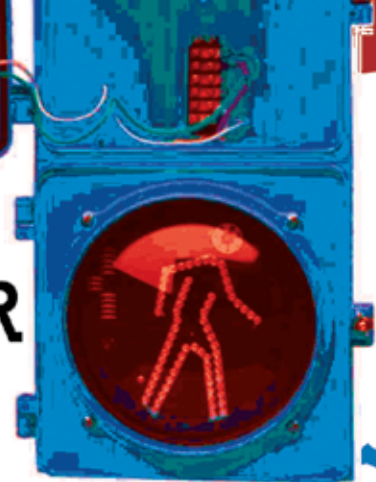
O trânsito,
martírio,
é,
para ele,
uma toada.

Nas manobras
e na pressa das curvas,

nem vê o vermelho
e o verde
dos freios e embreagens,

o que lhe canta
(e encanta)

é o azul
da sua pedalada.



CANTIGA

Cesar Pereira Nascimento

Temo
Não ser alguém
Um dia.

Medo bobo,
Mamãe diria.

Mas as mães são
Felizes
Com os filhos
Que têm.

Como pode dar errado
Meu neném?



MALDITO RIO

Diogo Almeida



Estou eu tranqüilamente em casa lendo o JB quando chega meu filho da escola esbaforido e eu pergunto se ele correu o caminho todo, ele responde que sim, manhê, e eu reclamo que não pode, que não dá pra ficar correndo no meio dos carros, o trânsito do Rio está uma loucura e alguém podia ter batido em você, promete que vai esperar o ônibus ou voltar andando, ele concorda com a cabeça, tomando fôlego e diz que estava correndo porque tinha pego algo no terreno baldio em frente à escola e ficou com medo que alguém tivesse visto ele pegar, eu começo a ficar preocupada porque um dia ele queria pegar uma camisinha que estava largada na calçada e eu dei um tapa na mão dele, é a idade perigosa em que eles estão mais curiosos, minha mãe me disse, deus me livre que ele tenha trazido uma camisinha usada pra dentro de casa, ou pior, um cigarro de maconha que pegou no chão, então eu tento me acalmar e digo com jeitinho que não pode ficar pegando as coisas do chão porque é sujo e barata passa por cima, ele responde que não estava sujo e que parece um brinquedo e pede pra ficar com ele, eu me preparo pra bomba e peço pra ele me mostrar, ele abre a mochila, remexe lá dentro e tira algo oval, cinza, diz que é pesado e pergunta de novo se pode ficar com ele, parece uma pinha de metal com uma argola em cima, ele testa o peso com a mão e balança a pinha pra lá e pra cá, eu fico paralisada e ele fica me pedindo manhoso pra ficar com o negócio, tenho vontade de saltar do sofá e gritar o mais alto que posso, mas me controlo e gaguejo que não, que é perigoso mas se ele me desse eu compraria um playstation e todos os cartuchos que você quiser, ele pára por um instante, os olhos brilhando e pergunta se estou falando sério, eu digo que sim e que é só botar o brinquedo devagar na mão da mamãe, meu filho, eu compro sim, ele hesita um momento e pousa a pinha na minha mão e vai para o quarto pulando de alegria. É só aí que respiro fundo e solto um grito de estremecer as vidraças.

BATE-PAPO

sobre Machado de Assis com premiados no Concurso Internacional de Monografias do Itamaraty 2006

Comentário

Machado permanece

Marcus Vinicius Marinho

Machado de Assis, por muitos considerado como o maior escritor do Brasil, permanece atual, por diversas razões. Uma delas é o tratamento dado pelo gênio literário ao culto do favor e da hipocrisia nas relações sociais brasileiras. Essa é a principal conclusão dos professores Idelber Avelar¹ e John Gledson², respectivamente, primeiro e segundo colocados no Concurso Internacional de Monografias do Itamaraty em 2006. Ambos – e também Elide Valarini Oliver, terceira colocada – fizeram visitas ao Instituto Rio Branco no fim do ano passado, quando vieram ao Brasil receber a premiação. Promovido pelo Departamento Cultural do MRE, o Concurso Internacional de Monografias

teve por objetivo promover e divulgar a literatura brasileira no exterior. Na edição de 2006, a primeira do Concurso, com o tema “A obra de Machado de Assis”, inscreveram-se 86 monografias, provenientes de todas as partes do mundo, escritas por brasileiros ou estrangeiros, todos residentes no exterior.

A Comissão Julgadora do Concurso foi formada por Ivan Junqueira, membro da Academia Brasileira de Letras, e pelos professores Hermenegildo Bastos, João Vianney Cavalcanti Nuto, Maria Isabel Edom Pires e Rita de Cassi Pereira dos Santos, do Instituto de Letras da Universidade de Brasília.

Idelber Avelar venceu o Concurso com a

¹ Idelber Avelar é professor titular de literaturas latino-americanas na Tulane University (New Orleans), Licenciado em Letras pela UFMG (1990), Mestre em Literatura Luso-brasileira pela Universidade da Carolina do Norte (1992) e Doutor em Literatura Latino-americana e Teoria Literária pela Universidade Duke (1996). É o autor de *The untimely present: postdictatorial latin american fiction and the task of mourning* (1999), traduzido no Brasil com o título *Alegorias da derrota: a ficção pós-ditatorial e o trabalho do luto na América Latina* (Ed. UFMG, 2003), e *The letter of violence: essays on narrative, ethics, and politics* (2004). Para mais informações sobre Avelar, consultar <http://idelberavelar.com>

² John Gledson é professor aposentado de estudos brasileiros na Universidade de Liverpool. Publicou livros, crônicas e antologias sobre Machado de Assis, entre os quais se destacam: *Machado de Assis: ficção e história* (1986), *Machado de Assis: impostura e realismo, Bons dias!* (1989), *A semana 1892-93* (1996) e *Contos: uma antologia* (1999). Traduziu ainda para o inglês *Dom Casmurro*.

monografia Ritmos do popular no erudito: política e música em Machado de Assis, em que traça análise da dicotomia entre música popular e música erudita na obra de Machado. “O dilema de personagens como Pestana [de “Um Homem Célebre”] é um dilema da cultura brasileira”, afirmou.

O inglês John Gledson, o outro premiado, produziu o ensaio Traduzindo Machado de Assis, um debate em que lista as dificuldades e os sucessos de versão da obra de Machado para outras línguas. “Há uma sutileza que dificulta muito sua compreensão no exterior”.

Além dessas, as outras três monografias vencedoras (terceiro a quinto lugar), A poesia de Machado no Século XIX: revisita, revisão, de Élide Valarini Oliver; Fotografia do invisível: a invenção de Daguerre na obra de Machado de Assis, de Thomas Sträter; e Quincas Borba, ou o declínio do folhetim, de Ana Cláudia Suriani da Silva, serão reunidas em livro a ser publicado pelo Ministério das Relações Exteriores.

O Concurso está sendo reeditado em 2007, sob o nome “Prêmio Itamaraty de Literatura”, e tem desta vez como tema a obra de Lima Barreto.

As inscrições, somente para residentes no exte-



rior, terminaram no fim de abril.

Ao Juca, Avelar e Gledson falaram entre outras temas, sobre as monografias ganhadoras e suas impressões pessoais sobre a obra machadiana.

Idelber Avelar

Juca: Em que medida podemos relacionar a biografia de Machado de Assis e, vale dizer, seu percurso de ascensão social e profissional à dicotomia, em sua própria obra, entre cultura erudita e cultura popular?

Idelber Avelar: Estabelecer relações entre e biografia e obra é algo que nós, críticos literários, tendemos a fazer com extremo cuidado. Sem dúvida, a trajetória de Machado no século XIX carioca é marcada pelo desejo de ascensão social que o senhor menciona. Mas acho de pouco poder explicativo formulações que víamos com grande frequência algum tempo atrás, do tipo “Machado lia Sterne e Shakespeare porque queria subir socialmente e estes autores representavam o mundo ao qual ele queria aceder”. São de pouco alcance porque estabelecem um vínculo automático entre obra e vida, no qual, no final das contas, qualquer evento desta acaba servindo para explicar qualquer mudança naquela. Durante certo tempo, a tese sobre o “desejo de ascensão social” funcionou, na crítica machadiana, um pouco como certas teses da crítica psicanalítica tradicional: se o autor escreve sobre mães, é porque tem complexo de Édipo. Se não escreve, é porque está tentando ocultá-lo. Aí fica fácil. Importante para a compreensão das relações de Machado com as culturas populares e eruditas seria, por exemplo, estudar em detalhe as quatro décadas em que ele escreveu crônicas para publicações periódicas do Rio de Janeiro. Ali ele observou agudamente o nascimento da cultura moderna de massas, sob a forma dos espetáculos populares de canto italiano que, naquele momento, já viajavam pelo mundo com considerável profissionalismo. Há uma bela crônica em que ele compara o relativo silêncio ante a morte da escritora George Sand com o escarcéu produzido pelo

falecimento de uma estrela do bel canto italiano. Machado é o primeiro, no Brasil, a perceber a constituição de uma cultura de entretenimento global, ante a qual a literatura passava a parecer uma espécie de “primo pobre”. Um grande mérito seu foi compreender esse processo sem nostalgia ou ressentimento, focalizando, em sua obra, situações que levassem o leitor a refletir sobre os rumos da arte nesse novo contexto global, impessoal e mercantil. “Um Homem Célebre” é um exemplo da notável compreensão desse processo alcançada por Machado.

Juca: É possível chegar a uma conclusão sobre que opinião Machado faz da música popular por meio da atuação de personagens como Mestre Romão (“Cantiga de Esponsais”), Pestana (“Um Homem Célebre”) e Inácio Ramos (“O Machete”)?

Avelar: A “opinião” de Machado sobre qualquer coisa é sempre um tecido de vetores contraditórios; ela não é facilmente definível. Mais que uma opinião sobre a música popular, eu preferiria falar de certas pautas, certos marcos que governam a compreensão que tem Machado do fenômeno. Por exemplo, em todos estes contos está presente a questão da profissionalização, que Machado observou com agudeza. Nesse sentido, os três personagens citados representariam três momentos (que coexistem na altamente desigual sociedade brasileira) de relação com a profissionalização. Mestre Romão é a figura do artista pré-moderno, ainda “mecenizado” pela Igreja; Inácio Ramos é a figura do artista erudito para o qual a profissionalização é uma opção dilacerante, que ele resolve abandonando o problema por completo – ele tem a escolha de ser profissional com a rabeca, mas o instrumento que lhe fala “à alma” é o violoncelo, com o qual a profissionalização não é uma possibilidade; finalmente, Pestana seria o personagem mais complexo, que vive o dilaceramento por inteiro: é extraordinariamente bem-sucedido como compositor de polcas, mas percebe o mundo das canções por encomenda como uma trivialidade. Gostaria, claro, de ser sonatista, mas ali só consegue repetir os clássicos europeus, dizendo nessa repetição algo

muito importante sobre o Brasil. Para Pestana, então, a profissionalização já toma certos ares de inevitabilidade. Além destes três, claro, poderíamos citar Barbosa, de “O Machete”, o músico genuinamente popular, que não é profissional, mas pode – o conto sugere – um dia vir a sê-lo. Ao contrário dos outros três, Barbosa produz arte que tem relação direta, orgânica com a experiência. Aí eu acredito haver um elemento que demonstra, cabalmente, que Machado estava atento ao fato de que “o dilema de Pestana” era, na realidade, o dilema de uma classe social. A angústia enfrentada por Pestana entre “arte verdadeira” e “entretenimento por encomenda” é impensável para Barbosa. A dicotomia simplesmente não se aplica ao artista popular.

Juca: Por que, no tratamento machadiano da cultura popular de massas, ainda que escondida em contos e crônicas, a música tem tratamento privilegiado? A menção machadiana desse nicho da cultura reflete apenas o juízo que Machado faz do prestígio da música para as massas ou pode refletir parte de sua opinião sobre literatura?

Avelar: Na verdade, a música aparece também, com considerável frequência, nos romances de Machado, especialmente como instrumento de caracterização das personagens femininas. Em Esaú e Jacó, por exemplo, o piano e a dança são fundamentais na caracterização de Flora. Sob o risco de dizer algo bastante essencialista, eu afirmaria que a centralidade da música – mais que outras manifestações culturais populares –, na obra de Machado, advém da fenomenal importância dessa arte na cultura brasileira. Nós, brasileiros, estamos mais acostumados que qualquer outro povo a pensar na música como espaço privilegiado de nomeação do nosso ser, de expressão de nossa experiência como povo, de representação daquilo que temos de único e singular. Esse estatuto especial da música se consolida no século XIX, com o encontro entre as sonoridades afro-brasileiras e as grandes danças europeias de salão, como a polca, num diálogo que gera tanto a linguagem musical brasileira por excelência, o choro, como nosso primeiro gênero popular urbano, o maxixe. A surpresa

seria se o nosso maior escritor não o tivesse percebido e registrado.

Juca: A seu ver, em que termos Machado de Assis se mantém atual para os leitores brasileiros? Ele pode, em sua opinião, ser considerado o principal expoente da literatura brasileira?

Avelar: Sem dúvida. Aqui bastaria recordar o tratamento implacável que Machado dispensou à chamada “dialética do favor”, ao culto à hipocrisia nas relações sociais, à fragilidade de nossas instituições públicas. Não foi Machado quem primeiro percebeu com agudeza a ubiquidade da “lei de Gérson” no Brasil? Não poderíamos ver em Brás Cubas o precursor de tantas figuras públicas contemporâneas? Também no terreno das relações humanas – particularmente na relação entre os sexos –, Machado me parece extremamente atual: o ciúme, por exemplo, não teve, na literatura moderna, um observador mais arguto que Machado. Não é sintomático que Dom Casmurro tenha sido publicado no mesmo ano que A Interpretação dos Sonhos, de Freud? Em certo sentido, os dois livros lidam com o mesmíssimo tema – as formas como o imaginário se impõe à chamada realidade.

Juca: Machado de Assis foi sabidamente um intelectual de grande impacto para a formação da intelligentsia cultural brasileira, ao encabeçar o início das atividades da Associação Brasileira de Letras. Em que medida esse legado intelectual permanece vivo?

Avelar: Respeito e admiro muito a Academia Brasileira de Letras, onde eu tive a honra de ser recebido na esteira do concurso promovido pelo Itamaraty. Mas o legado de Machado – e creio que a maioria dos acadêmicos concordaria comigo – transcende qualquer instituição. Sua dimensão fica nítida quando nos lembramos de todos os grandes pensadores brasileiros do século XX que encontraram em Machado a inspiração para melhor pensar o Brasil. Todos os termos mencionados em minha resposta à pergunta anterior poderiam ser trazidos à baila aqui.

Juca: Qual a obra de Machado que mais lhe agrada? Por quê?

Avelar: Esta é a mais difícil de todas. Eu sempre preferi Memorial de Aires porque, apesar de ser grande fã do humor machadiano, sensibilizo-me mais quando ele é temperado pela suave melancolia que se vê em sua última obra. Esteticamente, como experimento formal, Memórias póstumas de Brás Cubas é imbatível. Como “romance de idéias”, poucos livros ombreiam-se com Quincas Borba. Pedagogicamente, Dom Casmurro é o melhor. É o que mais funciona com os alunos, de qualquer nível. Mas se tivesse de escolher um “livro” de Machado, eu escolheria uma edição dos contos completos. Contos Fluminenses (1870) e Histórias da Meia-Noite (1873) são coletâneas ainda bem limitadas, mas dali em diante é quase tudo de uma genialidade absurda. Como contista, em toda a história da literatura latino-americana, só consigo pensar em Jorge Luis Borges e em Julio Cortázar como possíveis rivais. Na literatura brasileira, os escritores que produziram uma “contística” no mesmo nível (Guimarães Rosa, Graciliano Ramos, Clarice Lispector) não foram tão prolíficos no gênero como Machado.

John Gledson

Juca: O senhor atribuiu, em parte, a falta de repercussão internacional da obra de Machado de Assis ao fato de o autor figurar isolado, em termos de sofisticação e pungência, como representante da literatura brasileira no exterior, não sendo possível encaixá-lo em nenhum movimento, e o contrapõe aos escritores russos, que a cultura européia acolheu quase em bloco. A esse respeito, em que Machado difere de outros autores nacionais de considerável repercussão no exterior, como Jorge Amado?

John Gledson: Essa idéia do contraste entre Machado e os russos é uma simples hipótese, e certamente não basta para explicar sozinha essa falta de repercussão. Talvez até haja alguma coisa de particular na literatura brasileira que dificulte sua exportação, alguma coisa de “desajeitada” em relação à literatura mundial, mesmo

à hispano-americana, que, por outro lado, é justamente sua originalidade. Essa falta de sintonia certamente existiu em relação a Guimarães Rosa e Clarice Lispector (e até a Machado), quando se tentou “cooptá-los” para formar parte do boom latino-americano. Não são o mesmo peixe que García Márquez, Vargas Llosa, Fuentes etc. O caso de Jorge Amado seria, nesse caso, a exceção que prova a regra. Os outros autores já mencionados não são “obviamente” brasileiros – Jorge Amado é, e muito; onde ouvi a frase “baianismo de sexo e cozinha” a respeito dele? Existe uma dúvida que paira sobre Amado – será boa literatura ou não? Numa história da literatura brasileira, convencional à sua maneira, muito útil e muito utilizada, de Alfredo Bosi, tira-se-lhe quase o direito de figurar nesse contexto “literário”. Não sei se iria tão longe, mas tem alguma coisa da literatura fabricada em massa – fiquei chocado há anos, ao ler a tradução de Tocaia grande, de ver que o enredo era uma repetição de Gabriela, sem a graça deste romance. Aí, me dei conta de que talvez estivesse esperando a coisa errada – ele é assim, e pronto. Faz (ou já fez – não sei quanto se lê Amado no estrangeiro agora) sucesso nesse nível. Machado – cada vez mais me dou conta – é muito sutil. No momento, estou traduzindo alguns contos, e o desespero do tradutor é reproduzir o ritmo e a sutileza do original – o medo é que sem essa sutileza, sem o detalhismo que Roberto Schwarz bem notou na sua prosa, tudo se perca. Bem o diz Roger Bastide, citado na capa de uma velha (e excelente) tradução de Várias histórias, de Adrien Delpech, que “Son art est tout de subtilité, son style de demi-teintes. Il a distillé les poisons que rongeaient ses viscères et son âme, pour en faire des élixirs. Mais la pureté des élixirs et leur divine transparence n’empêche pas la brûlure intérieure”. Estas palavras, que no passado talvez me tivessem parecido exageradas ou convencionais, agora me parecem a mais pura e exata verdade.

Juca: Machado buscou intencionalmente repercussão internacional com sua obra?

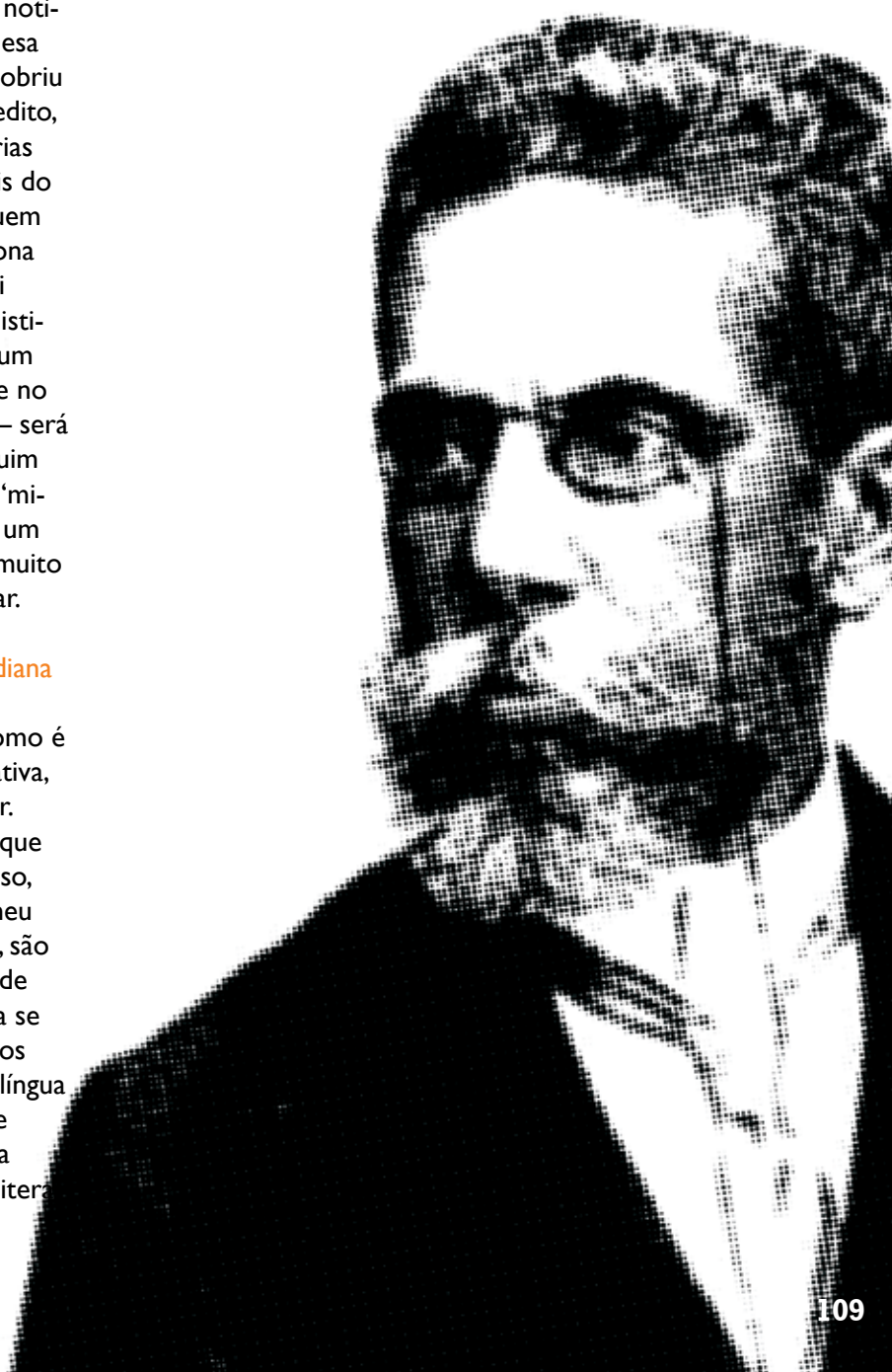
Há sinais disso?

Gledson: Quem me informou disso, e devo o

que digo aqui a ele, foi Hélió Guimarães; espero só que esteja reproduzindo bem o que disse, num depoimento em Santa Catarina no fim de 2005. A resposta curta é sim, buscou, e a triste verdade é que não alcançou. Parece que, nos fins do século XIX, houve interesse de uma editora alemã em traduzir Memórias póstumas de Brás Cubas para o alemão. Machado se prontificou a ceder os direitos gratuitamente, e quem não quis foi a Garnier. Houve outras tentativas – não me lembro dos detalhes – que também deram em nada. Quem fez uma descoberta muito curiosa a esse respeito, recentemente, foi o brasilianista português Arnaldo Saraiva – a notícia vem numa nota de uma edição portuguesa do romance, de Abel Barros Baptista. Descobriu que um jornal do Porto, a Folha Nova, acreditou, começou a publicação das mesmas Memórias póstumas em 1883, mas que desistiu depois do capítulo 28. Deve haver aí uma história. Quem incentivou essa publicação? A família de Dona Carolina [esposa de Machado]? Por que foi abandonado? Porque chocou demais, ou mistificou demais? De qualquer maneira, muda um pouco nossa visão de Machado, e creio que no bom sentido. Há uma tendência, na crítica – será que me engano? – a subestimá-lo, ele, Joaquim Maria, e de ver o mulato, o Machadinho, o “milagre”, o inexplicável, e não de ver que era um homem de uma inteligência e consciência muito grandes do seu próprio valor e do seu lugar.

Juca: O que no perfil da literatura machadiana é pouco atrativo no exterior?

Gledson: Pergunta difícil de responder, como é sempre mais difícil explicar uma coisa negativa, uma coisa que “não existe”, por assim dizer. Parte da resposta deve ficar por conta do que escrevi acima, sobre a sutileza – e nesse caso, as más traduções, uma das quais citei no meu ensaio para o Concurso Machado de Assis, são particularmente daninhas. E falo do ponto de vista de uma cultura notoriamente avessa a se abrir a traduções, a inglesa. Um dos aspectos mais deprimentes da hegemonia da minha língua no mundo atual é que nossa cultura parece bastar-se a si mesma, em parte pela própria internacionalidade do inglês. Podemos ler litera-



tura excelente e estrangeira, sem sair da nossa língua. A falta de interesse não será tanto verdade para a cultura francesa, a italiana, a neerlandesa, por exemplo, nas quais sei que existem boas traduções, e leitores. Justamente quando estive em Brasília, alguém disse que os alunos das universidades americanas, quando expostos a Machado, adoram. Volto à sutileza, que dá tanto prazer, mas ao mesmo tempo pode ser uma barreira difícil de transpor.

Juca: A seu ver, em que termos Machado de Assis se mantém atual para os leitores brasileiros? Ele pode, em sua opinião, ser considerado o principal expoente da literatura brasileira?

Gledson: Não gosto dessas comparações, que contrapõem Machado a Drummond, ou Graciliano, ou Clarice Lispector, mas, já que praticamente todo mundo diz que é, contento-me com seguir a maioria. O próprio Drummond, aliás, era um viciado confesso da literatura machadiana. Em relação à primeira parte da pergunta, há dois argumentos – o de Roberto Schwarz, que, simplificando, diz que a sua obra permanece, porque os problemas de que trata, sobretudo o clientelismo, a cultura do favor, também permanecem – e outro, mais convencional, digamos, que atribui tudo à profundidade, ao estilo, ao gosto, à visão filosófica, à própria sutileza etc. Sabe que, apesar de tudo, acabo preferindo a resposta schwarziana? Isso, em grande parte, porque dá raízes e vida substancial a essas abstrações, o que não quer dizer que Machado sempre fale de favor, ou que não o envolva com outras coisas. Vou dar um curto exemplo, o famoso conto “Uns braços”, que acabei de – tentar – traduzir. Quando você começa a entender a relação en-

tre os três personagens, Borges, Dona Severina, Inácio, você também compreende que a atração sexual entre os dois últimos, muito delicada e cheia de repressões, vem toda cercada, colorida, pela situação do rapaz na casa, e que tem algo, exagerando, do escravo, da pessoa cuja existência como pessoa não existe... E por aí vai.

Juca: Machado de Assis foi sabidamente um intelectual de grande impacto para a formação da intelligentsia cultural brasileira, ao encabeçar o início das atividades da Academia Brasileira de Letras. Em que medida esse legado intelectual permanece vivo?

Gledson: Não sei – como não vivo no Brasil, acho difícil responder. Mas acho que permanece, sim, e em parte, sem dúvida, pela própria atuação da Academia, com o Espaço Machado de Assis, e várias outras atividades e publicações. Arriscando, diria que uma das coisas mais importantes que Machado representa na cultura brasileira é a grandeza intelectual sem ideologia, nesse sentido, sim, “puramente” literária. Os grandes escritores “ideológicos”, Euclides da Cunha, Gilberto Freyre, o próprio José de Alencar, com seu projeto de dar um retrato da vida nacional nos seus vários aspectos regionais etc., são outra coisa. Algo, mutatis mutandis, como o que Shakespeare representa para a cultura inglesa – impossível extrair uma ideologia qualquer de Júlio César ou Hamlet. É a vida em ação.

Juca: Qual a obra de Machado que mais lhe agrada? Por quê?

Gledson: Vou responder duas vezes, e dizer, primeiro, que talvez Dom Casmurro seja a obra que mais ficou enraizada em mim, e isso



em parte por uma razão que talvez estranhe – uma certa identificação com Bentinho. Roberto Schwarz, num ensaio admirável, “A poesia envenenada de Dom Casmurro” faz tudo para nos afastar do seu narrador, “tipo querido da elite brasileira”. Pois bem, reconheço algo de mim mesmo nessa figura por outro lado tão lamentável – o que leva, pode imaginar, a conflitos interiores muito saudáveis! Talvez seja por isso que me lembre desse texto em tanto detalhe, não só por tê-lo traduzido, ter escrito um livro sobre ele... E vou terminar numa nota meio piegas, e dizer que a obra que prefiro é a que li por último, e aqui figuram muitos contos e crônicas. “Uns braços”, por exemplo. Nesse conto, quando a gente atenta, e a vantagem da tradução é que se tem que atentar literalmente a cada palavra, é impressionante como Machado consegue dar a atmosfera física, moral (a palavra é dele) e sexual dessa relação fugidia! Os braços que Dona Severina traz nus “porque gastara todos os vestidos de manga larga”; “ela ouviu o tlic do lampião do gás da rua, que acabavam de acender, e viu o clarão dele nas janelas da casa fronteira”, “as gaivotas, que faziam grandes giros no ar, ou pairavam em cima d’água, ou avoaçavam somente”, tudo, sutilmente apoiando um enredo que parece, e até é, cômico, mas onde, também, nas palavras de Drummond, de “Viagem na família”: “eram nossas difíceis vidas / e uma grande separação / na pequena área do quarto.” Ou do conto... Um conto, à sua maneira, perfeito. ■



JOAQUIM MARIA MACHADO DE ASSIS

(Rio de Janeiro, 21 de junho de 1839 — Rio de Janeiro, 29 de setembro de 1908)

ACONTECEU

CONVÊNIO ENTRE A UNIV BRASÍLIA E O INSTITUTO R

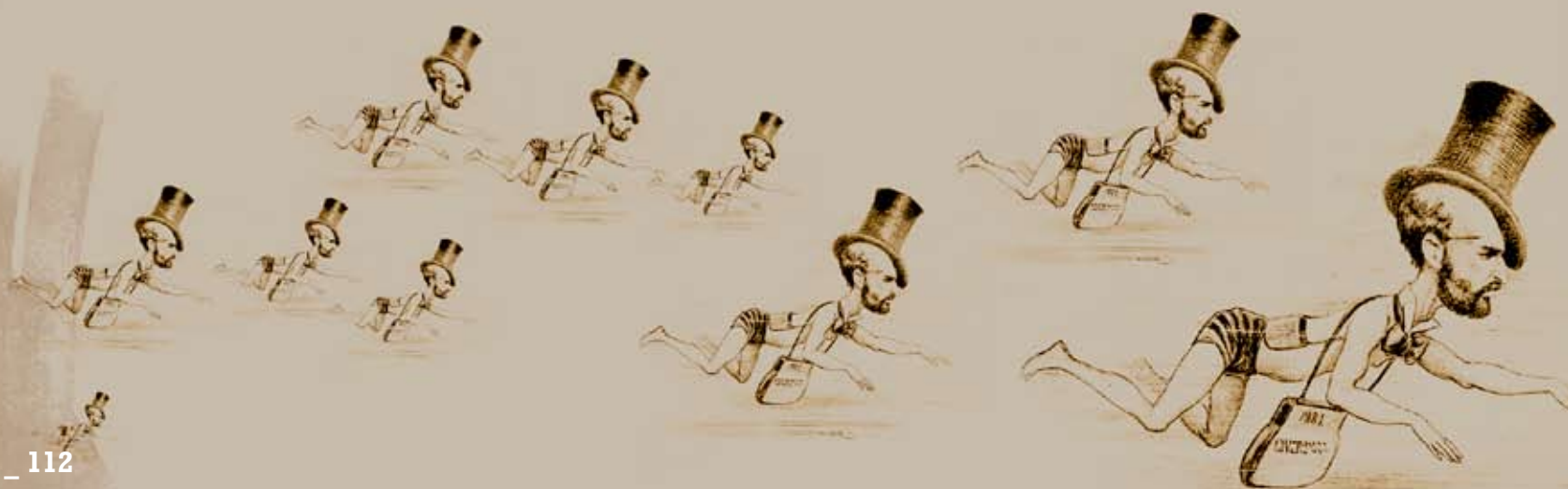
Intercâmbio docente e doutoramento de diplomatas ficaram mais fáceis

Em 6 de dezembro de 2007, foi assinado convênio entre a Universidade de Brasília (UnB) e o Ministério das Relações Exteriores, visando a promover atividades e ações conjuntas entre a Universidade e o Instituto Rio Branco (IRBr), por meio do apoio a iniciativas acadêmicas de interesse comum a diplomatas, professores e pesquisadores.

A cooperação entre as duas instituições, que já dura décadas, entra, portanto, em nova fase. A partir de agora, ficará mais fácil o intercâmbio docente em atividades de ensino, orientação e avaliação nos cursos de pós-graduação mantidos por ambas as entidades, especialmente no mestrado em diplomacia e no Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas do IRBr e nas bancas examinadoras do Concurso de Admissão à Carreira de Diplomata (CACD) e no Curso de Altos Estudos (CAE) do IRBr. Ademais, as instituições acordaram em intensificar a promoção conjunta de conferências e o aproveitamento comum de palestrantes, em especial, os convidados internacionais.

O convênio visa, também, à inserção de diplomatas em programas de doutorado da UnB nas áreas afins às Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, com a difusão de oportunidades de aprofundamento dos estudos realizados pelos egressos do curso de mestrado em diplomacia do IRBr. Além disso, os diplomatas aprovados no CAE do IRBr passam a ter acesso aos programas de doutorado da UnB com vistas ao Doutorado por Defesa Direta. A candidatura ao doutorado na UnB será de iniciativa do interessado, que poderá ou não apresentar a mesma tese já submetida ao CAE, respeitadas as exigências acadêmicas da Universidade;

Ficou acordado ainda que haverá incentivo à publicação da produção científica de interesse comum das instituições, bem como a promoção da carreira diplomática e do CACD junto aos discentes de graduação e pós-graduação da UnB.



INSTITUTO RIO BRANCO

INSTITUTO RIO BRANCO BUSCA PARCERIA COM OUTRAS ACADEMIAS DIPLOMÁTICAS

Troca de experiências no Mercosul

Por intermédio do Instituto Rio Branco, o Itamaraty iniciou gestões para estabelecer um mecanismo de coordenação entre as Academias Diplomáticas dos países do Mercosul, o que incluiu a Bolívia. A iniciativa teve o respaldo da Reunião de Cúpula do Mercosul realizada no Rio de Janeiro em janeiro último. O mecanismo estará aberto à participação da Colômbia, do Equador, do Peru e do Chile, bem como de outros Estados convidados. O projeto de coordenação terá início com a aprovação de Ato Constitutivo, em vias de negociação, que será assinado em reunião a ser proximamente convocada em Brasília.





RIO BRANCO CINECLUBE

A sétima arte na formação do diplomata

O Rio Branco Cineclube é uma iniciativa dos alunos do Instituto Rio Branco que cria um espaço para a apreciação e discussão de filmes diversos – nacionais e estrangeiros, clássicos e documentários, contribuindo de forma participativa para a formação e a cultura cinematográfica dos espectadores. Com o respaldo do Instituto Rio Branco, o Cineclube aproveita o espaço e a infra-estrutura do auditório após o expediente, para promover sessões de filmes, precedidas de breves apresentações para contextualizar as obras exibidas e suscitar o debate.

Iniciado em março de 2007, o Cineclube fez testes iniciais com conteúdos diversos. Foram exibidos filmes como: **Los Olvidados, Soy Cuba, Língua: Vidas em Português, Iracema, Dr. Strangelove, La Historia Oficial, Old Boy, La Nuit Américaine, Grapes of Wrath, Deus e o Diabo na Terra do Sol, Aguirre: a Cólera dos Deuses, Rashomon, Paisà, Monty Python em Busca do Cálice Sagrado, Memórias do Subdesenvolvimento, Tokyo Story, O Bandido da Luz Vermelha, O Sétimo Selo, A Noite, Pi, Lavoura Arcaica e O Falcão Maltês**

O Rio Branco Cineclube promove uma sessão noturna semanal, aberta a todos os funcionários do Ministério de Relações Exteriores.

Calendário Eventos IRBr – 2007

28 fevereiro

•Aula Magna do Ministro de Estado, Embaixador Celso Amorim

1 março

•Vídeo-Debate Emb. Edgard Telles Ribeiro e Jom Tob Azulay
"Caminhos da Diplomacia Brasileira"

08 março

•Secretário Carlos da Fonseca
"EUA: considerações sobre política externa"

13 março

•Prof. Antonio Jorge Ramalho da Rocha – PEB
Política externa e política de defesa.

14/15 março

•Seminário ILLA – Palácio Itamaraty
"A Nova Ordem Mundial e os Problemas do Desenvolvimento"

20 março

•Palestra Eneko Landaburu, Diretor-Geral de Relações Exteriores da Comissão Européia.
"As Relações Exteriores do Brasil e da União Européia: uma troca de experiências".

22 março

•Palestra Sec. Carlos da Fonseca
"EUA: considerações sobre política externa (doutrina Bush)"

29 março

•Palestra Prof. Guillaume Devin
• Palestra Peter Stania – Academia Diplomática de Viena
"Relações União Européia-América Latina".

09 abril

•Exibição de filme - "Miguel de Cervantes Y Don Quijote"

10 abril

•Min. Clemente Baena Soares – PEB
"O Brasil e os países andinos, em especial Bolívia e Venezuela"

10 abril

•Prof. Julio Lizárraga
Apresentação "Machu Picchu"

12 abril

•Palestra Embaixador João Gualberto Marques Porto
"O Brasil e os países andinos, em especial Bolívia e Venezuela"

17 abril

•Palestra do Embaixador dos EUA
Senhor Clifford M. Sobel

17 abril

•Palestra Emb. Maria Edileuza Fontenele Reis – PEB
"Relações Brasil-Europa"

24 abril

•Sec. Luciano Mazza de Andrade - PEB
"O Mercosul Institucional"

08 maio

•Palestra Emb. Regina Dunlop – PEB
"Relações Brasil-Ásia"

10 maio

•Palestra Emb. Marcel Fortuna Biato – PR

17 maio

•Palestra do Embaixador dos EUA
Sr. Clifford M. Sobel

22 maio

•Palestra Cons. João Tabajara de Oliveira – PEB
"Relações Brasil- EUA"

24 maio

•Palestra Emb. Carlos Alberto Leite Barbosa
"O Desafio de Janio Quadros em Política Externa"

25 maio

•Palestra Embaixador Henrique Valle
"A Presença Atual do Brasil nas Nações Unidas"

05 junho

•Palestra Embaixador Gonçalo Mourão – PEB
"México, América Central e Caribe (inclui Haiti e Cuba)"

15 junho

•CELU – Entrega do Certificado de Español Lengua y Uso

19 junho

- Palestra Embaixador Fernando Jacques Pimenta "Relações Brasil-África"

09 julho

- Palestra Prof. Paulo Casella – "O direito internacional público pós-moderno. No prelo."

10 julho

- Palestra Prof. André de Carvalho Ramos "Processo internacional de direitos humanos: sistema interamericano".

11 julho

- Palestra Prof. Antenor Madruga "Imunidade de Jurisdição: visão atual"

12 julho

- Palestra Prof. Maristela Basso "Propriedade Intelectual e Desenvolvimento"

13 julho

- Palestra Prof. Maria Cláudia Drumond "Parlamento do Mercosul"
- Palestra Prof. Francisco Eugênio Arcanjo

19 julho

- Palestra André Ghirardi – UFBA
- Palestra Ivan Ramalho – MDIC
- Palestra Marco Aurélio Garcia – PR

20 julho

- Palestra Flávio Marega - CGC
- Palestra Afonso Sena Cardoso – DIN

23 julho

- Palestra Henrique Pinheiro Silveira – MF

24 julho

- Palestra Bernard Appy – Ministério Fazenda
- Palestra Emb. Ênio Cordeiro – DAS
- Palestra Maurício Tomasquim - EPE

26 julho

- Palestra Ministra Mariângela Rebuá

27 julho

- Palestra Prof. Henrique Altemani – PUC SP "Novas dinâmicas no Leste Asiático: uma Ásia multipolar?"

30 julho

- Palestra Embaixador Celso Amorim
- Palestra Prof. Williams Gonçalves "O Brasil no Quadro Político Regional: problemas da Integração"

31 julho

- Palestra Min. Nilcéa Freire – Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres "O Papel da Mulher na Sociedade Brasileira"
- Palestra Secretário-Geral

01 agosto

- Palestra Prof. Luiz Salomão – IUPERJ "O Ingresso da Venezuela no Mercosul: marchas e contramarchas"
- Palestra Min. João Luiz Pereira Pinto – DAM I
- Palestra Min. Clemente Baena Soares - DAM II

02 agosto

- Palestra Prof. Antonio Carlos Peixoto – "América do Sul Contemporânea: tensões, conflitos e convergências".
- Palestra Prof. Hélio Jaguaribe "Relações Brasil-Argentina"
- Palestra Embaixador Everton Vargas "Principais Temas da Agenda Multilateral"

13 agosto

- Palestra Secretários Marcelo Soler e Romina Bocache

14 agosto

- Palestra Ministro João Luiz de Barros Pereira Pinto - DAM-I
- Palestra Ministra Virgínia de Souza Toniatti - COCIT

16 agosto

- Palestra Prof. Amine Ait-Chaalal
- Palestra Embaixador Roberto Jaguaribe

17 agosto

- Aula Magna do Emb. Celso Amorim
- Palestra Embaixatriz Maria do Carmo de Souza
- Palestra Embaixatriz Tereza Casaes
- Palestra Jean Christophe Victor

26 agosto

- Palestra Emb. Luiz Augusto de Castro Neves

20 agosto

- Palestra Monique Gagnon-Tremblay

03 setembro

- Palestra Secretários Marcelo Soler e Romina Bocache

12 setembro

- Colóquio Academias Diplomáticas do Foro IBAS

20 setembro

- Palestra Embaixador Paulo Tarso Flecha de Lima

24 setembro

- Palestra Marcelo Rafaeli / ADB
- Palestra do Emb. Alexandre Addor – OEA

10 outubro

- Palestra Sec. Carlos da Fonseca

TEMAS DAS DISSERTAÇÕES

Turma 2005–2007

Operações de offset em compras governamentais internacionais

Alvaro Augusto Guedes Galvani

Diplomacia cultural: perspectivas para a valorização da arte popular brasileira

Ana de Fátima Ribeiro Bezerra

A seleção dos diplomatas brasileiros entre 1870 e 1945: dos salões aos concursos de admissão

Ana Paula de Almeida Kobe

Teoria dos regimes e negociações ambientais: o regime ABS e o NLBI sobre florestas

Bianca Xavier de Abreu

Cooperação sobre recursos hídricos transfronteiriços

Camilo Licks Rostand Prates

A posição brasileira nas negociações agrícolas internacionais na OMC e seus desdobramentos nos demais foros de negociação: ALCA e Mercosul – União Européia

Cristiane Lemos Fallet

Samba e imagem nacional

Deborah Carvalho de Souza

O discurso da integração Brasil – Argentina: a visão da imprensa argentina sobre a construção de uma cultura integracionista

Fabiana Arazini Garcia

O Brasil no contexto da proteção internacional aos refugiados na América Latina

Fábio Meira de Oliveira Dias

Guerra do Pacífico: itinerário histórico-diplomático

Fernando Viégas Peixoto Onofre

Um estudo sobre o antiliberalismo de Oliveira Vianna

Henri Yves Pinal Carrières

O Brasil e a propriedade intelectual internacional: o caso das patentes farmacêuticas

Igor de Carvalho Sobral

Relações entre o setor privado e o Ministério das Relações Exteriores na definição da política comercial automotiva brasileira no âmbito do Mercosul

Leandro Waldvogel Giraldelelli

Integração energética na América do Sul

Luciana Serrão Sampaio

Repúdio ao racismo e promoção da igualdade racial na política externa de direitos humanos do Brasil

Luisivan Vellar Strelow

Dificuldades enfrentadas pelos empresários brasileiros no mercado chinês

Luiz Gustavo Sanches Betti

O poder da cultura

Mônica Simões Francisco de Sales
Barth Tambelli

Culinária, multiculturalismo e identidade nacional

Nássara Azeredo Souza Thomé

Intervenção humanitária e soberania: o caso da “responsabilidade de proteger”

Pedro Aurélio Fiorêncio Cabral de Andrade

Gilberto Freyre e a política externa do Brasil em relação a Portugal dos anos 1930 aos 1950

Rafael Souza Campos de Moraes Leme

O Brasil e a estratégia internacional de combate à lavagem de dinheiro e ao financiamento do terrorismo

Ricardo Bahia de Gaudieley Fleury

O Brasil e as ações internacionais de combate à fome e à pobreza

Ricardo Moraes Barros

Os princípios gerais na Organização Mundial do Comércio: influência nas negociações multilaterais e jurisprudência do órgão de solução de controvérsias

Rodrigo Mendes Araújo

A cultura política da Venezuela e o fenômeno Hugo Chávez

Rômulo Figueira Neves

Uma análise construtivista da América do Sul: um mundo em formação

Ronaldo Lima Vieira

Estratégias na utilização do discurso liberal durante a formação do Estado brasileiro

Thomaz Diniz Guedes



A turma de 2006–8 do IRBr e a ampliação do Serviço Exterior brasileiro


Completei o tempo regulamentar de permanência na Embaixada em La Paz e retornei à Secretaria de Estado, em outubro de 2005, após mais de oito anos em missão no exterior, em três Postos consecutivos. Pouco antes, no final do primeiro semestre daquele ano, havia aceitado convite do Embaixador Fernando Guimarães Reis para assumir as funções de Coordenador-Geral de Ensino e Vice-Diretor do Instituto Rio Branco.

Como sempre faço antes de cada mudança, pensei nos desafios que teria de enfrentar na nova lotação. Para mim, seria a primeira vez que freqüentaria o Instituto Rio Branco em uma posição que não seria mais a de estudante. Não conto o curto período em que fui orientador profissional de um pequeno grupo de alunos do então Curso de Preparação à Carreira de Diplomata, já que minhas conversas com eles se realizavam sem qualquer formalidade, na sala da Divisão em que trabalhava.

Cheguei, assim, ao Rio Branco não sem certa dose de ansiedade diante dos desafios que eu aceitara enfrentar, mas também entusiasmado com a perspectiva do convívio diário com os jovens colegas, para cuja formação poderia dar modesta contribuição, ainda que nos bastidores, já que não seria encarregado do ensino direto de qualquer matéria. Subestimei a magnitude tanto da tarefa que teria de desempenhar quanto da satisfação que dela derivaria.

Antes do final de 2005, a decisão de se aumentarem os quadros da Carreira de Diplomata em quatrocentos cargos e de se distribuir tal aumento tão significativo ao longo de apenas quatro anos, viria a repercutir diretamente sobre as atividades do IRBr. As excelentes instalações do Instituto e a estrutura de seus cursos, especialmente a do Curso de Formação/Mestrado em Diplomacia, teriam de ser rapidamente adaptadas para acomodar turmas com dimensões inéditas na história da Academia diplomática brasileira, sem que fosse prejudicada a qualidade da seleção e da formação dos novos diplomatas.

Nessas condições, no primeiro semestre de 2006, realizou-se o Concurso anual para Admissão à Carreira de Diplomata, com a oferta de cento e cinco vagas. Não foram poucas as preocupações que afloraram e se expressaram, até mesmo na imprensa, com as conseqüências de um número tão grande de vagas sobre a qualidade dos novos quadros. Por trás de tais preocupações, não se dissimulava o temor de que, para se alcançar a meta de preenchimento de vagas, o nível reconhecidamente elevado e rigoroso da avaliação teria de ser relaxado. Ao final do Concurso, dos cerca de dez mil candidatos que se inscreveram, cem lograram aprovação, foram empossados como Terceiros Secretários e iniciaram o Curso de Formação. Em pouco tempo, o perfil da nova turma e seu desempenho acadêmico e profissional vieram a dissipar quaisquer dúvidas que pairavam sobre a qualidade do grupo. No momento da aprovação, a idade dos novos diplomatas variava dos 21 aos 46 anos, com média de 28 anos e meio. Os aprovados se haviam graduado ou obtido pós-graduação em vinte e dois diferentes cursos. Procedem, ademais, de todas as regiões do país. Estas características repercutem de maneira extremamente favorável na qualidade da contribuição que trazem para o debate acadêmico no âmbito do Curso de Formação do Instituto Rio Branco, pela



variedade de visões propiciada pela diversidade tanto da origem regional e cultural quanto das áreas de formação intelectual. Acrescente-se que aproximadamente 30% dos aprovados no Concurso já obtiveram Doutorados ou Mestrados.

O elevado grau de maturidade da nova turma intensifica nela o normal anseio que todas as novas levas de diplomatas têm de começar o mais rápido possível a exercer efetivamente a carreira em que ingressaram. Tal anseio, neste caso, pôde ser atendido mais cedo do que nunca. A exemplo do que se fizera com a turma anterior, no último semestre do Curso, à presente turma foi dada a oportunidade de trabalhar em meio expediente, como estagiários, nas diferentes unidades na Secretaria de Estado, já a partir do segundo semestre do Curso. Cumpre sublinhar que esta decisão, embora tenha levado à necessidade de se realizarem novas adaptações na estrutura do Curso, foi tomada com a preocupação de não se prejudicar a formação dos novos diplomatas. Aliás, são unânimes os testemunhos dos Chefes de que os estagiários se estão desempenhando muito bem em suas funções. Não me surpreendo.

Pelas responsabilidades que tenho no Instituto, tenho tido o privilégio de conviver com a turma de 2006–2008 e de acompanhar o progresso diário de seus integrantes, desde o início. Procuro sempre e com particular agrado me fazer disponível para conversas com cada um ou com grupos que me procurem para tratar de assuntos do Curso ou de questões pessoais que queiram trazer a minha atenção.

Fico sempre muito impressionado com o espírito de iniciativa e o entusiasmo desses novos colegas. Suas experiências individuais resultam em projetos e ações que despertam interesse dos demais colegas e até mesmo de pessoas estranhas ao Curso. Assim, foi criado o Rio Branco Cineclube, que certamente merece ser prestigiado pelos demais colegas da Casa. Se uma integrante da turma é fluente em árabe, é o suficiente para que se formem grupos de estudo da língua. Na mesma linha, progride a idéia de criação de laboratórios das mais diversas línguas, por meio de pedidos de doação de cursos audiovisuais às missões diplomáticas estrangeiras aqui acreditadas. Finalmente, e não menos importante, esta revista semestral que ora se lança é exemplo inquestionável da capacidade desta turma e de seu espírito de equipe.

À medida que se diversificam o escopo e a abrangência dos interesses brasileiros, se intensifica a complexidade da agenda internacional e se dinamizam o envolvimento e a atuação do Brasil nesse panorama, torna-se mais clara a necessidade de expansão dos quadros da Carreira de Diplomata. A Diplomacia brasileira é reconhecida pela qualidade de seus quadros e pela capacidade que o Itamaraty detém de se adaptar às contingências e às demandas de sua ação internacional.

A turma de 2006–2008 do Instituto Rio Branco mantém a tradição de qualidade do Serviço Exterior brasileiro. É pioneira não só por seu tamanho, mas também porque será chamada a preencher os novos espaços que se criaram na mais recente adaptação da estrutura das unidades da Secretaria de Estado e da rede de Postos no exterior em decorrência do aumento da presença diplomática do Brasil em todos os continentes.

Luís Henrique Sobreira Lopes
Ex-Diretor-Geral Adjunto do Instituto Rio Branco



Instituto Rio Branco
turma **2006-8**
IRBr





MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

Ministro de Estado: Embaixador Celso Amorim
Secretário-Geral: Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães
Esplanada dos Ministérios - Bloco H
Brasília-DF 70 170-900



MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

INSTITUTO RIO BRANCO

Diretor-Geral: Embaixador Fernando Guimarães Reis
Setor de Administração Federal Sul
Quadra 5 - Lotes 2/3
Brasília - DF 70170-900
Tels.: +55 (61) 3411-9804, 3411-9805, 3411-9817
Fax: +55 (61) 3411-9828
irbr@mre.gov.br



FUNAG

FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO

Presidente: Embaixador Jeronimo Moscardo
Ministério das Relações Exteriores
Esplanada dos Ministérios, Bloco H
Anexo II, Térreo, Sala 1
Brasília - DF 70170-900
Tels: + 55 (61)3411-6033/6034
Fax: + 55 (61) 3411-9125
funag@mre.gov.br

Juca Diplomacia e Humanidades

www.irbr.mre.gov.br



Instituto Rio Branco

Fundação Alexandre de Gusmão

www.irbr.mre.gov.br